



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

LETICIA SCARTAZZINI

**ENTRE GRADES E CADEADOS:
A CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DO AGENTE PENITENCIÁRIO
EM EXERCÍCIO NA MESORREGIÃO DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS, SC
2014

LETICIA SCARTAZZINI

**ENTRE GRADES E CADEADOS:
A CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DO AGENTE
PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO NA MESORREGIÃO DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Lucienne Martins Borges

FLORIANÓPOLIS, SC
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Scartazzini, Leticia
ENTRE GRADES E CADEADOS: : A CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DO
AGENTE PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO NA MESORREGIÃO DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS / Leticia Scartazzini ; orientadora, Lucienne
Martins Borges - Florianópolis, SC, 2014.
122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Sistema Prisional. 3. Agente
penitenciário. 4. Saúde Mental. 5. Condição Psicossocial.
I. Martins Borges, Lucienne. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

Leticia Scartazzini

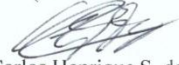
Entre Grades e Cadeados: a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

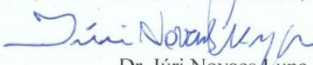
Florianópolis, 19 de novembro de 2014.


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dra. Lucienne Martins Borges
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dr. Carlos Henrique S. da Silva Nunes
(PPGP - UFSC - Presidente)


Dra. Daniela Ribeiro Schneider
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Iúri Novaes Luna
(PPGP - UFSC - Examinador)


Dr. Marcos Érico Hoffmann
(UNIDAVI - Examinador)



Dra. Magda do Canto Zurba
(MPSM – UFSC – Examinadora)

Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(PPGP – UFSC – Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Genia e Luiz Sérgio por tudo - tudo o que sou, tudo que eles me permitiram ser. Agradeço pelas minhas escolhas que sempre foram balizadas pelo bom caráter, confiança, doçura, educação e tantas outras qualidades que só se transmitem através de bons exemplos, como eles sempre foram. Obrigada pelo apoio, pelo incentivo, pelas condições proporcionadas. Escolheria vocês como pais, eternamente. Obrigada Lucas, meu irmão, com quem aprendi a dividir e me tornei uma pessoa melhor.

Obrigada a Lucienne por acompanhar e guiar meu desejo, por revelar minhas resistências e por ser uma orientadora incansável - aqui ou no Canadá. Agradeço principalmente por me ajudar a ter uma experiência ótima, meu mestrado foi um enorme prazer.

Obrigada ao Ive, pelo exercício do amor, por estar sempre perto, mesmo quando estava longe. Por me permitir deixar tudo de lado para apenas estar ali, na presença.

Aos meus amigos, meus enormes presentes, meus incentivadores, meus escapes, meus amores. São tantos, de várias partes, e todos convivem em harmonia em meu coração. Aos amores de Videira e Floripa - obrigada pelo ócio e distração, virtual ou real, por declararem que meu mestrado foi rápido e indolor, sem queixas. Obrigada pela aposta e confiança incondicional.

Aos amigos que me apresentaram a vida acadêmica, me deram a mão: Medrano, Juçara, Neiva e Raquel, obrigada por me mostrar o caminho das pedras. Suela, obrigada por caminhar ao meu lado. À Neiva e Suela - minhas hóspedes e irmãs, obrigada por existirem, falta palavras, sobra amor.

Meus amigos do trabalho: destaco Vanize e Marcos, com muito afeto, ultrapassaram o coleguismo e se tornaram cuidadores, incentivadores, protetores, com quem eu contei em qualquer circunstância, com aviso prévio ou tardio, sempre. Me abandonaram por motivo justíssimo, 30 anos de prisão não é fácil, merecida aposentadoria.

O setor amores no trabalho segue: Ro, Andréia, Ligi, Dona Helena, Naza, Toninho, Valcir, estagiárias, meu querido Gustavo: obrigada por me compreender, apoiar e me suportar (em todos os sentidos). Ao chefe de segurança Valcir e ao diretor Gabriel pelo respeito e cuidado com meu trabalho, ao *big boss* Leandro que sempre apoiou esta pesquisa. Que eu possa retribuir, sempre.

Aos agentes penitenciários, meus participantes e colegas de sistema prisional. Classe que sempre tive admiração e respeito. Nestes seis anos de atividade profissional na prisão, muitos vi adoecer, acompanhei histórias de suicídios, assassinatos e seus impactos, vi no dia a dia o peso de carregar esta roupa preta. Vi colegas que se afastaram e necessitaram de intervenção médica após traumas. Vi colegas trabalhando com seus traumas. Senti que poderia ver mais, contribuir de alguma forma, isto me motivou a chegar até aqui e me motiva a ir além. Obrigada.

A todos vocês, muito obrigada!

Leticia Scartazzini. **Entre Grades e Cadeados: a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis.** Florianópolis, 2014. Dissertação de Mestrado em psicologia - Programa de Pós Graduação em psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Lucienne Martins Borges

Data de defesa: 19/11/2014

RESUMO

O sistema prisional brasileiro atravessa uma crise histórica, considerando sua baixa competência em cumprir com seu ideal: reintegrar o sujeito que cometeu um ato julgado como legalmente desviante. Neste sistema encontra-se o agente penitenciário que ocupa o espaço hierárquico entre a direção das instituições prisionais e seus detentos. O cotidiano de um agente penitenciário envolve situações interacionais peculiares em um ambiente permeado pela violência. Neste sentido, esta pesquisa objetivou investigar a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis. Para tal, foram entrevistados quinze agentes penitenciários de duas instituições prisionais, uma de mínima segurança e uma de máxima segurança. A coleta dos dados se deu a partir dos instrumentos WHOQOL-100 e SQR (SRQ-A e SRQ-20) e de uma entrevista semiestruturada.. Os resultados apontam para os fatores de risco no tocante à instituição – as relações institucionais, hierárquicas e condição física da unidade prisional; fatores de risco relacionados ao cotidiano – aquisição de comportamentos, salário, estigmas e opinião de familiares e amigos e por fim, os fatores de risco vinculados à violência – rebeliões de presos, morte e danos a integridade física. Tratando-se dos fatores de proteção, os resultados mostram fatores institucionais – capacitação profissional, relacionamento interpessoal com colegas, forma de relacionar-se com presos e rotina, referindo-se ao tempo de carreira. Aos fatores de proteção de âmbito social, apontam-se o histórico de familiar ou amigo na carreira, a reação familiar positiva à carreira pública e a estabilidade profissional. O cuidado com a saúde e a moral surgem nos resultados como fatores de proteção de caráter subjetivo. Acerca das formas de enfrentamento, destaca-se as evitativas – não declarar a proteção, portar arma de fogo e evitar lugares e situações; também as de distração – atividades para se desligar da profissão, como o lazer e as práticas religiosas e, por fim, as preventivas – julgar ambientes e pessoas e considerar deixar a profissão. O sistema prisional expõe todos à vulnerabilidade: presos, agentes penitenciários e

a sociedade. Esta sociedade frequentemente nega a existência deste sistema, o invisibiliza. O agente penitenciário surge como um coadjuvante, secundariamente citado em pesquisas científicas e estigmatizado socialmente. Os resultados dessa pesquisa indicam que pertencer a esta profissão constitui um fator de risco, gerador de impactos em todos os âmbitos de sua condição psicossocial.

Palavras-chave: sistema prisional, agente penitenciário, saúde mental, condição psicossocial.

Between Grilles and Padlocks: the psychosocial condition of the penitentiary worker acting in the Mesoregion of Great Florianópolis

ABSTRACT

The Brazilian prison system crosses a historical crisis, considering its low ability in fulfilling with its ideal: to reintegrate the citizen that committed an act considered as legally deviant. In this system, there is the penitentiary worker, who occupies the hierarchic space between the direction of the prison institutions and its prisoners. The daily routine of a penitentiary worker involves peculiar interactional situations in an environment permeated by violence. In this sense, the objective of this research is to investigate the psychosocial condition of the penitentiary worker acting in the Mesoregion of Great Florianópolis. Therefore, fifteen penitentiary workers of two prison institutions, one of minimum security and one of maximum security, have been interviewed. The collection of data was through the WHOQOL-100 and SQR (SRQ-A and SRQ-20) instruments and through a semi-structured interview. Results point to factors of risk related to the institution - the institutional and hierarchic relations and the physical condition of the prison unit; factors of risk related to daily life - acquisition of behaviors, wage, stigma, and family and friends' opinions; and, finally, factors of risk related to violence - prisoner rebellions, death, and damages to their physical integrity. Regarding the factors of protection, results point to institutional factors - professional qualification, interpersonal relationship with colleagues, forms of becoming related with prisoners, and routine (referring to time of career). Regarding the factors of protection of social scope, the history of family or friend in the career, the family positive reaction to the public career, and the professional stability are listed. The care with health and the moral appear in the results as factors of protection of subjective character. Concerning the forms of confrontation, the avoidance ones - not to declare the protection, to carry firearm and to avoid places and situations; the distraction ones - activities to disconnect from the profession, as leisure and religious practical; and, finally, the prospective ones - to judge environments and people and to consider leaving the profession are highlighted. The prison system exposes everyone to vulnerability: prisoners, penitentiary workers, and society. Our society frequently denies the existence of this system, making it invisible. The penitentiary worker appears as a coadjuvant, cited only secondarily in scientific researches and being socially stigmatized. The results of this research

indicate that belonging to this profession constitutes a factor of risk, affecting every sphere of one's psychosocial condition.

Keywords: prison system, penitentiary worker, mental health, psychosocial condition.

LISTA DE QUADROS

Quadro I. Escalas	59
Quadro II. Descrição das facetas	61
Quadro III. Síntese das Categorias, Subcategorias e Elementos de Análise.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela I. Síntese do perfil dos participantes.....	54
Tabela II. Sintomas e frequência.....	56
Tabela III. Facetas	60
Tabela IV. Domínio.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. OBJETIVOS	25
2.1 Objetivo Geral:.....	25
2.2 Objetivos Específicos:.....	25
3. REVISÃO DE LITERATURA	27
3.1 Saúde, este conceito complexo.....	27
3.2 Fatores de Risco	30
3.3 Fatores de Proteção	31
3.4 Sistema Prisional.....	33
3.5 Violência	34
3.6 Agentes Penitenciários	35
3.7 A condição psicossocial dos agentes penitenciários e a produção científica.....	39
4. MÉTODO.....	45
4.1 Caracterização da pesquisa:.....	45
4.2 Contexto:.....	45
4.3 Participantes:.....	46
4.4 Instrumentos.....	47
4.4.1 Questionário sóciodemográfico (APÊNDICE 1):.....	47
4.4.2 Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100) (APÊNDICE 2):.....	47
4.4.3 SRQ (<i>Self-Reporting Questionnaire</i>) (SRQ-20 e SRQ-A) (APÊNDICE 3)	48
4.4.4 Entrevista semiestruturada (APÊNDICE 4):.....	49
4.5 Considerações éticas	50
4.6 Procedimentos de coleta de dados.....	50
4.7 Análise dos dados.....	52
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
5.1 Caracterização dos Participantes.....	53
5.2 Resultados SRQ (SRQ-A e SRQ-20) e WHOQOL-100	55
5.2.1 SRQ-A.....	55
5.2.2 SRQ-20.....	56
5.2.3 WHOQOL-100.....	58
5.3 Apresentação das Categorias, Subcategorias e Elementos de análise..	62
6. ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	67
6.1 Categoria 1: Riscos.....	67

6.2 Categoria 2: Proteção.....	81
6.3 Categoria 3: Formas de enfrentamento	91
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
8. REFERÊNCIAS.....	107
9. APÊNDICES.....	115
9.1 APÊNDICE 1 - Questionário Sociodemográfico.....	115
9.2 APÊNDICE 2 - WHOQOL-100	117
9.3 APÊNDICE 3 - SRQ (SRQ-20 e SRQ-A)	128
9.4 APÊNDICE 4 - Entrevista Semiestruturada.....	130
9.5 APÊNDICE 5 - TCLE.....	132

1. INTRODUÇÃO

Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.

Cecília Meireles

O sistema prisional brasileiro atravessa uma crise histórica, considerando sua baixa competência em cumprir com seu ideal: reintegrar o sujeito que cometeu um ato julgado como legalmente desviante pela sociedade. No Brasil, existe uma taxa média de reincidência criminal, de acordo com o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD/Brasil), que atinge níveis de, aproximadamente, 70%, ou seja, a cada 10 sujeitos que cometeram atos criminosos sete voltam a cometer delitos após serem liberados do sistema prisional, o que demonstra que o objetivo da ressocialização não é alcançado.

Esta crise se reflete em todos os envolvidos e, no seio deste sistema, encontra-se o agente penitenciário, o qual é conhecido popularmente, como classe profissional, por meio de diversas nomenclaturas: carcereiro, agente de segurança prisional, agente prisional, guarda prisional. Aqui, será adotado o termo agente penitenciário por ser este o utilizado no estado de Santa Catarina, conforme Lei 472 de 09 de Dezembro de 2009 (DEAP, 2010).

Ao contrário de um sujeito julgado por seu ato criminoso, o qual cumprirá parte de sua pena em uma instituição prisional, progredindo de regime até a liberdade; o agente penitenciário passará muitos momentos de sua vida, possivelmente até sua aposentadoria, exercendo seu ofício sob a custódia das mazelas desta condição, que envolve: exclusão, estigma, julgamento social, questões pejorativas que podem ser terreno para sofrimento e prejuízo na qualidade de vida.

Para o desenvolvimento desse ofício há a seguinte descrição sumária: executar atividades que envolvam o processo de cumprimento das penas estabelecidas aos condenados à prisão; recebimento de preso provisório, bem como atividades de escolta e custódia de presos, sejam provisórios ou com sentenças transitadas em julgado e, ainda, a vigilância externa nas unidades prisionais do Estado, em cumprimento à Lei federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (DEAP, 2010)

A “pena restritiva de liberdade” não atinge apenas aos presos condenados, como afirma Thompson (2002), o qual se refere ao fenômeno de prisionização também nos agentes penitenciários. Na prisão, funcionários e presos convivem em uma área restrita, deixando mais facilmente à vista suas intimidades, exposição de rotinas, promiscuidade (considerada no sentido da convivência entre diferentes pessoas em condições sociais diversas, mistura confusa e desordenada de seres no mesmo ambiente). Chies et al (2001) aponta, também, este encarceramento sem pena, considerando o termo pena tanto na concepção jurídico-legal de punição formal como em seu significado de piedade e compaixão extensiva aos servidores do Estado, ou seja, aos agentes penitenciários.

Frente ao exposto, é sabido que o sistema prisional se configura como um contexto de trocas, relações, poderes, na maioria das vezes, estabelecidos de forma perversa. Foucault (2002) aponta que a generalidade carcerária, ao funcionarem toda amplitude do corpo social e ao misturar a arte de retificar com o direito de punir, baixa o nível de tolerância a partir do qual se torna natural e aceitável ser punido. Esta naturalização atinge todos os atores deste sistema de forma invisível aos olhos de uma sociedade que pouco faz em ver, contanto que este sistema cumpra a tarefa de ocultar os desviantes.

Popularmente dito e indicado na mídia Pereira (2013), prisões são lembradas em duas situações: em suas inaugurações (contra o gosto da comunidade) e em suas rebeliões (espalhando o espanto social). Considerando estas situações, Barbosa (2013) esclarece que ao se tornar visível, induz a proliferação de enunciados sobre a própria instituição, onde a argumentação segue dois planos: sua função penalógica e seus aspectos formais e operacionais. Ou seja, quando se torna visível, depara-se com suas falhas e críticas.

Ao surgir argumentações a respeito do sistema prisional, encontra-se uma tendência no contexto da produção científica de dar conta destas inquietações a partir do sujeito preso. Moraes (2013) aponta que poucos trabalhos, entretanto, desenvolvem temas relacionados com os agentes penitenciários. Ainda que sempre presente, este grupo aparece de forma secundária. E, neste sentido, a pesquisa de Chies et al (2001) também ressalta a tendência de olhar apenas para o detento e questiona o porquê de não se pesquisar o agente penitenciário.

Esta lacuna em pesquisas científicas não é apontada somente em âmbito nacional, artigos encontrados oriundos de Portugal (Gonçalo et al, 2010) e da China (Liu et al, 2013) citam não haver dados suficientes na literatura a respeito da condição psicossocial dos agentes

penitenciários. As pesquisas apresentam como consenso as dificuldades enfrentadas por estes agentes, apontam situações de adoecimento citando como diagnóstico comum a Síndrome de Burnout e o Estresse Pós-traumático. (Bulik, 2005; Wright et al, 2006; Carlson & Thomas, 2006; Xanthakis, 2009; Liu et al, 2013).

Dentre as pesquisas existentes, há consenso no que tange às conclusões e encaminhamentos, tanto no cenário nacional quanto internacional, no que se refere aos agentes penitenciários: a sugestão da criação de serviços e programas de atenção à sua saúde mental. Entre as nacionais, pode-se apontar Lopes (2002), Dantas e Chaves (2007), Lourenço (2011). O mesmo ocorre em pesquisas internacionais: Polônia (Bulik, 2005), EUA (Carlson & Thomas, 2006), Nigéria (Okoza et al, 2010), China (Liu et al, 2013).

Essas pesquisas citam que o estresse é uma condição frequentemente observada no contexto prisional. França e Rodrigues (1997), com um foco psicossocial, sustentam que o estresse é constituído por uma relação particular entre pessoas, levando em conta o ambiente e as circunstâncias às quais estão sujeitas, o que é tido como uma ameaça ou algo que exija delas mais que suas próprias habilidades e recursos, podendo, assim, por em risco seu bem estar e qualidade de vida.

Seguindo um provável agravamento das situações estressoras, pode-se aqui apontar a Síndrome de Burnout, a qual é caracterizada com por uma associação de sintomas como: fadiga física e mental, falta de entusiasmo, sentimento de impotência, entre outros. Esta síndrome é definida por alguns autores como uma das consequências mais marcantes do estresse profissional. Benevides (2002) afirma que ao percorrer o caminho do estresse a Síndrome do Burnout, observa-se uma mudança de perspectiva acentuada, percebendo uma evolução do plano predominantemente individual para o social: o relacional.

Situações estressoras são bastante evidentes no desempenho do ofício de agente penitenciário. Não é incomum que estes sejam vítimas de rebeliões na posição de reféns, ou atravessem motins, que possam representar situações de risco de morte. Pouco se sabe a respeito de afastamentos de saúde ou tratamentos específicos oferecidos para que esta situação seja acolhida e acompanhada. Supõe-se que, após uma situação adversa, muitos voltem a desempenhar suas funções sem o adequado tratamento.

Essa tendência de afastamento para tratamento de saúde pode ser observada no contexto catarinense já que, de acordo com o

Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina (DEAP), no ano de 2012, mensalmente, aproximadamente 10% dos agentes penitenciários foram afastados em decorrência de atestados médicos. Este dado pode não representar a realidade do quadro de adoecimento desta categoria, pois se acredita que muitos agentes penitenciários não solicitem o afastamento por motivos de saúde e optem por trabalhar em condições adversas a fim de garantir benefícios financeiros ou evitar julgamentos sociais que circundam estes afastamentos.

A partir do cenário exposto, evidencia-se a relevância social desta pesquisa com enfoque na condição psicossocial dos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis. O estudo busca refletir a respeito deste contexto a fim de subsidiar hipóteses de compreensão e possibilidades de mudanças.

Com esta pesquisa, não se busca esgotar o tema, muito menos apresentar um programa de cuidado que seja resolutivo. Busca-se aqui, no entanto, compreender um contexto, sublinhar aspectos subjetivos e sociais destes sujeitos, visando responder à seguinte questão: *qual a condição psicossocial do agente penitenciário em exercício na Mesorregião¹ da Grande Florianópolis?*

¹ A Mesorregião da Grande Florianópolis é formada por 21 municípios - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Gov Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas. (IFSC, 2014)

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Investigar a condição psicossocial dos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar fatores de risco dos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis.

- Identificar fatores de proteção dos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis.

- Descrever formas adotadas pelos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis para o enfrentamento dos fatores de risco relacionados ao ambiente prisional.

- Descrever os sintomas clínicos mais frequentemente relatados por agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Saúde, este conceito complexo

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2001, pg. 30) conceitua saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas pela ausência de doenças ou enfermidades”. Este conceito amplo configura uma associação de características que transcendem a dualidade saúde-doença e implicam fatores diversos da vida de um sujeito tornando-se este um conceito integral e complexo.

O conceito de saúde passou por alterações de acordo com o momento histórico que era vivenciado. Como aponta a Organização Mundial da Saúde, esta última mudança de paradigma, em certa medida, desqualificou uma ideia hegemônica do pensamento biomédico, sendo constantemente revista na tangente de novas considerações e visões ampliadas acerca do que, de fato, é considerado saudável. No Brasil, a Carta de Ottawa (Brasil, 2002) deu início ao movimento que inseriu o setor social na articulação com o setor da saúde, documento o qual contribuiu com a seguinte questão: “Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver”. (Brasil, 2002, pg.16)

Ao olhar por esta perspectiva, a saúde se apresenta como fator fundamental de qualidade de vida. Fatores sociais, ambientais, subjetivos podem tanto favorecer quanto prejudicar a manutenção da vida. Este documento ainda aponta que “as pessoas não podem realizar completamente seu potencial de saúde se não forem capazes de controlar os fatores determinantes de sua saúde, o que se aplica igualmente para homens e mulheres.” (Brasil, 2002, pg.18).

A Organização Mundial da Saúde (2001, pg. 34) ainda estabelece uma definição vinculada à saúde mental: “um estado de bem-estar em que o sujeito tem consciência das suas capacidades, é capaz de lidar com o estresse normal da vida, trabalhar produtivamente e contribuir para a sua comunidade”. Fica claro neste conceito, de âmbito mundial, a consideração do sujeito como integral e que a saúde mental depende de uma boa interação entre fatores subjetivos, sociais e culturais.

Por se tratar de um campo complexo e com múltiplos fatores envolvidos, há evidências de que o sofrimento mental tem significativo impacto em alguns dos mais prevalentes agravos à saúde, como doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e diabetes, tanto por ser fator de

risco quanto por dificultar a adesão ao tratamento, ou ainda agravando prognósticos. A dependência de substâncias psicoativas também surge associada ao curso de doenças infecciosas, principalmente no que se refere ao tratamento destas (Brasil, 2013). O que se percebe, então, é a carência de uma visão holística sobre e para o sujeito e suas inúmeras especificidades, as quais partem de uma experiência individual do que é “ser saudável”.

Referente à saúde mental, são associadas algumas terminologias que buscam dar conta de significá-la. Amarante (2007) refletiu a respeito delas e apontou sua interpretação: a expressão “portadores de transtornos mentais”, que é utilizada pela legislação brasileira conota como portador alguém que leva consigo um “peso enorme”, como algo constituinte deste sujeito e, além disso, *transtorno* traz a ideia de sujeito transtornado, de uma forma depreciativa. Na língua inglesa, encontra-se a expressão *mental disorder*, o que remete a uma não ordem e, em certa medida, questiona o sentido da palavra ordem. Considerando estes limites terminológicos, o campo da saúde mental tem se utilizado da expressão sujeito “em” sofrimento psíquico ou mental, contemplando, assim, o sujeito que sofre, em um momento, em uma experiência vivencial.

Sobre as experiências e vivências deste sujeito, Costa (1986) aponta o conflito entre projetos subjetivos e expectativas culturais ou objetos socializados como fundo para uma interação emocional patogênica e afirma que: “o distúrbio mental existe quando as representações de que o indivíduo dispõe para sentir e pensar sua identidade ou as causalidades e finalidades de seus projetos e emoções não se articulam em nenhuma rede de significados presente em sua consciência socializada” (Costa, 1986, pg.100). O externo é incoerente, podendo ser ameaçador e a falta da possibilidade de implicar um sentido subjetivo às demandas sociais pode constituir um terreno fértil para o surgimento de um sofrimento psíquico.

Czeresnia (2009) aponta que saúde e doença são manifestações de vida e são experiências singulares, subjetivas, algo que a descrição - por palavras, terminologias - não alcança seu total significado e reconhecimento. Porém, é através da palavra que os sintomas e queixas são compreendidos pelo profissional da saúde: “É na relação entre ocorrência do fenômeno concreto do adoecer, a palavra do paciente e a do profissional da saúde, que ocorre a tensão remetida à questão que se destaca aqui. Esta se situa entre a subjetividade da experiência da doença e a objetividade dos conceitos que lhe dão sentido e propõem intervenções para lidar com semelhante vivência”. (Czeresnia, 2009,

pg.46). A autora ainda pondera que não há teoria que dê conta da totalidade dos fenômenos de saúde e do adoecer sem ser redutora.

Em complemento a esta ideia, Caponi (2009) afirma que, de modo geral, “a fronteira entre o normal e o patológico só pode ser precisa para um sujeito considerado “simultaneamente”; é o sujeito, em sua singularidade, quem sofre e reconhece suas dificuldades para enfrentar as demandas que seu meio lhe impõe” (Caponi, 2009, pg. 74). Olhar para o sujeito e suas singularidades, sua subjetividade e perceber a forma que ele se adapta para evitar o adoecimento ou o quanto se expõe a este risco, são elementos que compõem o estar no mundo e simultaneamente sua relação com este campo.

Considerando esta simultaneidade, Perls, Hefferline e Goodman (1997) apontam que a fisiologia, pensamentos e emoções, objetos e pessoas são abstrações significativas somente quando identificadas em interação com o campo. Um organismo em equilíbrio com o meio é sempre em crescimento, pois este equilíbrio é parcial, já que a modificação do campo é inevitável. O crescimento do sujeito se dá através do contato com seu meio, adaptando-se, equilibrando-se. Contato, aqui, transcende a ideia de atrito explicada pela Física e relaciona-se com as ligações entre sujeitos e coisas; antes mesmo da reflexão, é uma correlação, é um inédito: “O *self*, o sistema de contatos, integra sempre funções perceptivo-proprioceptivas, funções motor-musculares e necessidades orgânicas. É consciente e orienta, agride e manipula, e sente emocionalmente a adequação entre ambiente e organismo” (Perls, Hefferline e Goodman, 1997, pg.179).

Há um sujeito em constante adaptação a um meio que não se esgota em exigências. Assim sendo, a compreensão deste sujeito só é possível concomitantemente à compreensão de seu meio, que o produz e pelo qual é produzido. De acordo com Perls, Hefferline e Goodman (1997), é o meio que oferece o novo dado, o inédito, e ao *self* cabe transformar este inédito em uma nova possibilidade. A partir disto, amplia as possibilidades de adaptação subjetiva através de um processo dialético: “A realidade é uma passagem do passado para o futuro: isto é o que existe, e é disso que o *self* tem consciência, é isso que descobre e inventa” (Perls, Hefferline e Goodman, 1997, pg.209).

O sujeito, portanto, colocado em suas relações sociais e culturais, situado em um momento histórico, político e econômico, é ele que, com suas identificações e alienações, fazendo uso de suas defesas ou sofrendo por suas limitações, que irá padecer ao risco ou se defenderá do ameaçador. E é também o sujeito o responsável em julgar o risco a

que se expõe ou evita.

3.2 Fatores de Risco

Pensar em fatores que podem impedir o bem-estar, tem-se a ideia de risco, a qual se trata de um conceito que implica em conhecimento e experiência acumulada a respeito do perigo de um sujeito ou de uma comunidade ser acometido por doenças ou agravos. A Epidemiologia é a ciência que tem o estudo do risco como um de seus termos centrais e o compreende como a exposição a situações reais ou potenciais que produzem efeitos adversos ao sujeito ou à sociedade. Analisar e apontar riscos resulta em apontamentos para cuidados de evitação (Schenker & Minayo, 2005).

Risco, considerado comumente, está relacionado a uma conotação negativa, de agravo ou dano, real ou iminente. Castiel (2009) aponta, ainda, que evitar riscos configura um estilo de vida sadio. O autor traz ainda que a ponderação criteriosa entre ganhos e perdas futuros, de uma forma reflexiva e racional, é o que possibilita o sujeito administrar o risco, ao afirmar que “a experiência do risco participa da configuração de matrizes identitárias e da formação de subjetividades, suscetíveis a interpretações” (Castiel, 2009, pg.88). O autor conclui, ainda, que o risco deve ser considerado pelo viés moral, político e cultural. Antes de interpretá-lo como risco, estes elementos devem ser considerados e não apenas reduzidos/traduzidos em dados quantitativos epidemiológicos.

O contato com fatores de risco torna-se inevitável ao sujeito, pois não é missão simples ponderar, entre as possibilidades oferecidas no presente, quais poderão no futuro refletir como agravo ao risco exposto. Neste caso, o que fará diferença é o nível de exposição ao risco e a condição subjetiva, ou seja, a percepção, a interpretação e o sentido que o sujeito atribuirá ao evento e à sua experiência (Pesce et al, 2004).

O fenômeno saúde/doença é parte do processo social que leva alguns indivíduos a se envolverem mais ou menos em comportamentos de risco. Assim, “a investigação de aspectos simbólicos, tais como valores, relevância e significado do risco, deveria substituir a noção de fatores de risco como variáveis objetivas, que de fato não fazem sentido fora de seu contexto” (Ponde & Caroso, 2003, pg. 170).

Há um equívoco recorrente no fato de se apontar de forma determinista e fatalista as ditas “populações em situação de risco”. Junqueira e Deslandes (2003) destacam a necessidade de reforçar e fortalecer as dimensões sadias desta população, visando a superação das situações de risco, ao invés de considerá-la como vítima de um sistema

social injusto. Poletto e Koller (2008) corroboram e complementam a ideia ao afirmar que valorizar as estratégias utilizadas para superar as adversidades enfrentadas é uma forma de extrapolar o determinismo social, o preconceito e os estereótipos que supervalorizam deficiências e prejuízos.

Assim, compreende-se a necessidade da singularização do termo “fatores de risco” inserido em um contexto social e cultural específico para que possa ser delimitado e tratado desta forma. Além disto, cabe ressaltar a importância de se definir estes fatores de risco em consonância com fatores de proteção que o sujeito ou a comunidade apresentam para o enfrentamento de experiências vivenciadas como risco potencial.

3.3 Fatores de Proteção

É inerente às relações primárias, ao universo semântico e às políticas sociais a noção de proteger. Tem como significado, sobretudo, oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação (Schenker & Minayo, 2005). As autoras ressaltam que fatores de risco e de proteção não devem ser tratados como fatores dependentes, um pode sim afetar o outro, mas não necessariamente ocorre esta inter-relação.

Fatores de proteção caracterizam-se por exercer, essencialmente, a função de promover uma modificação na reação do sujeito aos processos de risco. Frente a estes fatores geradores de desequilíbrio, são os fatores de proteção que operam no sentido de restabelecer o equilíbrio e demonstrar competências junto às adversidades postas (Pesce et al, 2004).

Desta forma, os fatores de proteção, bem como os já citados fatores de risco, não podem ser vistos como universais e sim como emergentes da vida cotidiana coletiva e individual. Esses elementos são partes de uma interação entre fatores sociais, econômicos e políticos com fatores individuais, grupais e culturais.

Pesce et al (2004) afirmam, ainda, que o significado das variáveis - como elas podem ser fatores de proteção em um determinado local e de risco em outros - apenas pode ser compreendido através de uma abordagem dos valores e das significações que os momentos de vida têm para grupos particulares em contextos históricos e culturais definidos.

A busca pela compreensão científica de fatores de proteção já teve como eixo central fatores considerados de risco. Na última década, como aponta Schenker e Minayo (2005), estudos passaram a enfatizar o

processo de formação de resiliência houve, assim, uma mudança de perspectiva. Nesta mudança, o foco deixou de ser o risco e sim os fatores ou processos subjetivos e sociais que possibilitam, apesar da situação traumática, o desenvolvimento do equilíbrio.

As autoras Junqueira e Deslandes (2003), baseadas em uma revisão bibliográfica crítica, defendem que o conceito de resiliência está atrelado à ressignificação, por parte do sujeito, da situação traumática ocorrida. Neste sentido a resiliência não cumpre a função de eliminar ou fazer esquecer o problema, mas sim, faz com que esta vivência seja superada e incluída na história de vida. As autoras salientam, ainda, o caráter contextual e histórico da resiliência, expressadas de forma subjetiva e em interação social, considerado em uma cultura determinada. “A abordagem via resiliência, ao focar aspectos interacionais de vínculo e de confiança, traz à tona a singularidade e a delicadeza das relações microssociais de promoção em saúde” (Junqueira & Deslandes, 2003, pg. 234). As autoras apresentam esta ideia não desvinculada da importância de um suporte social e afetivo, proporcionado pelas interações sociais.

Cyrułnik (*apud* Siqueira 2009) traz o conceito de superação, ao invés de adaptação, a partir de uma elaboração que deixa marcas após a situação vivida, mas não impede o crescimento do sujeito. A resiliência, portanto, não se trata de um processo estanque. Pode haver respostas diferentes do mesmo sujeito em diversos momentos da vida, sem que com isto ele deixe de ser resiliente, ora apresentando reações mais saudáveis, ora menos. A forma que esta superação ocorre é através do encontro com o outro, do vínculo, da interação de fatores pessoais, institucionais e sociais. Por fim, aponta-se que a superação transcende a adaptação mediante a elaboração.

Além disso, pode-se falar sobre o conceito de auto-regulação organísmica apontado por Perls, Hefferline e Goodman (1997) “quando a realidade é premente, determinados valores expulsam outros valores, fornecendo uma hierarquia de que realmente guia a vivacidade e o vigor em sua execução” (Perls, Hefferline & Goodman, 1997, pg.87). O organismo busca sua regulação, seu equilíbrio, sendo pelo aspecto fisiológico de necessidades primárias ou necessidades de afeto entre outras, tentará sanar suas necessidades, elencando prioridades e atuando.

O recurso subjetivo associado ao apoio social e cultural, impresso em relações sólidas de afeto, faz que o sujeito possa superar e ressignificar sua história, mesmo que nela tenham cicatrizes de situações ameaçadoras o que, para o entendimento de muitos, implicaria desmantelamento frente a obstáculos aparentemente insuperáveis. A

violência é um fator assim considerado o qual soa como algo de difícil superação e que parece exigir um refinado dispositivo protetivo. No entanto, situar a superação de traumas apenas nas possibilidades subjetivas é uma forma reducionista de compreensão da resiliência em casos tão específicos como o enfrentamento de situações violentas.

Pensar em situações de violência, fatores de proteção possíveis, fatores de risco, enfim, todos estes temas dão indícios do campo no qual esta pesquisa está inserida: o sistema prisional. Campo este que é permeado por temáticas e situações peculiares que serão melhores esclarecidas, sempre tendo como norte a questão da condição psicossocial dos sujeitos envolvidos.

3.4 Sistema Prisional

Pensar em saúde no sistema prisional é um desafio a que se propõe tanto pesquisadores como o Estado. No ano de 2003 foi lançado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário/PNSSP, o qual foi instituído pela Portaria Interministerial nº 1.777 de 9 de setembro de 2003. Seu objetivo primordial é garantir o acesso à saúde pelas pessoas privadas de liberdade (masculinas, femininas, psiquiátricas ou não), oferecendo ações e serviços de atenção básica *in loco*, ou seja, dentro das unidades prisionais (Brasil, 2013).

Essas ações envolvem, dentre outras, campanhas de vacinação; direito à visita íntima; distribuição de kits de medicamentos da farmácia básica, incluindo a distribuição de preservativos masculinos e medicamentos específicos para gestantes; inclusão da população penitenciária na política de planejamento familiar. Estas atividades são desenvolvidas por equipes multiprofissionais, compostas minimamente por: médico, cirurgião dentista, psicólogo, assistente social, enfermeiro, e auxiliar de enfermagem, com ações voltadas para a prevenção, promoção e tratamento de agravos em saúde.

A equipe prima pela atenção integral em: saúde bucal, saúde da mulher, AIDS, hepatites virais e doenças sexualmente transmissíveis de modo geral, saúde mental, controle da tuberculose, hipertensão e diabetes, hanseníase, assistência farmacêutica básica, imunizações e coletas de exames laboratoriais.

Porém, para que haja a oferta dessas ações e serviços de saúde, *in loco*, pela equipe multiprofissional nas unidades penitenciárias, é preciso que o estado se qualifique ao PNSSP. Atualmente, são 18 estados qualificados ao PNSSP e três estados em processo de qualificação em todas as regiões do país, compondo 236 equipes de

saúde no sistema penitenciário, distribuídas em 212 unidades prisionais, abrangendo cerca de 150 mil pessoas privadas de liberdade, cujo total, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), chega a 548 mil pessoas (Brasil, 2012).

O lapso de uma década após a formulação do PNSSP ainda não foi suficiente para estabelecê-lo como uma realidade efetiva que garanta a saúde ao detento, como é de direito fundamental a todo cidadão, que goze ou não de sua liberdade. De acordo com os dados apresentados, aproximadamente 27% da população carcerária tem acesso às ações desta política pública.

O cenário complexifica-se quando é possível verificar que, de acordo com Chies (2013), o aumento do número de detentos no Brasil é diretamente proporcional ao agravamento das condições do encarceramento. O número de detentos no Brasil ultrapassa meio milhão e as más condições do cárcere ainda não foram combatidas pelas práticas decorrentes das políticas públicas existentes. Este autor acrescenta, também, que há uma questão de ordem política, corroborada por um desejo social, que fortalece e mantém a exigibilidade da prisão e suas práticas punitivas.

O castigo, simbolizado pela instituição prisional, não repercute socialmente como violência. Compreende-se nele “a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido” como apresenta Foucault (2002, pg. 199). Esta ótica que exige a violência do processo é o que sustenta a coerência entre políticas de governo e crenças sociais, institucionaliza o castigo no sentido de se perder o limiar do civilizado, possibilitando o perverso (Chies, 2013). Cabe então, neste momento, um esclarecimento a respeito de uma temática, já introduzida, e que permeia o sistema prisional: a violência.

3.5 Violência

Trazer à tona a temática violência é falar de algo que permeia o imaginário social, que possui uma compreensão e representação generalizada, porém pouco delimitada. De acordo com Rifiotis (2012) “violência” é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações” (2012, pg.58).

Bergeret (2006) conceitua a violência como uma realidade universal situando-a, ao menos em latência, em todo indivíduo e essencial a sua sobrevivência. Esta violência fundamental não é vista como má, contudo, pode-se assim tornar, caso o sujeito não encontre em seu meio, em seus esforços e anseios, possibilidades criativas positivas.

Caso esta vazão criadora seja impossibilitada, a violência fundamental, inata, se converterá em fatores negativos ou destrutivos, para o próprio sujeito e para os demais; ela torna-se, então, agressão.

De acordo com Costa (1986), comumente, quando se cita a palavra violência, o imaginário é encaminhado para duas ideias. A primeira, para a conotação de coerção ou intimidação pela força, resultado de uma inferioridade física ou constrangimento moral e, a segunda, para a representação da violência como rompimento de uma regra ou norma conhecida, deliberadamente quebrada, o que implica a questão da lei ou da justiça.

“Via de regra, costuma-se classificar de “violência” toda experiência físico-psíquica, que pela repetição ou intensidade, ultrapassa a capacidade de absorção do aparelho psíquico” (Costa, 1986, pg. 92). Significar violência passa pelo viés da intensidade afetiva que a situação possa desencadear e é apontada por uma sensação de despropósito.

Por ser relacionada a leis e por estas serem criações culturais, políticas e sociais, a violência faz sentido quando inserida em um determinado contexto legal. “O sujeito violentado é o sujeito que sabe ou virá a saber, sente ou virá a sentir, que foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessário ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico” (Costa, 1986, pg.96). A baliza desta violência pode ser o crivo legal, onde uma lei determina o grau deste ato violento e sua punição.

Há um forte vínculo entre violência e sistema prisional. Os diversos conceitos e perspectivas da violência podem ser aplicados entre as grades deste sistema e em suas interações. É o cometimento de um ato violento que muitas vezes leva o sujeito à condição de detento e, como tal, fica sob a custódia do Estado, sob a guarda de seus agentes. Não é sem razão que a ideia da Declaração dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998) seja rapidamente ligada ao sistema prisional, pois é no sistema prisional que se concentra a maior parte dos atos contrários a esta declaração, caracterizados por atos de violência contra os sujeitos.

3.6 Agentes Penitenciários

O sistema prisional é uma instituição que comporta diversos elementos. Trata-se de uma rede de interações peculiares e se pode considerar que o elemento mais evidente socialmente é o detento. A presente pesquisa busca colocar em evidência o servidor deste sistema: o agente penitenciário. Para isso, busca-se clarificar esta profissão ainda pouco estudada, como afirmam Moraes (2013), Chies et al (2001) e

Lourenço (2011).

Foucault (2002) localiza historicamente a construção do sistema prisional. Os suplícios foram longamente usados até que fosse estabelecido o modelo de punição pela restrição de direitos que é atualmente adotado. O suplício, como forma de exemplo punitivo, perdeu seu efeito educativo, por vezes transformando o réu em vítima, o que sensibiliza a sociedade, contrário do desejado.

A pena restritiva do direito à liberdade surgiu com o intuito de educar, excluir para reformar o sujeito desviante, classificando-o, colocando seus corpos em evidência vigiada, vigia esta feita de forma real ou simbólica. Sendo assim, Foucault (2002) relata que esta nova dimensão de punição veio acompanhada de revolta: os sujeitos detidos questionavam os métodos usados e as condições físicas a que eram submetidos, estas revoltas atingiam, inevitavelmente, os trabalhadores da vigilância prisional.

Frente a esta revolta, surgiu o temor de fugas em massa. Thompson (2002) destaca que, reativamente a este temor, a vigilância precisou ser mais severa e os trabalhadores do sistema prisional não ficaram ilesos a isto. O agente penitenciário encontra-se no espaço hierárquico entre a direção das instituições prisionais e seus detentos. Este espaço ocupado pelo agente penitenciário é permeado por contradições de interesses e contrabalancear estes tensionamentos torna a profissão do agente ainda mais difícil. Quanto mais severa é a instituição, considera-se que mais frequentes são as tentativas de negociação em que os agentes são colocados como mediadores de possibilidades entre direção da unidade prisional e detentos.

Esta situação interativa tão peculiar constitui campo fértil para que haja relações violentas. Thompson (2002) afirma que a consequência dos rígidos valores morais da prisão não afetam exclusivamente os detentos, os agentes penitenciários não são imunes destes efeitos pelo fato de serem servidores e se encontrarem do outro lado das grades. O autor complementa o sentido paradoxal da função do agente penitenciário: se este for severo e rigoroso, será mal visto pelos detentos, podendo ser até considerado inadequado para a função pela direção da instituição; caso seja muito flexível com as normas e regras, será visto como relapso ou infrator. Em ambos os casos poderá sofrer retaliações e ter seu trabalho prejudicado.

O cotidiano de um agente penitenciário envolve situações interacionais peculiares. É constante sua relação com um grupo considerado como rival: os detentos. É iminente a esta relação a possibilidade de desordens pessoais, grupais e institucionais.

Inevitavelmente, estas relações transformam-se em possibilidades de risco à saúde física e mental e, até mesmo, risco de morte.

Lourenço (2011) acrescenta a ideia de que não apenas a rotina de trabalho no interior das instituições é tensa e permeada por riscos à saúde física e mental dos agentes. Os agentes penitenciários pertencem a uma classe que, frequentemente, é exposta e compreendida socialmente como portadora de condutas pouco admiráveis e condenáveis como: tortura, violência e maus tratos, facilitação de fugas, corrupção e negligência. Esta compreensão faz com que o reconhecimento profissional destes sujeitos seja comprometido por estigmas e generalizações.

Exercer seu ofício neste ambiente onde a violência impera e a contradição é uma constante, passa a ser rotina para agentes penitenciários. Lopes (2002) aponta que, no decorrer do tempo, muitos sujeitos que exercem esta função apresentam alterações comportamentais significativas: são instigados ao uso de álcool e de medicamentos psicotrópicos. Alguns até mesmo passam a praticar delitos, dando indícios da fragilidade que existe na separação da conduta legal e da conduta ilegal a que são expostos.

Essa autora afirma ainda que, historicamente, desde o nascimento da função de vigilância prisional, os carrascos, carcereiros, guardas de presídio e agentes de segurança penitenciários sempre tiveram sua imagem vinculada às situações de torturas, violências, vigilâncias, agressões, punindo o desviante para assim manter uma possível ordem social (Lopes, 2002).

A história do surgimento desta profissão não é consistentemente relatada por documentos ou evidências, mas claramente não se iniciou como uma opção pessoal por fazê-la. O primeiro documento que descreve de forma detalhada a função do guarda de Presídio é o decreto nº 3706 de 29 de abril de 1924. Nesta época, os agentes eram escolhidos e nomeados pelo diretor da instituição prisional, ou seja, não partia de um interesse subjetivo pelo ofício, mas sim um cumprimento de ordem e poderiam ser presos caso os nomeados não o fizessem (Lopes, 2002)

Segundo a autora supracitada, um problema social foi instaurado com estas determinações profissionais, pois muitos dos ordenados a cumprir o ofício de agentes penitenciários partiam de uma classe pobre e, supondo que prisioneiros e agentes pertenciam ao mesmo grupo social e comunidade, esta situação poderia ser geradora de constrangimentos, intensificando a precariedade das condições da prisão.

O caráter aversivo encontrado na construção histórica da

profissão do agente penitenciário ainda é algo contemporâneo. Segundo Lopes (2002), os agentes sentem-se discriminados socialmente por serem responsabilizados pelas situações problemáticas que ocorrem no sistema prisional como fugas, rebeliões, tortura, violência e corrupção.

A escolha profissional também continua, na maioria dos casos, não sendo uma opção feita por desejo ou realização subjetiva, o que pode trazer dificuldades para que seja assumida publicamente. Ela é vista como uma opção para quem se encontrava desempregado e se interessou pela estabilidade de um serviço público, ou é indicada por algum parente. A semelhança com o ofício de policiais também pode determinar esta escolha.

Lopes (2002) ressalta que, apesar de toda insatisfação, falta de reconhecimento social e de valorização por parte do Estado, os agentes acabam se habituando ao ofício e gradativamente deixam de lado o desejo de buscar outros trabalhos, ainda que afirmando a falta de interesse pelo que fazem. Em pesquisa feita pela autora, poucos assumem o gosto pela profissão.

Além dos fatores supracitados, ainda há o efeito sobre o comportamento destes agentes, uma mudança de padrões e valores que Thompson (2002) atribui ao conceito de “prisionização”. Fenômeno este que, erroneamente, é atribuído exclusivamente ao sujeito preso, mas que também atinge os agentes penitenciários, os quais, por vezes, vêem-se obrigados a ignorar velhos hábitos e valores adotando padrões inerentes a instituição prisional. Chies (2013) esclarece ainda que os agentes penitenciários, pelo permanente contato com este peculiar ambiente (instituição de natureza total), submetem-se a um “processo especial de socialização”, similar ao conceito da “prisionização” de Thompson, o qual se caracteriza pelo efeito nocivo à saúde e à vida social destes profissionais.

“Atrás dos muros ou das grades de uma prisão, funcionários adoecem, ou morrem, de forma silenciosa e sem grandes alardes” (Lourenço, 2011, pg. 180). Este autor aponta evidência de transtornos de humor, uso abusivo de substâncias psicoativas, desordens ansiogênicas, dificuldades para dormir e respirar, frustrações, insatisfação, dificuldades em manter um relacionamento conjugal satisfatório, chegando até mesmo ao suicídio, como sintomas recorrentemente declarados pela classe dos agentes penitenciários.

Frente ao exposto, não fica difícil identificar um campo possível para o sofrimento dos agentes penitenciários. A partir disto, surge então o questionamento: o que tem sido produzido pelos pesquisadores nacionais e internacionais acerca da condição psicossocial dos agentes

penitenciários?

3.7 A condição psicossocial dos agentes penitenciários e a produção científica.

Como condição psicossocial compreende-se um fenômeno complexo que situa em mesmo patamar as características subjetivas, físicas e sociais de um sujeito em interação com seu campo. Assim, considera-se o sujeito como produtor e produto de seu meio, que opera e se adapta constantemente às exigências que nunca cessam. Em torno deste conceito que esta busca por estudos científicos se desenvolveu.

Na busca de estudos que abordassem a temática da condição psicossocial dos agentes penitenciários, foram realizadas pesquisas nas bases de dados Medline (2000-2013), Scielo (2000-2013) e Lilacs (2000-2013). Os descritores internacionais utilizados foram: “*prison system*”, “*prison worker*”, “*penitentiary worker*” e “*prison officer*”. Nas bases de dados nacionais, os descritores utilizados foram: “sistema prisional”, “trabalho prisional”, “agente penitenciário” e “agentes prisionais”.

A partir das buscas realizadas nas plataformas citadas previamente, foram selecionados 209 artigos publicados em periódicos científicos. Destes, 131 foram encontrados na plataforma internacional Medline e, os 78 restantes, nas plataformas nacionais.

Para a análise foram selecionados os resumos dos artigos que condiziam com o objetivo deste estudo, totalizando 22, sendo 16 internacionais e 06 nacionais. A partir desta leitura, definiram-se categorias de análises metodológicas pautadas: no enfoque do estudo, no método utilizado, na técnica de coleta de dados, na característica dos participantes, nos periódicos, no país e no ano da publicação.

Por fim, dos 22 resumos analisados, apenas 17 artigos estavam disponíveis integralmente *online*. Estes artigos foram lidos e a partir desta leitura se estabeleceram categorias semânticas de acordo com o objetivo deste estudo, as categorias são: (1) violência; (2) saúde mental (3) fatores de risco; (4) fatores sociais e organizacionais.

Quanto às características dos participantes, identificou-se que a grande maioria dos estudos (18) foram pesquisas exclusivamente com agentes penitenciários, femininos e masculinos, fato que ocorreu em 13 delas. As cinco restantes trataram de estudos comparativos entre agentes penitenciários e outras classes profissionais. As demais 4 pesquisas foram: uma documental, uma avaliativa de programa, uma revisão de literatura e uma omitiu este quesito por se tratar de um relato de

experiência.

Quanto aos aspectos metodológicos dos estudos analisados, a prevalência no que se refere ao enfoque de estudo, 17 pesquisas foram de cunho pesquisa-empírica. Verificaram-se, ainda, nos cinco estudos restantes as seguintes delimitações: duas pesquisas ação, uma revisão sistemática, um estudo documental e um relato de experiência. No que tange ao tipo de estudo, apontaram-se 14 estudos com vertente transversal, três estudos comparativos e os demais não esclareceram sobre este critério. A análise de dados foi de maioria quantitativa (14).

Na seção *método*, a técnica mais utilizada foi o questionário autoadministrado (14), seguido de entrevista (dois). Cabe salientar que dois estudos recorreram aos registros de dados como técnica de coleta de dados, registro este em documentos de censo de acidentes de trabalho. As escalas utilizadas em geral buscaram avaliar sintomas da Síndrome de Burnout (*Maslach Burnout Inventory*), bem estar psicológico (*General Health Questionnaire*) estresse pós-traumático, depressão (CES-D-10), exposição a agressão e assédio moral no trabalho, estresse (*Job Stress Questionnaire*), entre outros.

Serão discutidas a seguir as categorias semânticas extraídas a partir da leitura dos 17 artigos disponíveis integralmente *online*. Os temas foram selecionados, baseados no objetivo deste estudo e são os seguintes: (1) violência; (2) saúde mental; (3) fatores de risco e (4) fatores sociais e organizacionais. Estes temas compõem os fatores da condição psicossocial dos agentes penitenciários. Alguns estudos abordam mais de uma categoria semântica e serão detalhados a seguir.

1 - Violência

A violência é um tema frequentemente associado às características das relações em instituições prisionais. Pode-se perceber entre os estudos analisados que a violência está como pano de fundo na maioria deles. Os estudos que evidenciaram o tema foram: Rasmussen, Hogh e Andersen (2013), Boudoukha, et al (2013) e Konda, Reichard e Tiesman (2012). Todos publicados em revistas científicas dos EUA, sendo os dois primeiros em um periódico específico sobre violência (*Journal of Interpersonal Violence*).

A pesquisa de Rasmussen, Hogh e Andersen (2013) se tratou de um estudo comparativo entre quatro áreas de trabalho que buscou investigar as ameaças e violência física no local de trabalho, as áreas comparadas foram: cuidadores em alas psiquiátricas, cuidadores de idosos, agentes prisionais, serviço social e escolas especiais. Com um total de 5.497 participantes, destes, 2.843 eram agentes penitenciários. Concluíram que em todos os locais de trabalho pesquisados a ameaça e

a violência física se encontram em um nível importante, o que representa um indício de violência como um fenômeno generalizado.

Boudoukha, et al (2013) buscam traçar um perfil de risco e vulnerabilidade dos agentes penitenciários por meio de uma pesquisa transversal, na qual 240 agentes responderam a um questionário autoaplicativo. Os autores perceberam que o alto índice de sintomas relacionava-se às interações violentas com os presos. No mais, os resultados indicaram uma relação entre os diagnósticos da Síndrome de Burnout e estresse pós-traumático e a violência interpessoal.

O estudo documental de Konda, Reichard e Tiesman (2012) buscou descrever através de análise do Censo de Acidentes de Trabalho Fatais o banco de dados do Sistema Nacional Americano de Vigilância de Lesões, acidentes de trabalho fatais e não fatais entre agentes penitenciários nos EUA. Notaram, com isto, que a violência no local de trabalho é a principal causa das lesões fatais e não fatais dos agentes penitenciários.

2 - Saúde Mental

A preocupação com sintomas e diagnósticos é uma constante em pesquisas que envolvem a classe dos agentes penitenciários. Muitas partem de um diagnóstico pré estabelecido, que fomenta a avaliação, descrição ou investigação. Entre os mais citados estão a Síndrome de Burnout e o estresse pós-traumático.

O já citado trabalho de Boudoukha, et al (2013) aponta que agentes penitenciários demonstram altos níveis de sintomas de estresse pós-traumático, apresentando elevado grau de exaustão emocional, pontos intensos de estresse, estados elevados de despersonalização, fuga e hiper-reatividade.

Finney, et al (2013, Inglaterra) por meio de uma revisão sistemática, analisaram oito estudos sobre a relação entre os estressores organizacionais e estresse em agentes penitenciários e a Síndrome de Burnout em unidades prisionais de adultos. O resultado indicou que a estrutura organizacional e o clima das instituições prisionais têm relação consistente com o estresse no trabalho e a Síndrome de Burnout.

A Síndrome de Burnout também é investigada por Carlson e Thomas (2006) em um estudo comparativo entre agentes penitenciários e assistentes sociais que trabalham no sistema prisional americano. Partindo deste diagnóstico, verificaram que há uma prevalência significativamente mais elevada da Síndrome de Burnout em assistentes sociais devido a três fatores principais: alta rotatividade, baixos salários e falta de apoio da gestão.

O trabalho realizado por Gonçalo, et al (2010), compara a experiência do estresse ocupacional em dois grupos de segurança portugueses: um grupo que trabalha em contexto público (n=95) e outro de agentes penitenciários (n=237). A análise comparativa aponta que os agentes penitenciários evidenciaram ter experiências profissionais mais negativas, maiores níveis da Síndrome de Burnout e desejo de abandonar a profissão, na medida que apresentam, também, menores níveis de comprometimento organizacional, satisfação com a vida e satisfação profissional.

O estudo transversal executado por Okoza, Imhonde e Aluede (2010,) busca examinar as fontes de estresse entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino de uma prisão na Nigéria. A pesquisa revelou que motins em presídios foram a maior fonte de estresse para os funcionários prisionais (96%).

O diagnóstico de depressão foi citado no resultado de duas pesquisas, uma americana e outra chinesa: Obidoa, et al (2011) e Liu, et al (2013). O primeiro se trata de um estudo transversal que avaliou o conflito familiar e organizacional e seu impacto na depressão entre agentes penitenciários. Os sintomas depressivos encontrados foram elevados entre os agentes e o conflito familiar e os organizacionais eram um fator crítico, contribuindo para o sofrimento psicológico. Já o outro estudo, com uma população de agentes penitenciários chineses, examinou as associações entre a percepção do apoio organizacional e o capital psicológico (autoeficácia, esperança, resiliência e otimismo) e os sintomas depressivos nos agentes penitenciários. Como conclusão, se teve a ideia de que o apoio organizacional e investimento no capital psicológico (especialmente resiliência e otimismo) devem ser incluídos na prevenção e para o tratamento de agentes penitenciários com sintomas de depressão.

Os estudos brasileiros também destacam o cuidado com a saúde mental e a atenção ao sofrimento dos agentes penitenciários. O trabalho de Rumin (2006), um estudo qualitativo e transversal que, ao buscar caracterizar as condições de trabalho dos agentes penitenciários, culminou com a percepção da necessidade de criação de um espaço para acolhimento do sofrimento psíquico destes agentes.

Este mesmo autor desenvolveu outros dois estudos sobre a temática: no primeiro, Souza e Rumin (2010) discutem a importância da elaboração de um modelo de atenção à saúde mental para os trabalhadores do sistema prisional, a partir da observação de que este acolhimento ao sofrimento psíquico havia permitido discussão de questões institucionais complexas, a singularização do sofrimento dos

trabalhadores e as defesas em relação com o trabalho. O segundo estudo de Rumin, et al (2011) trata de um relato de experiência que apresenta as características do sofrimento psíquico vivenciado por agentes penitenciários e delimita os elementos psicodinâmicos que emergem no trabalho de vigilância prisional.

Por fim, a pesquisa de Tschiedel e Monteiro (2013) foi desenvolvida com agentes do sexo feminino, propondo um estudo qualitativo com oito agentes, o qual buscou identificar os aspectos da organização do trabalho que produzem prazer e sofrimento e, ao mesmo tempo, descrever as estratégias defensivas utilizadas por estas agentes. A conclusão que se teve com este estudo foi que as agentes tentam encontrar caminhos para a manutenção da saúde ao utilizarem mecanismos de enfrentamento.

3 - Fatores de Risco

O estudo de Wright, Borril e Cassidy (2006) tratou de identificar o impacto de lidar com o suicídio sob custódia através de um estudo transversal com 49 agentes penitenciários ingleses que vivenciaram esta situação. O resultado constatou a taxa de incidência de 36,7% de estresse pós-traumático nesta população após o episódio. Baseado neste estudo, portanto, é possível supor que vivenciar um suicídio sob custódia tende a constituir um fator de risco ao desenvolvimento de transtornos ligados à saúde mental dos agentes penitenciários participantes da pesquisa.

4 - Fatores Sociais e Organizacionais

Em se tratando de trabalhos relacionados aos fatores sociais e organizacionais dos agentes penitenciários, três estudos foram analisados. O primeiro deles é o de Bulik (2005). Trata-se de um estudo comparativo, realizado na Polônia, entre profissões de segurança (policiais, bombeiros, guardas municipais, guardas de segurança e agentes penitenciários). Busca investigar o papel dos recursos pessoais e sociais na prevenção de agravos da condição de saúde destes funcionários. Os resultados deste estudo confirmam o papel importante de recursos pessoais e sociais, com ênfase neste último, na redução do estresse do trabalho, o que tende a evitar impactos negativos na saúde do grupo estudado.

O estudo brasileiro de Diuana, et al (2008), por meio de uma pesquisa ação envolvendo 83 agentes penitenciários (além de 65 detentos e outros 43 profissionais da saúde), buscou apresentar o papel dos agentes penitenciários como limitadores do acesso dos detentos aos serviços sanitários e o impacto das representações e práticas de saúde

destes agentes no cotidiano prisional. A conclusão encontrada foi que, através de uma tomada de consciência dos agentes penitenciários quanto às representações e práticas de saúde, é possível contribuir para a desconstrução de ideias estereotipadas e aumentar o engajamento em ações de prevenção de doenças e assistência à saúde.

Outro estudo nacional de Fernandes, et al (2002) trata de uma pesquisa transversal com 311 agentes penitenciários e buscou identificar possíveis associações entre condição de trabalho e saúde destes profissionais. Concluiu que distúrbios psíquicos menores, estresse persistente e queixas de saúde estão associados a condições organizacionais como: ambiente de trabalho psicologicamente inadequado, infra-estrutura insuficiente, jornada de trabalho maior que 48h semanais, dentre outros apontamentos.

É possível perceber que, de modo geral, as pesquisas relacionadas ao sistema prisional têm como foco a população encarcerada. Os servidores agentes penitenciários se configuram como possibilidade pouco estudada e, em certa medida, considerada de forma secundária (Moraes, 2013).

Mediante esta busca por referências bibliográficas, nota-se que questões envolvendo a condição psicossocial dos agentes penitenciários são presentes, nem sempre como objetivo inicial, mas constantemente apontadas e citadas em análises de dados, fato considerado em pesquisas nacionais e internacionais.

Uma questão constante nos estudos analisados é a necessidade de atenção e cuidado para com estes profissionais: seja por questões vinculadas à saúde e detecção de distúrbios relacionados ao ofício ou predisposição para o surgimento destes, seja por questões que vão além das que envolvem diagnósticos relativos à saúde mental, como necessidade de apoio institucional, recursos pessoais e sociais.

Percebe-se, através desta análise, que a população foco desta pesquisa se trata de uma classe de trabalhadores que demonstra necessidades em âmbitos variados de sua condição psicossocial.

4. MÉTODO

4.1 Caracterização da pesquisa:

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo transversal de enfoque quanti-qualitativo. Fala-se em delineamento transversal, pois se investigou um momento específico da vida do participante.

A abordagem quanti-qualitativa foi utilizada uma vez que o enfoque quantitativo garantiu a visualização concreta de determinados dados, bem como a precisão de seus resultados. Já o enfoque qualitativo visa descrever a complexidade de determinado problema, podendo contribuir no processo de mudança de um grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 1999).

Por finalidade, esta pesquisa é descritiva. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2002). Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade e estado de saúde física e mental, como é o caso desta pesquisa, a qual se propõe a descrever em profundidade a condição psicossocial de seus participantes.

4.2 Contexto:

O sistema prisional do estado de Santa Catarina, de acordo com dados do DEAP (2014), possui em seu quadro 1.800 agentes penitenciários, distribuídos em 48 unidades prisionais. Há 18.000 presos - entre provisórios e condenados - e um déficit de 4.700 vagas. O sistema prisional de Santa Catarina sofre um aumento da massa carcerária na média de cinco presos ao dia.

O estudo foi realizado em duas organizações deste sistema prisional, ambas pertencentes à Mesorregião da Grande Florianópolis. Estas organizações não são as únicas existentes na região citada. O critério de escolha foi: uma ser de segurança máxima e outra para presos provisórios, segurança mínima. Buscou-se assim duas realidades institucionais extremas, apesar de não se tratar de um estudo comparativo, os dois estabelecimentos destinam-se a presos com características teoricamente opostas, melhores descritas a seguir:

- Unidade 1 (máxima segurança): consiste em uma organização de segurança máxima destinada a preso considerados de alta periculosidade. A instituição foi inaugurada em maio de 2003 e tem

capacidade para 1150 presos, divididos em quatro pavilhões de acordo com tempo de pena e crime cometido, (informação via contato telefônico com a instituição).

- Unidade 2 (mínima segurança): destina-se basicamente a detentos² que aguardam julgamento em restrição de liberdade. O estabelecimento foi inaugurado em 1970 e conta com aproximadamente 300 detentos.

Ambas as organizações são exclusivamente para a detenção de presos do sexo masculino e maiores de idade.

Cabe ressaltar que esta pesquisadora é servidora da Secretaria de Justiça e Cidadania do estado de Santa Catarina (SJC-SC), a qual é responsável pela administração prisional das unidades estaduais. Por conta deste fato, o critério de escolha do contexto baseou-se em uma prévia disponibilidade dos gestores responsáveis para a realização da pesquisa nestas unidades. A escolha das unidades baseou-se, também, em diferenças entre a unidade em que a pesquisadora é lotada e exerce a função de psicóloga e os locais de pesquisa.

4.3 Participantes:

No sistema prisional de Santa Catarina, os servidores responsáveis pela vigilância e custódia dos presos, dentre outras funções desenvolvidas em unidades prisionais, são denominados agentes penitenciários. Seu regime de contratação ocorre por meio de concurso público que tem como exigência mínima de escolaridade o ensino médio completo. De acordo com informação do Departamento de Administração Prisional de SC – DEAP (2013), atualmente o Estado conta com um efetivo de 1.600 agentes penitenciários, divididos em 48 unidades prisionais.

Dentro deste público, foi adotada a forma intencional de seleção dos participantes, ou seja, participação mediante aceite do convite verbal feito pela pesquisadora. O convite ocorreu no local de trabalho, diretamente aos participantes, sem a interferência dos gestores. O número de participantes foi 15, sendo 10 da Unidade 1 e cinco da

² Cabe esclarecer que o termo preso se refere ao sujeito condenado, que cumpre sua pena judicial restrito de liberdade. Já o termo detento se refere ao sujeito que aguarda seu julgamento em restrição de liberdade. Esta pesquisa ocorreu em unidades destinadas a ambos, por com disto os dois termos serão aqui empregados.

Unidade 2. Este número representa 10% do total dos agentes de cada unidade que correspondia aos critérios de inclusão descritos a seguir.

Critérios de inclusão: servidores estaduais que prestaram concurso para o cargo de agente penitenciário que estão em exercício na atividade fim, ou seja, não se encontram em desvio de função de agente penitenciário nas unidades selecionadas. Um concurso público para este cargo em SC ocorreu em 2006 e sua validade expirou em 2010, este foi usado como referência para esta pesquisa, pois assim, os servidores possuem três anos como tempo mínimo de desempenho da função na unidade pesquisada. Cabe destacar que neste ano de 2014 ocorreu um novo concurso, no período desta pesquisa os servidores ainda não estavam lotados em unidades prisionais pois frequentavam a Academia de Justiça e Cidadania (ACADEJUC). Não há critérios de idade mínima ou máxima.

Minayo (2004) aponta como amostra ideal aquela que é capaz de refletir a totalidade de suas múltiplas dimensões. A questão da validade dessa amostragem está na capacidade de alcançar os objetivos propostos empiricamente, em todas as suas dimensões.

4.4 Instrumentos

Os instrumentos para coleta de dados desta pesquisa foram os seguintes:

4.4.1 Questionário sóciodemográfico (APÊNDICE 1):

O questionário é composto por questões que objetivam caracterizar os participantes como: idade, grau de escolaridade, grau de formação, estado civil, se possui filhos, com quem mora, há quanto tempo exerce a profissão, se já trabalhou em outra unidade prisional, se possui outro vínculo ocupacional remunerado, se já solicitou afastamento para tratamento de saúde (caso afirmativo, quantas vezes e para qual tratamento).

4.4.2 Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100) (APÊNDICE 2):

O WHOQOL-100 (*Instrument for the assessment of the quality of life of the World Health Organization*) é um instrumento que avalia a da qualidade de vida, sendo este conceito definido como: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Flech et al, 1999, pg. 199).

A constatação de que não havia nenhum instrumento que avaliasse a qualidade de vida dentro de uma perspectiva transcultural motivou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a desenvolver um instrumento com estas características.

Este instrumento foi desenvolvido pela OMS na década de 1990 e apresenta versões em mais de 20 idiomas. Consiste em 100 perguntas referentes a seis domínios: psicológico, físico, nível de independência, relações sociais, ambiente e espiritualidade. É dividido em 24 facetas contendo 4 perguntas cada. As respostas são apresentadas em escala do tipo Likert e consiste em um instrumento de auto resposta. A duração da aplicação do instrumento não costuma ser longa e varia conforme a compreensão, interpretação e definição das respostas dos participantes.

Na validação e adequação para a população brasileira (Flech et al, 1999), o instrumento apresentou boa consistência interna, validade discriminante, validade concorrente e validade de conteúdo básico. Apresentou boa consistência interna, medidos pelo coeficiente α de Cronbach, quer se tomem as 100 questões, as 24 facetas ou ainda os seis domínios.

4.4.3 SRQ (*Self-Reporting Questionnaire*) (SRQ-20 e SRQ-A) (APÊNDICE 3)

Na década de 1970, a OMS conduziu o Estudo Colaborativo em Estratégias para Atendimento em Saúde Mental, visando validar métodos de baixo custo para rastreamento psiquiátrico. Havia uma notória escassez de dados sobre saúde mental e assistência em países em desenvolvimento motivada pelo elevado custo e complexidade de diagnósticos.

Testou-se, então, o SRQ, instrumento proposto por Harding et al (1980). O SRQ originalmente era composto por 30 questões, sendo 20 sobre sintomas psicossomáticos para rastreamento de transtornos não psicóticos, quatro para transtornos psicóticos, uma para rastreamento de convulsões do tipo tônico-clônica e cinco questões para rastreamento de transtorno por uso de álcool. Portanto, o SRQ é composto de duas partes - SRQ-20 e SRQ-A. A questão para rastreamento de convulsão e as quatro para transtorno psicótico ficaram em desuso por não apresentarem uma adequada sensibilidade em instrumentos auto-aplicáveis (Gonçalves, Stein & Kapczinski, 2008).

Esses autores realizaram um estudo com o objetivo de verificar o ponto de corte mais adequado para o uso do instrumento SRQ-20 como instrumento de rastreamento de transtornos não psicóticos e das 5 questões do SRQ-A para rastreamento de transtornos por uso de álcool,

por meio da comparação com entrevistas estruturadas de diagnósticos psiquiátricos baseado no DSM-IV-TR. Fez-se necessária esta pesquisa pois o instrumento SRQ-20 foi utilizado por duas décadas e houve significativa evolução de diagnósticos psiquiátricos neste lapso, podendo assim haver alteração no ponto de corte indicado pelo instrumento. Uma nova validação se fazia então necessária.

O SRQ-20 é composto por 20 questões com respostas do tipo sim/não. Cada resposta afirmativa pontua um ponto, somados para o escore final, sendo 0 nenhuma probabilidade de presença de transtornos não-psicótico e 20 representa extrema probabilidade.

O SRQ-A é composto por cinco questões para rastreamento de transtornos por uso de álcool. As respostas são do tipo sim/não. Cada resposta afirmativa pontua com o valor *um* para compor o escore final por meio de somatória. Duas respostas ou mais indica problemas com abuso de álcool.

Os autores concluíram que o SRQ (SRQ-20 e SRQ-A) consiste em um instrumento que contempla um bom desempenho para discriminação dos casos positivos dos negativos e é efetivo para uso em larga escala, apresenta fácil compreensão pelos pacientes, mesmo aqueles que possuem baixo nível de instrução, é barato e não requer um entrevistador clínico. É indicado para estudos de prevalência psiquiátrica. Como resultado, apontou o ponto de corte ideal 7/8 respostas afirmativas como indicativo de transtornos não psicóticos, para o SRQ-20, com sensibilidade de 86,33%, não apresentaram diferenças significativas entre os sexos. Para o SRQ-A o ponto de corte ótimo é 1/2, também para ambos os sexos.

4.4.4 Entrevista semiestruturada (APÊNDICE 4):

Na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e o participante é essencial. Para esta interação optou-se pelo uso de uma entrevista semiestruturada. Foi elaborado um roteiro de entrevista com a finalidade de nortear o discurso do participante, possibilitando a livre verbalização a respeito da temática. As questões norteadoras da entrevista foram criadas de acordo com os objetivos apresentados pela pesquisa. O instrumento passou por uma adequação, a fim de verificar possíveis ajustes e mudanças, mediante a aplicação em dois agentes penitenciários voluntários de uma instituição prisional distinta das pesquisadas.

O envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser tomado como uma falha ou um risco comprometedor da

objetividade, acaba sendo pensado como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. Assume-se que a inter-relação no ato de uma entrevista contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências, e a linguagem do senso comum, e é condição “*sinequa non*” do êxito da pesquisa qualitativa (Minayo, 2004).

4.5 Considerações éticas

O presente estudo respeitou a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde a qual se refere aos cuidados éticos imprescindíveis ao se realizar pesquisas com seres humanos. Para tanto, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), aprovado com CAAE 26381514.0.0000.0121, parecer número 711.478. A partir disto os dados foram coletados.

Os agentes penitenciários participantes foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo, mediante a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 5). A leitura deste foi feita conjuntamente com os participantes. Foi enfatizado o caráter voluntário da pesquisa, o anonimato, a possibilidade de desistirem dela a qualquer momento e que a pesquisa não acarretaria ônus aos participantes.

Quanto aos riscos, existe na Secretaria de Justiça e Cidadania de SC um setor -Serviço de Atendimento ao Servidor (SAP) - que conta com uma psicóloga responsável por prestar atendimento psicoterapêutico aos agentes penitenciários e demais servidores do sistema prisional. Caso algum dos participantes demonstrasse necessidade ou demanda terapêutica desencadeada pela temática abordada por esta pesquisa, este seria prontamente encaminhado para o SAP, que prestaria o atendimento e suporte necessários.

Pelo fato de a pesquisadora ser servidora do sistema prisional de SC, optou-se pela escolha de organizações distintas da qual esta é lotada, a fim de evitar que o vínculo anteriormente estabelecido não viesse a comprometer possíveis dados ou conteúdos.

4.6 Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente, a pesquisadora entrou em contato com o gestor responsável pela administração do sistema prisional do Estado de SC (DEAP) esclarecendo os objetivos da pesquisa e o interesse em realizá-la nas unidades prisionais com os servidores agentes penitenciários.

Para a inserção da pesquisadora no campo de pesquisa, foi solicitada a autorização da instituição, por meio de uma declaração que foi submetida ao Comitê de Ética da UFSC. Com a aprovação deste, a

pesquisadora retornou o contato com os diretores dos estabelecimentos (Unidade 1 e Unidade 2) para dar início à coleta de dados.

O primeiro contato com os participantes ocorreu no próprio ambiente de trabalho, durante seu período de plantão. Explicaram-se os objetivos e procedimentos da pesquisa, e o servidor foi diretamente convidado a participar. Em função de se tratar de um estabelecimento de segurança, onde o horário de trabalho funciona por plantões de 24h, a pesquisadora ficou disponível para que a entrevista ocorresse no momento mais adequado, a fim de evitar transtornos institucionais.

Antes do início da coleta foi entregue ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE 5), o qual foi lido possibilitando assim que participante esclarecesse possíveis dúvidas e o assinasse. Dentre as informações presentes no TCLE estão: os objetivos da pesquisa, sua relevância científica e social, os procedimentos que seriam adotados, as orientações éticas, o contato da pesquisadora e da orientadora, do Comitê de Ética, além dos possíveis riscos decorrentes da pesquisa. Antes da coleta de dados, foi realizada uma adequação dos instrumentos com dois participantes, a fim de verificar os objetivos da pesquisa e a compreensão dos instrumentos.

Em seguida, solicitou-se que o participante respondesse aos questionários WHOQOL-100 e o SRQ (SRQ-20 e SRQ-A). Após, foi preenchido o questionário sóciodemográfico, pela própria pesquisadora. A escolha por esta ordem de aplicação foi decidida buscando evitar possível influência entre as informações prestadas. Por este mesmo intuito foi mantido o intervalo de pelo menos três dias entre a aplicação dos instrumentos e a entrevista semiestruturada. O intervalo de tempo foi adotado de acordo com o regime de plantão do servidor: trabalha-se 24h e folga-se 72h, ou seja, durante um plantão responderia aos instrumentos e, no próximo dia de trabalho, responderia à entrevista.

Para que a entrevista fosse gravada, solicitou-se a permissão dos participantes, com o objetivo de que o material fosse utilizado sem que houvesse perda de conteúdo e para que a pesquisadora tivesse sua atenção voltada plenamente ao participante.

Cabe aqui destacar algumas características que foram consideradas durante a coleta de dados: para que, diariamente, durante sete dias da semana tenham agentes trabalhando, o número total de servidores é dividido em quatro equipes (plantão A, B, C e D). Estas equipes estão sob o comando de diferentes supervisores. Estes servidores trabalham, na maioria dos casos, sempre no mesmo local dentro da unidade. Na Unidade 1, estes locais são chamados de

pavilhões ou raios, totalizando quatro. Os detentos são separados nestes pavilhões de acordo com o crime cometido e o tempo de pena.

Para tornar possível a coleta, considerando estas peculiaridades, a escolha dos participantes foi enviesada pela diferença de plantões e galerias, evitando assim possíveis padrões característicos de uma equipe.

4.7 Análise dos dados

Após o término da coleta de dados, os dados do questionário sociodemográfico, WHOQOL-100, SQR-20 e SQR-A foram tabulados, com a ajuda do programa *Excel* e as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora para organização e análise.

Com a transcrição das entrevistas, o material foi analisado com auxílio da análise de conteúdo e as categorias de análise foram construídas *a posteriori*. De acordo com Bardin (2004), na análise de conteúdo busca-se também apreender parte do discurso latente. Assim como, em uma análise temática, busca-se descobrir quais são os núcleos de sentido expressas nas narrativas do participante.

Com isto, o objetivo é proceder com a análise temático-categorial, ou seja, a partir dos discursos dos participantes chegar a categorias que expressem a condição psicossocial dos participantes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em duas partes. A primeira delas consiste na apresentação e discussão dos dados descritivos: informações obtidas no questionário sociodemográfico, nos instrumentos SRQ (SRQ-A, SRQ-20) e WHOQOL-100.

A segunda parte apresenta os dados qualitativos, ou seja, resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas. Os dados foram analisados e organizados em forma de categorias, subcategorias e elementos de análise, dando assim suporte para a discussão que é feita na sequência. Para facilitar a compreensão dos resultados obtidos, optou-se pela apresentação sistemática seguida da discussão de cada resultado.

5.1 Caracterização dos Participantes

Esta pesquisa foi realizada com quinze (n=15) agentes penitenciários do sexo masculino, como indicado na Tabela I (pg 47). Com o intuito de manter o sigilo concernente à identidade dos participantes, estes serão assim identificados: A1, A2, A3...A15. Não houve um critério relacionado à idade no momento da escolha dos participantes; consta neste quesito um recorte que varia entre 28 e 60 anos, sendo a média de idade 39 anos.

Quanto ao estado civil dos participantes, encontra-se o seguinte cenário: nove são casados e seis são solteiros. Em relação a filhos: 12 deles têm filhos, com idades que variam de recém nascidos a maiores de 20 anos, sendo a maioria deles situados entre a faixa etária de 5 a 10 anos. Sete participantes moram com companheiras e filhos, três moram sós, três com companheiras sem filhos, um com os pais e um com o filho.

No que se refere à escolaridade, três possuem o ensino médio completo, quatro o ensino superior e os oito restantes possuem pós graduação. Todos os participantes possuíam atividade profissional anterior, sendo que seis deles possuíam profissão vinculadas à segurança como vigilante, policial militar, segurança particular e guarda municipal. Em relação ao tempo de serviço como agente penitenciário, este variou entre três e onze anos, com média de carreira no sistema prisional de seis anos. Do total da amostra, no momento da coleta, três participantes ocupavam a função de supervisor da equipe e os demais 12

ocupavam uma função nas galerias, ou seja, estavam em contato direto com os detentos.

Apenas cinco deles já haviam trabalhado em outras unidades prisionais e os dez demais sempre atuaram no mesmo local. Em relação a trabalhos extras, além da função de agente penitenciário, oito dos participantes trabalham apenas como agente penitenciário e sete possuem outra forma de renda vinculada a alguma atividade profissional além do serviço público.

Do total da amostra, três participantes já se afastaram para tratamento de saúde: dois por cirurgia - fratura de perna jogando futebol e fratura após queda de moto - e um se afastou após uma troca de tiros em uma discussão de trânsito, na qual não foi ferido mas achou necessário se afastar da função de agente penitenciário durante 40 dias, justificado por atestado médico.

Tabela I. Síntese do perfil dos participantes

		N	%
Estado Civil	Casado	9	60%
	Solteiro	6	40%
Filhos	Possui	12	80%
	Não possui	3	20%
Com quem moram	Companheira e filhos	7	46,6%
	Pais	1	6,6%
	Filhos	1	6,6%
	Companheira	3	20%
	Só	3	20%
Escolaridade	Médio	3	20%
	Superior	4	26,6%
	Pós graduação	8	53,3%
Idade	20-29 anos	2	13,3%
	30-39 anos	3	20%
	40-49 anos	6	40%
	50-59 anos	1	6,6%
Tempo de serviço	1-5 anos	3	20%
	6-10 anos	8	53,3%
	11-15 anos	1	6,6%

5.2 Resultados SRQ (SRQ-A e SRQ-20) e WHOQOL-100

Os instrumentos adotados nesta pesquisa serviram como geradores de dados para complementar a análise das narrativas. Baseado na revisão bibliográfica, a qual apontou estudos que traziam o adoecimento dos agentes penitenciários como ponto chave de pesquisa (Lopes, 2002, Lourenço, 2011, Carlson & Thomas, 2006, Rumin, 2006), a escolha de um instrumento que auxiliasse na emersão de sintomas e outro que sugerisse como se encontram pontos relacionados à qualidade de vida dos participantes pareceu adequado.

A opção por estes instrumentos ocorreu baseada na tendência mundial do uso de instrumentos elaborados pela OMS, como é o caso do WHOQOL-100 e o SRQ (SRQ-A e SRQ-20) que se baseiam nos critérios diagnósticos do DSM IV. No entanto, a proposta destes instrumentos e o objetivo da pesquisa não é traçar diagnósticos, já que se entende que um diagnóstico só é possível quando se compreende o sujeito em suas relações, durante um processo complexo e cuidadoso. Assim, utilizaram-se os instrumentos como indicadores da condição de saúde dos agentes penitenciários e não como instrumento diagnóstico.

Cabe lembrar que a aplicação dos instrumentos foi em momento distinto da entrevista, com pelo menos três dias de intervalo, a fim de evitar possíveis interferências nos conteúdos das narrativas.

5.2.1 SRQ-A

Este instrumento foi utilizado para responder a um dos objetivos desta pesquisa, que se refere a descrever sintomas apresentados pelos participantes. Durante as entrevistas este ponto não foi abordado diretamente para a construção de uma categoria de análise, porém é um ponto que merece atenção.

A etapa do instrumento chamada SRQ-A é composta por cinco questões e tem por finalidade o rastreamento de transtornos por uso de álcool nos últimos 30 dias. O uso de álcool foi citado por dois dos participantes; cada um assinalou um sintoma no instrumento. O ponto de corte que indica problemas com abuso de álcool são duas respostas ou mais. Assinalar apenas um sintoma, de acordo com o instrumento, não indica transtornos por uso de álcool. Dentre os que assinalaram o sintoma de uso de álcool, as respostas positivas foram nas questões: *1- Alguma vez sua família, seus amigos, seu médico ou alguém importante comentou ou sugeriu que você estava bebendo demasiadamente?* e *5- Já lhe pareceu alguma vez que estava bebendo demasiadamente?* Porém,

nas entrevistas, o uso de substâncias psicoativas não foi mencionado por nenhum dos participantes.

5.2.2 SRQ-20

Dos 15 participantes, nove responderam “sim” às questões deste questionário, com frequência que variou de, um sintoma a 11 sintomas para uma média de dois sintomas. Para o grupo de homens, o ponto de corte que indica sofrimento psíquico são sete respostas afirmativas, situação observada em dois participantes da presente pesquisa. Os sintomas e sua frequência serão apresentados na tabela II a seguir.

Tabela II. Sintomas e frequência

SINTOMAS	%
Sente-se nervoso, tenso ou preocupado	66,6%
Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento)	55,5%
Dorme mal	33,3%
Assusta-se com facilidade	33,3%
Sente-se triste ultimamente	33,3%
Sente-se incapaz de desempenhar um papel útil na sua vida	22,2%
Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo	22,2%
Tem perdido o interesse pelas coisas	22,2%
Sente-se cansado o tempo todo	22,2%
Cansa-se com facilidade	22,2%
Tem dores de cabeça frequentes	11,1%
Tem dificuldade de pensar com clareza	11,1%
Tem chorado mais do que costume	11,1%
Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias	11,1%
Tem tido ideia de acabar com a vida	11,1%

Nas entrevistas realizadas com os participantes, três deles falaram a respeito de sintomas apresentados no instrumento SRQ-20. As narrativas a seguir apoiam esta observação:

Percebi que a gente, a gente fica sem motivação, é uma coisa que parece um poço sem fundo, uma coisa que isso aqui não tem solução pra nada, você acha que a coisa só vai piorar fica

desanimado, não vê uma luz no fim do túnel, fica meio desanimado com a vida. Antes eu era mais animado, era sim. (A11)

Sou insatisfeito às vezes eu tenho a impressão que pelo menos na minha cabeça nosso trabalho fim, a gente tampa o sol com a peneira, só faz uma segregação, só separa da sociedade, isso me deixa meio infeliz. (A12)

As duas narrativas exemplificam o que se observa em 55,5% dos participantes que responderam de forma afirmativa às seguintes questões do instrumento SRQ-20: possuir dificuldades no trabalho, considerar o trabalho penoso, lhe causa sofrimento. A falta de identificação e sentido com a atividade pode ser um gerador de sofrimento, caso isto impossibilite o sujeito de se adaptar de uma forma criativa com seu meio.

Eu tenho lembrado que quando a gente começa a adolescência começa a pensar, quer mudar o mundo, todo mundo esquece mas eu não esqueci o que eu escrevi. Eu queria ser tanta coisa e aí a gente vai esquecendo, eu vou esquecendo e eu vi que esqueci completamente, to aqui, gosto do que eu faço mas o que eu faço não vai fazer diferença pro mundo, é o sentimento que eu tenho... Numa macro visão eu não faço muita diferença, no meu tempo de folga eu fico pensando, pensando, a frase que eu penso é pra quê que eu sirvo e eu não vejo motivo pra eu estar aqui, então o que mais eu tenho na minha cabeça é se tiver que acontecer, se eu morrer amanhã, tudo bem eu não tenho nada a perder, tenho o sentimento que não tenho nada a perder, porque eu não tenho nada, não tenho minha casa, eu tenho carro que estou pagando, bem material não tenho nada, e pessoa também não tenho, os que eu tenho acho que não vão sentir falta, hoje não ta tanto, mas isso vem e vai assim, um sentimento que atormenta de vez em quando que eu não tenho vontade nenhuma de estar aqui no planeta, não tenho vontade nenhuma. (A9)

O participante A9 assinalou afirmativamente 11 questões do instrumento, o que indica a presença de sofrimento psíquico. O sofrimento psíquico é observado em sua fala ao apontar a falta de identificação com seus projetos passados, a falta de sentido no que faz atualmente. Para Perls, Hefferline e Goodman (1997), o sentimento de valor é encontrado quando há coerência entre os anseios do sujeito e a atividade realizada ou, na sensação de satisfação após uma situação concluída. O sentimento de não pertencer e de não ser útil passa pela falta dessa adaptação ou auto regulação de suas necessidades.

Os dois participantes que apresentaram mais de 7 respostas afirmativas neste instrumento, o que indica sofrimento psíquico, representam 13,3% da amostra. Ambos encontram-se na faixa etária dos 30-40 anos, pós graduados, um solteiro com filhos, o outro é casado e sem filhos. Possuem o mesmo tempo de serviço - 7 anos - e sempre trabalharam na mesma unidade prisional em que se encontram. O participante A9 assinalou afirmativamente 11 respostas, enquanto o A11 assinalou dez respostas referentes a sintomas, destas seis são iguais (4, 6, 9, 13, 15 e 18 – APÊNDICE 3).

O estudo com agentes penitenciários, feito por Lourenço (2011) aponta sintomas de insatisfação, transtorno de humor, ansiedade e desejo de atentar contra a própria vida, corroborando situações presentes às narrativas citadas acima.

5.2.3 WHOQOL-100

O conceito de qualidade de vida no qual se baseia a construção do instrumento WHOQOL-100 se refere à: “percepção do indivíduo: de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus: objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Flech et al, 1999, pg. 199). Com o intuito de organizar as observações referentes à qualidade de vida dos agentes penitenciários, as respostas foram tabuladas na Tabela III-Facetas (pg 52) e Tabela IV-Domínios (pg 53) e agora analisadas.

O Quadro I (pg 52) apresenta as escalas de respostas utilizadas para a interpretação das respostas do WHOQOL-100. Em seguida, são apresentadas as tabelas I e II, as quais explicitam os resultados obtidos no instrumento.

A primeira tabela - Tabela III-Facetas (pg 52) - descreve as 24 facetas que constituem o instrumento e as frequências obtidas após as respostas dos participantes.

A segunda tabela - Tabela IV-Domínio (pg 53) - apresenta, por sua vez, os seis domínios que compõem o instrumento e suas

respectivas frequências. Lembrando que o instrumento é composto por 100 perguntas referentes a seis domínios distintos: psicológico, físico, nível de independência, relações sociais, ambiente e espiritualidade, divididos em 24 facetas, como descrito no Quadro II - descrição das facetas (pg 53).

Quadro I. Escalas

ESCALA	0%	25%	50%	75%	100%
INTENSIDADE	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
AVALIAÇÃO	Muito ruim Muito infeliz	Ruim Infeliz	Nem ruim Nem bom Nem feliz Nem infeliz	Bom Feliz	Muito bom Muito feliz
CAPACIDADE	Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Repetidamente	Sempre

Tabela III. Facetas

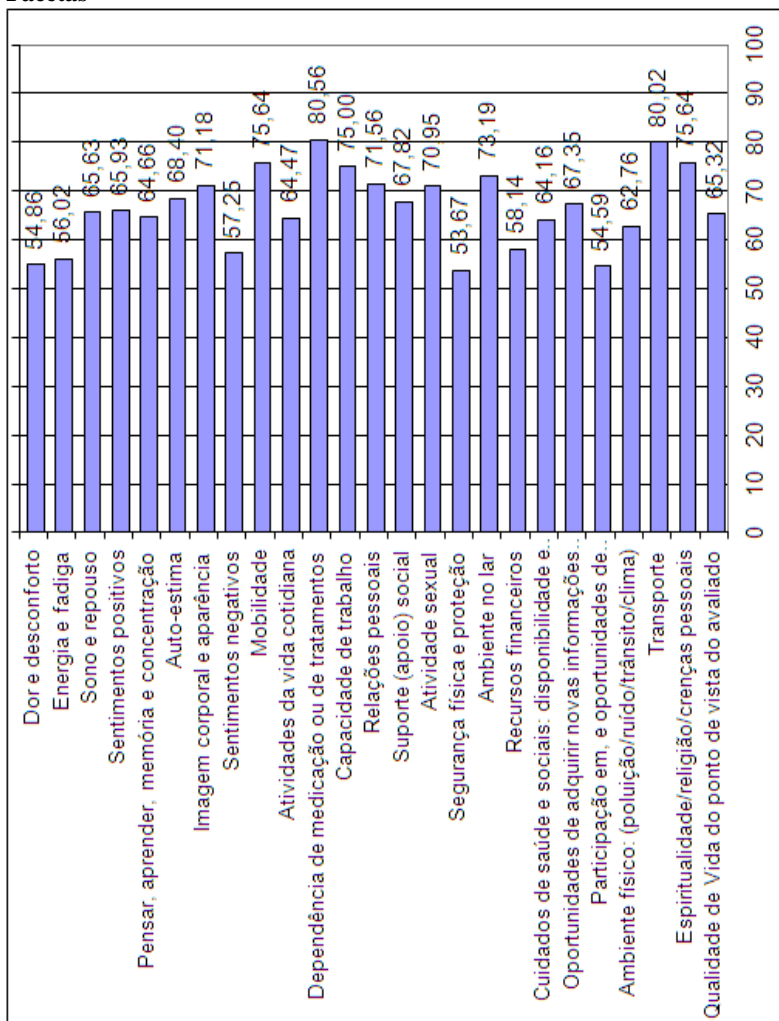
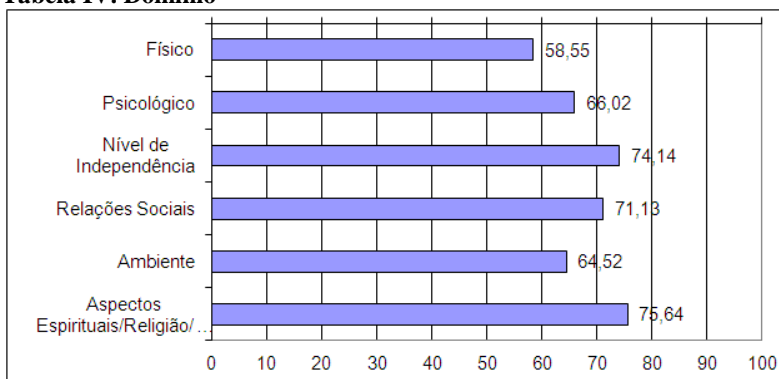


Tabela IV. Domínio

Segue o quadro com a descrição de cada domínio e suas facetas:

Quadro II. Descrição das facetas

DOMÍNIO	DESCRIÇÃO DAS FACETAS
Domínio I - Físico	Dor e desconforto, energia e fadiga e sono e repouso.
Domínio II - Psicológico	Sentimentos positivos, pensar, aprender, memória e concentração, auto-estima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos.
Domínio III - Nível de Independência	Mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos, capacidade de trabalho.
Domínio IV - Relações Sociais	Relações pessoais, suporte (apoio) social, atividade sexual.
Domínio V - Ambiente	Segurança física e proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade, oportunidades de adquirir novas informações e habilidades, participação em, e oportunidades de recreação/lazer, ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima), transporte.
Domínio VI - Aspectos Espirituais/Religião/Crenças pessoais	Espiritualidade/ religiosidade/ crenças pessoais.

Tanto o resultado das facetas quanto dos domínios ultrapassou o índice de 50%, o que significa, como exemplificado no Quadro I – Escalas (pg 52), que as respostas foram mais positivas do que negativas. Quanto maior a porcentagem, mais positivo é o indicativo de intensidade, avaliação, capacidade e frequência - considera-se 100% o melhor indicativo.

Há exceção de três facetas que possuem a leitura da escala de forma invertida, ou seja, são constituídas em sua totalidade por questões negativas, são elas: dor e desconforto, sentimentos negativos e dependência de medicação e de tratamentos. Nestes casos, uma alta porcentagem nas respostas se refere a um indicativo negativo nos escores de intensidade, avaliação, capacidade e frequência.

A dependência de medicação e tratamentos foi indicada por 80,56% dos participantes (n=12). Cabe lembrar que a população estudada é considerada jovem, com média de idade de 29 anos, o que pouco justifica a alta frequência do uso de medicações. Não há informações específicas sobre que medicações ou de que tratamentos os participantes utilizam.

A segurança física e proteção aparecem com a porcentagem mais baixa em relação às demais facetas (53,67%). A presença deste fator também foi observado nas entrevistas e será discutido juntamente com as categorias que discutem os fatores de risco.

De modo geral, a qualidade de vida dos participantes encontra-se com um índice de 65,32%. Ao levar em conta todas as facetas do instrumento, o resultado final referente à qualidade de vida, indica que esta, do ponto de vista dos participantes, se encontra em adequada situação de satisfação.

5.3 Apresentação das Categorias, Subcategorias e Elementos de análise

O processo de análise dos dados qualitativos desta pesquisa ocorreu da seguinte forma: no primeiro momento, realizou-se a leitura das entrevistas transcritas, com o objetivo de realçar o que surgia em segundo plano (Bardin, 2004). Baseado nos objetivos desta pesquisa, buscou-se palavras que pudessem atribuir sentido aos elementos pesquisados.

No momento seguinte, deu-se a análise categorial das narrativas. A escolha das subcategorias, que unidas formaram as categorias, baseou-se também nos objetivos pré-determinados desta pesquisa. Para cada elemento de análise pertencente às subcategorias serão citadas duas

ou três falas dos participantes que as ilustrem, sendo que este número não representa a totalidade de ocorrências observadas nas narrativas dos participantes. Desta forma, o discurso dos participantes servirá de base para responder aos objetivos desta pesquisa, além de possibilitar o diálogo teórico ao aprofundar o fenômeno pesquisado.

Ao final deste processo, foram identificadas três categorias e suas respectivas subcategorias e elementos de análise, apresentadas no Quadro III (pg 57). De modo sintético as categorias são descritas a seguir:

CATEGORIA 1: Riscos

Nesta categoria foram discutidos os fatores de risco relacionados à função de agentes penitenciários a partir de três diferentes aspectos: institucional, cotidiano e violência.

Subcategoria 1.1 Institucional

Buscou-se compreender os fatores de riscos vinculados à sua rotina institucional e ao desempenho de sua função na unidade prisional a partir de três elementos de análise: o preso, as questões administrativas e a insalubridade.

Subcategoria 1.2 Cotidiano

Identificou-se fatores de risco relacionados com a vida cotidiana, entre eles questões relacionadas à mudança de comportamento e fatores relacionados a vínculos familiares e sociais, compreendidos a partir de novos comportamentos e hábitos, do salário, do imaginário social e da opinião dos amigos e familiares.

Subcategoria 1.3 Violência

Buscou-se agrupar nesta subcategoria os fatores de risco relacionados à temática da violência no tocante à atividade profissional e também à vida cotidiana, explicitados a partir das rebeliões, da morte e dos danos à integridade física.

CATEGORIA 2: Proteção

Nesta categoria são apresentados os fatores de proteção dos agentes penitenciários. Estes foram relacionados em três aspectos e compreendidos a partir dos elementos das subcategorias seguintes: institucional, social e subjetivo.

Subcategoria 2.1 Institucional

Apresentaram-se fatores de proteção do dia a dia institucional, compreendidos a partir da capacitação profissional, do relacionamento

com colegas, supervisores e diretor, do relacionamento com os presos e da rotina na instituição.

Subcategoria 2.2 Social

Buscou-se elencar nesta subcategoria os fatores de proteção relacionados à vida social, compreendidos pelos agentes penitenciários a partir da história de um membro da família ou amigo na carreira de agente penitenciário, da reação da família à carreira pública e da estabilidade profissional.

Subcategoria 2.3 Subjetivo

Esta subcategoria descreveu os fatores de proteção subjetivos, tais como os cuidados que competem ao sujeito, compreendidos a partir dos cuidados com a saúde e da moral.

CATEGORIA 3: Formas de Enfrentamento

Nesta categoria, são elencadas as formas de enfrentamento utilizadas pelos participantes na tentativa de diminuir o impacto dos fatores de risco relacionados à função de agente penitenciário: formas de enfrentamento evitativa, de distração e prevenida.

Subcategoria 3.1 Evitativa

Apresentaram-se as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos participantes, compreendidas a partir de três estratégias distintas: não declarar sua profissão, o porte de arma e evitar lugares e situações.

Subcategoria 3.2 Distração

Buscou-se elencar as maneiras usadas para a distração da atividade penitenciária, a partir da referência às atividades para se desligar da profissão e à prática religiosa.

Subcategoria 3.3 Prevenida

Caracterizaram-se os meios de enfrentamento que ocorrem baseados em uma projeção subjetiva sobre seu meio, pessoas ou o futuro, compreendidos a partir do fato de julgar ambientes e pessoa e por considerar deixar a profissão.

Quadro III. Síntese das Categorias, Subcategorias e Elementos de Análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Categoria 1 Risco	1.1 Institucional	1.1.1 Preso 1.1.2 Questões administrativas 1.1.3 Insalubridade
	1.2 Cotidiano	1.2.1 Novos comportamentos e hábitos 1.2.2 Salário 1.2.3 Imaginário social 1.2.4 Opinião dos amigos e familiares
	1.3 Violência	1.3.1 Rebeliões 1.3.2 Morte 1.3.3 Danos a integridade física
Categoria 2 Proteção	2.1 Institucional	2.1.1 Capacitação profissional 2.1.2 Relacionamento com colegas, supervisores e diretor 2.1.3 Relacionamento com os presos 2.1.4 Rotina
	2.2 Social	2.2.1 Familiar ou amigo na carreira de agente penitenciário 2.2.2 Reação da família à carreira pública 2.2.3 Estabilidade profissional
	2.3 Subjetivo	2.3.1 Cuidado com a saúde 2.3.2 Moral

Categoria 3 Formas de Enfrentamento	3.1 Evitativa	3.1.1 Não declarar sua profissão 3.1.2 Porte de arma 3.1.3 Evitar lugares e situações
	3.2 Distração	3.2.1 Atividades para se desligar da profissão. 3.2.2 Prática Religiosa
	3.3 Previdente	3.3.1 Julgar ambientes e pessoas 3.3.2 Considerar deixar a profissão

6. ANÁLISE DE CONTEÚDO

*Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento,
mas ninguém diz violentas
as margens que o comprimem.*

Brecht

Neste momento os resultados encontrados serão discutidos à luz das teorias consultadas sobre os temas abordados. Para cada elemento de análise; pertencente às respectivas subcategorias, serão citadas 2 (duas) ou 3 (três) falas dos participantes³ que as ilustram, sendo que este número não representa a totalidade de ocorrências observadas nos discursos dos participantes. Com isso, as narrativas dos participantes servirão de base para responder aos objetivos desta pesquisa, além de possibilitar o diálogo teórico, ao aprofundar o fenômeno pesquisado.

6.1 Categoria 1: Riscos

Nesta categoria, buscou-se compreender a condição psicossocial dos participantes por meio dos riscos relacionados à função de agente penitenciário. A partir das narrativas dos participantes e de acordo com o critério de aproximação semântica, foi possível identificar três subcategorias relacionadas à categoria **Riscos: institucional (1.1), cotidiano (1.2) e violência (1.3)**.

Na primeira subcategoria, **1.1 Institucional**, analisaram-se as narrativas referentes aos fatores de riscos relacionados ao campo institucional, ou seja, vinculados à sua rotina e desempenho de sua função na unidade prisional. Conforme trechos que seguem, o **preso (1.1.1)** foi apontado por sete participantes como fator de risco institucional.

É uma relação de ódio, ódio, ninguém vai olhar o seu algoz com carinho, tirando Síndrome de Estocolmo, ninguém vai olhar seu algoz com admiração, carinho, uma pessoa normal. Não,

³ As falas dos participantes foram transcritas literalmente.

sinto ódio, a gente tem a visão que é como um bicho bravo, como se criasse uma cobra, ela vai me atacar por instinto, como o preso vai me atacar por instinto puramente por eu ser agente, independente do meu comportamento, da minha conduta em relação a eles. (A12)

Sempre discerni bem as coisas, pra tratar com preso tem que ser um pouco autoritário, pois é necessário. Eles estão sempre tentando te ludibriar, isso é natural, mas eu sempre tratei da melhor maneira possível: impondo a autoridade. (A14)

Sim, aqui dentro eu vim com muita autoconfiança, quando eu trabalhei no raio 1, são presos diferenciados, como eles são estupradores, condenados pelo crime, eles procuram te agradar da maneira com muito respeito, um respeito excessivo, aquilo vai baixando a guarda e a gente vai mantendo uma amizade com eles que é desnecessário. Aqui a gente aprendeu que tem que ter uma linha, uma separação e quando eu trabalhei esse período, ali eu nem vou mais, a gente baixa a guarda, começa a fazer certos tipos de conversas desnecessárias, procedimentos que eu fazia lá atrás no raio 3, 4 ali já não estava fazendo mais, achei perigoso. Depois que eu voltei a trabalhar eu vi que não podia ter feito aquilo, entrado em cela com preso pra conversar, isso eu fiz errado. (A15)

De acordo com as narrativas, os participantes consideram o preso como uma ameaça. Trata-se de um trabalho de constante vigilância e cuidado, onde não se pode descuidar da atenção e dos procedimentos técnicos, por temer que a integridade física ou psicológica seja lesada. Esta ideia vai ao encontro da relação promíscua apontada como uma das características do fenômeno de “prisonização” trazida por Thompson (2002), na qual a convivência nesta área restrita expõe mais facilmente intimidades e rotinas de agentes e presos.

O distanciamento é apontado como fundamental, tanto para não ser ludibriado quanto para não sofrer consequências físicas. O preso é visto como inimigo, “bicho feroz, ludibriador”, de quem se deve manter distância através da autoridade. Foucault lembra que “os aparelhos

disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os “bons” e os “maus” indivíduos” (2002, pg. 151). É a normatização do sistema: a norma move as ações de punição e de segregação. Goffman (1974) aponta esta ideia ao trazer que a troca social entre estes dois grupos - os que controlam e os que são controlados - é “grosseiramente limitada” e a importância deste limite é com frequência reforçada.

Outro ponto de fator de risco institucional são as **questões administrativas (I.1.2)**, referentes a situações governamentais e políticas internas. Este fator foi apontado por oito participantes, como exemplificado a seguir:

Eu sou o elo de ligação. O contato é comigo, ele não está falando com o governador, ele pede pra mim, mas eu não tenho pra fornecer e muitas vezes acham que tem e nós não queremos dar, são pequenas coisas que muitas vezes desencadeiam uma situação muito desagradável a ponto de ter que usar a força pra conseguir conter um princípio de tumulto. Mas se você for lá na origem, foi por nada, pelo mínimo, às vezes se investe bilhões em coisas úteis, claro, mas muitas vezes não úteis porque eles não perguntam pra quem trabalha aqui o que precisa. Vem de cima pra baixo, empurrado. Acha que precisa só de arma, de carro, precisa sim, claro, mas não só disso, precisa de coisas mínimas que muitas vezes tendo este mínimo tu não precisa gastar, resolve com pouco. Má gestão, má vontade... (A6)

Esse plantão extra ele não supre a necessidade, vai ficar sempre essa enrolação de não contratar agente porque tem sempre esse agente precisando do dinheiro que vai sempre estar tapando este furo, é um ponto contra a categoria. (A7)

Falta muita coisa, sempre faltou agente, viatura, verba pra tanta coisa e lá eles colocam como se isso aqui fosse perfeito, não é nada disso, aqui a gente tem que rebolar mesmo pras coisas saírem, tirando de um lado, colocando em outro pra fazer as coisas acontecerem porque se não, se depender do governo, o serviço não vai pra frente. (A11)

Por meio dessas narrativas, os participantes indicam o impacto em sua condição de trabalho originada pela gestão do sistema prisional, exemplificando com o mau investimento financeiro, falta de materiais e de servidores.

O plantão extra, citado pelos participantes, trata-se de uma possibilidade facultativa que o agente penitenciário possui de trabalhar além de seus plantões pré-estabelecidos. O regime normal de trabalho determina que o servidor estadual no cargo de agente penitenciário trabalhe sete dias em um mês, numa carga horária de 24h de trabalho para 72h de descanso. Este plantão extra é uma concessão governamental que tem por finalidade apoiar unidades prisionais que possuem um quadro deficitário de funcionários (DEAP, 2010). E, para o agente, o plantão extra representa um complemento salarial. O limite de plantões extras por servidor é de cinco plantões de 12h/mês.

A situação dos plantões extras remunerados em unidades que possuem quadro defasado de agentes penitenciários – como no caso das unidades às quais pertencem os participantes dessa pesquisa - faz com que o quadro seja completado por servidores que deveriam estar em descanso. Assim, os agentes de plantão extra trocam o período de repouso por um período de trabalho, expondo os presos, seus colegas e a si mesmos a situações de risco.

Além disso, a complementação da renda é temporária, pois se trata de uma medida emergencial até que novas contratações ocorram. Tal situação reflete em uma falsa solução de problemas relacionados à falta de agentes e às condições salariais vigentes, além de aumentar as situações de risco no contexto institucional.

Em relação aos aspectos físicos das unidades prisionais, 12 participantes referiram questões relacionadas à *insalubridade (1.1.3)*, como indicado nas narrativas a seguir:

Um lugar insalubre pelo asseio, até dos presos que a gente movimenta, pela luminosidade em si, pelo ar, porque é um lugar meio abafado. É um lugar muito fechado, lugar abafado, eu acho que é um lugar que não tem muito asseio, lugar não muito limpo. (A1)

Insalubre não tem como evitar, a gente tem contato direto com o preso, tem vários presos doentes e nem todos estão na triagem, estão dentro da cela com tuberculose, tu tem que entregar o almoço, café da manhã, jantar, tem

contato com ele. Abre a portinhola de manhã e vem aquele bafo no teu rosto, se o cara tem tuberculose você corre o risco de pegar, sarna, e várias outras doenças, hepatite, isso tudo, não tem como evitar. Contato com o preso tem todo dia, teu dia a dia é esse, graças a deus eu tive sorte e não peguei nada. (A8)

Eu acho que estou com LER (lesão por esforço repetitivo) no ombro, de abrir e fechar porta, abre com a alavanca, é pesada, não fui ao médico, mas é um negócio que me incomoda, meio que sempre dói. (A12)

Os participantes relatam que seu ambiente de trabalho oferece condições prejudiciais à saúde e correm o risco de adquirir tanto doenças infecto-contagiosas quanto doenças por repetição. Além de insalubre, o ambiente pode indicar ser pouco ergonômico, já que um dos participantes citou a LER como possível diagnóstico adquirido por abrir e fechar portas que possuem um mecanismo pouco adequado para a saúde do servidor.

Por meio da subcategoria **1.2 Cotidiano** identificou-se os fatores de risco relacionados à vida cotidiana dos participantes, entre eles questões que dizem respeito às mudanças ou aquisições de comportamento e fatores relacionados aos vínculos familiares e sociais.

Tendo em vista a aquisição de **novos comportamentos e hábitos (1.2.1)**, 10 participantes citaram este tema, como exemplificam as narrativas a seguir:

Ela disse que eu fiquei uma pessoa mais fria, fiquei uma pessoa muito incisiva, o nosso “não” é um não definitivo, seja pro filho, seja pra qualquer um, “não” é não mesmo, se não o preso fica tentando... “não” é não, quantos não preciso falar pra tu entender? Eu notei essa mudança na minha personalidade mesmo, eu confirmo sim. A profissão endurece a gente, vi muita coisa aqui, sou da época que matavam gente no pátio, em um ano teve mais de 11 mortes. Minha mãe também falou que fiquei um pouco mais grosso, mais estúpido. (A12)

Não posso correr onde eu moro, lá não dá, é complicado aí eu corro fora dali, longe, tem que pegar o carro, ir pra longe, não tenho um local específico perto de casa que dê, por questão do trabalho, se eu for correr ali, tenho que ir armado e não dá pra correr armado, aí tem que ir pra longe. (A13)

Colete, jamais imaginei usar, primeiro a arma, jamais pensei em botar a mão, agora eu sou obrigado, chego em casa: portão eletrônico, ali eu tenho medo, na hora da entrada, alguém invadir, eles tem o efeito surpresa. Colete eu uso vindo e voltando do trabalho. (A15)

O “não” que é dito ao filho com o mesmo significado do “não” dito para o preso em sua rotina de trabalho ou o fato de que sua comunidade passa a ser mais perigosa do que acolhedora, é uma influência direta nos hábitos do agente. Além disso, o porte de arma de fogo e uso de colete à prova de balas passa a ser cotidiano. Percebe-se, com este elemento, que a atividade profissional ultrapassou as barreiras do expediente causando alterações na vida cotidiana.

Os participantes referem mudança ou aquisição de hábitos e comportamentos após o início de suas atividades no sistema prisional. De acordo com Perls, Hefferline e Goodman (1997) o crescimento do sujeito se dá por meio do contato com seu meio, adaptando-se e equilibrando-se. Quanto às adaptações apontadas pelos participantes, vale questionar se estas indicam um crescimento do sujeito, como apontado por Perls, Hefferline e Goodman (1997). O que se pode perceber a partir das narrativas é que os novos hábitos parecem não terem sido adquiridos de acordo com o desejo do sujeito: eles surgem a partir de certa imposição ou reação a fatores vinculados à sua função de agente penitenciário.

Porém, por se tratar de um estudo transversal, não se pode afirmar se estas mudanças no cotidiano são geradoras de sofrimento psíquico ou se tratam de adaptações ao meio.

Foi possível observar nos relatos o impacto do **salário (1.2.2)** na condição psicossocial dos participantes. No discurso dos entrevistados, este aparece como fator de risco no cotidiano dos participantes. Essa questão foi trazida por seis dos participantes, como apontado a seguir:

*Tempo eu tenho, só falta o danado do dinheiro.
(A1)*

Pra ganhar pouco, pouco entre aspas, acho um salário bom, mas pro que a gente faz é pouco, o que a gente corre o risco é pouco, todo mundo acha que o salário é bom, só que o que a gente faz, arriscar a vida, é pouco, óbvio que eu já estou acostumado, entrar na galeria, falar com o preso, o vagabundo, é normal, mas é pouco. (A2)

Olha, eu na verdade gostaria de viajar mais, passear. Mas é a condição mesmo, teu cargo, teu salário não te proporciona isso, aí o objetivo que tu tem, o que tu pode fazer é tentar melhorar isso, trabalhando ou fazendo um outro concurso. (A13)

O participante A2 chama a atenção ao fato da remuneração não ser compatível com a função de agente penitenciário no seguinte enunciado: “*pro que a gente faz é pouco*”. Sabe-se que o salário de agente penitenciário é superior ao salário mínimo brasileiro; porém não é considerado suficiente se relacionado aos riscos inerentes à função. Já nas narrativas dos participantes A1 e A13 é possível perceber a indicação de tempo livre para o lazer, porém a remuneração não é suficiente para a concretização destes desejos e necessidades.

Rumin (2006) aponta que a questão salarial pode constituir um dos determinantes de agravamento à saúde. Schenker e Minayo (2005) incluem, na ideia de risco, atitudes ou condições vinculadas à possibilidade de perdas ou prejuízos à saúde, ao bem-estar e ao desempenho social. Geralmente, tais condições de acesso à saúde, bem-estar e desempenho social tendem a melhorar de acordo com a renda que o sujeito dispõe. Neste sentido, a eventual remuneração insuficiente do agente penitenciário pode constituir um indicador de risco, por trazer prejuízos em alguns âmbitos da vida, em demérito à qualidade de vida.

Outro fator também apontado como relacionado aos fatores de risco do cotidiano é o *imaginário social* (1.2.3), ou seja, o que eles imaginam que a sociedade pensa a respeito do agente penitenciário. Um total de 12 participantes apontou este aspecto nas narrativas, como indicado pelas falas a seguir:

*Preso e agente tudo no mesmo ambiente
compartilhando tudo entre si, essa que é a*

imagem que eles têm. Não tem a noção de que o nosso trabalho aqui faz parte da justiça, faz parte do cumprimento da pena daquele sentenciado, não tem noção que estou aqui 24h, dando a minha noite em claro para dar segurança pra ela lá fora. Se está ruim, pode ter certeza que poderia estar pior, nesse sentido... Não tem noção do contexto. Eles consideram babá de preso, cuidador de preso que parece que não faz parte da segurança. É cuidador de preso e tudo de ruim que acontece na unidade é o agente que trouxe a droga, o agente que trouxe a arma, corrupção. Babá corrupta. (A6)

De torturador, de torturador, de barrigudo, de ficar comendo o dia todo e não estar nem aí pra nada, igual em filme que parece aquele cara sentado com o olho inchado com chave pendurada no bolso com mancha de catchup... Não é uma imagem positiva de jeito nenhum. Parece a imagem que o pessoal tem é de torturador mesmo, acham que o preso vem pra cadeia e a função nossa é bater nele, esculhambar com ele, é isso. (A11)

Há sentimentos antagônicos, tem gente que diz: ah é muito violento, não sei o que... os amigos mais chegados. Daí, com pessoas que a gente tem pouco contato já aconteceu de estar conversando com a pessoa e a pessoa perguntar varias vezes o que eu faço: sou funcionário público da Secretaria de Segurança, não falar exatamente que sou agente, aí falam: o que tu faz realmente? Sou agente trabalho na penitenciária tal, já ouviu falar? A sim já, pô, mas como tu é educado né? Tu vê né? No imaginário social, a imagem que eles têm da gente. (A12)

A imagem socialmente vinculada do agente penitenciário, de acordo com o discurso dos participantes, é basicamente negativa. Segundo o participante A11, parte da responsabilidade desta imagem relaciona-se à forma pela qual a mídia representa a figura do agente penitenciário em filmes e na televisão.

Esta observação vai ao encontro do estudo de Lourenço (2011), ao afirmar que frequentemente manchetes jornalísticas anunciam condutas inaceitáveis dos agentes penitenciários, relacionando sua imagem à de profissionais corruptos, subornáveis, facilitadores de fugas e torturadores. Condutas que são atribuídas aos agentes penitenciários e que acabam por ser transformadas e fixadas em estigmas.

Goffman situa que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (1980, pg.11), a partir disto, os sujeitos relacionam ambientes com as categorias de pessoas que supostamente encontrarão neles.

O sistema prisional carrega estigmas que são estendidos aos trabalhadores deste sistema. Se estes estigmas são baseados em fantasias ou formas de conduta é difícil definir. Mas, a partir das narrativas, é possível deduzir que este estigma é conhecido dos agentes penitenciários.

O último elemento de análise constituinte da subcategoria **1.2 Cotidiano** é a *opinião dos amigos e familiares (1.2.4)* e seis participantes indicam este tema, como narrado a seguir:

O namorado da minha sobrinha, quando ele descobriu que eu era agente penitenciário, ficou até de bobeira. Ele não imaginava pelo meu jeito tranquilo de ser, ele não imaginava, foi um troço muito engraçado. A minha esposa comentou que ele falou sobre essa situação, por eu ser muito tranquilo, apesar da minha profissão. (A1)

Meu pai reagiu bem, ele queria isso pra mim, já minha mãe ficou meio assim: mais um da família que corre risco de vida, pelo fato da profissão ser uma profissão de risco. Ela não tentou me fazer mudar de ideia, só ficou mais preocupada, mas também não botou nenhum empecilho. (A4)

Eles pensam que é bem arriscada, pensam que sou maluco em trabalhar aqui, acham bem arriscado, tem pessoas que falam: eu não trabalharia naquele lugar por nenhum dinheiro do mundo. (A7)

O temor pelo risco profissional é expresso por familiares e amigos, como nas falas dos participantes A4 e A7. Nota-se, também, o estigma do imaginário social estendido aos familiares e amigos. O participante A1 relata a surpresa do namorado da sobrinha ao referir-se ao seu “jeito tranquilo”, que lhe parecia incoerente com sua representação de um agente penitenciário.

A opinião dos amigos e familiares é um importante ponto de apoio social, como sugere o estudo de Bulik (2005). O autor, em uma pesquisa na qual compara profissões de segurança (policiais, bombeiros, guardas municipais, guardas de segurança e agentes penitenciários), observou o importante papel dos recursos pessoais e sociais e em particular, do apoio social na redução do estresse do trabalho e de seu impacto na saúde do grupo estudado.

Como o apoio social pode estar relacionado à diminuição do estresse no trabalho, por conseguinte, a falta de apoio pode constituir um indicador de aumento de estresse. Em geral, não se trata de uma escolha profissional comemorada por familiares e amigos; ela é recebida com preocupação e temor ou julgada como insana por pessoas que, em momentos de vulnerabilidade, constituíram um ponto de apoio.

Por fim, ainda considerando os fatores de risco, buscou-se, por meio da subcategoria **1.3 Violência**, agrupar os fatores relacionados à temática violência a partir de três aspectos: rebeliões, morte e danos à integridade física. Estes fatores são tanto vinculados ao exercício profissional, quanto à vida cotidiana. Quanto às *rebeliões (1.3.1)*, este elemento de análise foi apontado por cinco participantes, como ilustrado a seguir:

Então tu dá um tiro, a partir do momento que dá um tiro, é o estopim pra começar uma guerra. Mesmo sendo munição não letal, eles vão tentar quebrar algumas barreiras pra avançar e muitas vezes a munição de borracha não vai dar o efeito, como já aconteceu: eles começaram a quebrar a parede do pátio, estavam dando tiro de borracha, não deu solução e começaram a dar tiro de letal, quando os presos viram que era munição letal, que começaram a ver o sangue escorrer, aí começaram a recuar. (A4)

Teve uma situação de risco ali na galeria 3, eles mudaram agora os números da galeria pois eles arrancaram todas as portinholas (pequena janela

que existe na porta das celas) *do corredor, aquela portinha que vai na cela, arrancaram e começaram a arrebentar tudo, aí a Polícia Militar (PM) não quis entrar. Fiquei pensando: pô, a PM não entra, imagina a situação que a gente está.* (A7)

Eu falei que não iria entrar, passei pro outro e não aconselho ninguém a entrar, ainda bem que ninguém entrou, seria uma tragédia. Estourou no nosso plantão, foi uma noite horrível, 24h acordado, tiramos todas as TVs, mas eles continuaram chutando arrancaram todas as portinholas, arrancaram tudo. Aquele dia eu achei que a porta viria a baixo.[...] Eu sei que a maioria dos agentes, todo mundo que ficar pra trás tá morto se houver uma rebelião ou alguma coisa aqui. (A8)

Uma das funções do agente é a de evitar que situações extremas, como rebeliões ou motins, ocorram. São nestes momentos que o controle de uma unidade prisional está em risco. Trata-se de momentos tensos pela imprevisibilidade dos atos e a iminência de danos à integridade física e possível morte dos envolvidos.

Esta probabilidade contínua de confronto com a violência remete à compreensão de registro do sofrimento, desencadeado pelo perigo (Brant & Minayo-Gomez, 2004). É este registro que leva à associação ao ameaçador, ao perigo, seja ele concreto ou imaginário. Um ou outro, o perigo de uma rebelião mora em sua imprevisibilidade com, em algumas situações, consequência fatais. Como indicado por Okoza, Imhonde e Aluede (2010), as rebeliões e motins em unidades prisionais constituem a maior fonte de estresse para os agentes penitenciários.

Para 11 participantes, a violência relaciona-se com a possibilidade de **morte** (1.3.2). Os relatos abaixo exemplificam esta ideia:

A probabilidade do risco, o assassino que vier tentar, o suposto assassino que vier atentar contra a minha vida também tem medo de morrer, bandido ou pessoa de bem, todos tem. Ele vai tentar contra minha vida, se ele vir que sou uma presa fácil, se ele souber que eu ando bem armado, estou preparado, ando de colete, com

certeza ele vai preferir só quem anda de camiseta, ando de colete pra vir trabalhar todo dia. Do trajeto de casa até a unidade e a volta, é sempre de colete, tem gente que não acredita, acha que é demais, mas eu sei o valor da minha vida, vou cuidar dela como eu puder. (A9)

É perigosíssimo, o risco é iminente, risco de vida é constante, basta uma ordem de alguém do sistema, alguém preso que tenha poder sobre o grupo e a vida da gente tá em risco. Morreria por ser um agente, não acredito em bom ou mal, não tem agente bonzinho e não tem agente mal, se eles puderem atentar contra alguém eles vão atentar contra o que der mais chance. Eles sabem onde o agente mora, eles sabem o agente que usa arma e não usa, sabe o que faz trajeto sozinho e o que faz em grupo. (A6)

Considero perigosa, porque os presos aqui me veem e sabem meu nome, quando eles saírem daqui e me virem na rua eles vão saber quem eu sou e independente aqui dentro do que eu fiz, se eu fosse daquele jeito que dava tudo aquilo que eles queriam, quando eles me veem na rua eles vão pensar: é um agente. Iam tentar alguma coisa, como aqui todos eles entram e sai, se eles me veem na rua, eles vão tentar alguma coisa, tentar me matar, risco de vida. (A8)

Conforme estes relatos, a possibilidade de morte é uma experiência constante, mesmo em momentos em que os agentes penitenciários não estão atuando dentro da unidade prisional. A morte constitui uma ameaça – subjetiva – fora do trabalho, na vida cotidiana. Um atentado contra a vida do agente penitenciário é, de acordo com as narrativas, uma consequência lógica ao simples fato de pertencer a esta classe profissional. De acordo com os participantes, eles têm a sensação de que poderiam perder a vida, independentemente de sua conduta profissional. Esta afirmativa invalida a ideia de que a morte seria provocada por vingança, decorrente de condutas violentas no sistema prisional. Ser agente penitenciário seria o suficiente para que o agente se encontre em posição de vulnerabilidade e de risco.

Essas observações vão ao encontro dos achados de Lourenço (2011), que aponta que o *tempo livre* do agente penitenciário não configura como tempo de descanso, de lazer e de encontro familiar. Para o agente penitenciário a folga é aliada a sentimentos desconfortáveis de desprazer, de insatisfação e de risco constante.

A subcategoria **1.3 Violência** pode ser entendida, a partir das narrativas, como *danos a integridade física (1.3.3)*, elemento apontado por cinco dos participantes, expresso pelos exemplos a seguir:

Aconteceu já comigo, eu o M, a gente estava fechando a galeria A, um dos presos tentou agredir o M, só que ele estava protegido pela grade, estava do lado de fora, mas mesmo assim tentou puxar a camisa dele e não conseguiu. Quando ele viu que não conseguiu, veio pra cima de mim pra dar um soco e eu me esquivei. Aí os outros presos tentaram apartar a briga e foi nessa que eu consegui sair, os outros presos apartaram a briga porque eles não queriam que acontecesse nada de errado na galeria sabendo que seriam prejudicados. (A4)

Já aconteceu de estar no pavilhão, abrir a porta da cela e ter que entrar na cela e ele vir pra cima de mim com uma faca artesanal feita com uma escova de dentes verde, lembro que era verde. Eu atirei, tive que atirar na perna dele pra ele parar e ele parou. O preso que estava no pátio atirou o chinelo contra os agentes. Tem que ser proporcional, não se exceder. (A9)

Já aconteceu assim de um preso cair matando outro dentro da cela, daí a gente abriu a porta, metemos uma bomba pra dentro, tirar o que está morrendo. Hoje em dia não, hoje em dia eu chamaria reforço, organizar tudo direitinho: vou fazer assim, vou fazer assado. Não só me arriscar como poderia ter matado, jogar uma granada dentro de uma cela poderia ter matado alguém pra salvar outro. Justifica pro juiz? (A12)

Os danos à integridade física, presentes no campo institucional, como descritos pelos participantes, tendem a cessar após retribuição da agressão ou com a iminência de perdas e danos para o oponente.

Os danos causados por uma agressão atingem a todos os envolvidos na situação violenta, como indica o estudo de Boudoukha et al (2013). Os autores perceberam que o alto índice de sintomas dos agentes penitenciários relacionava-se com as interações violentas com os presos. O resultado do estudo associou diretamente o diagnóstico da Síndrome de Burnout e estresse pós-traumático à violência interpessoal no campo prisional.

Por estes danos à integridade física constituírem situações limites, geralmente acompanhadas do elemento surpresa, eles provocam reações imediatas no intuito de proteger sua integridade e garantir a sobrevivência frente ao momento de ameaça.

O participante A9 ressalta a questão da proporcionalidade na reação ao ataque. Porém seu exemplo não indica uso de instrumentos e reações proporcionais: faca artesanal versus bala de borracha. Em uma unidade prisional, os agentes penitenciários recorrerão ao uso progressivo da força contando com mais possibilidades e recursos de defesa do que os presos.

Quando a situação de conflito é desencadeada, ela precisa ser extinta para que não tome maiores proporções. De acordo com Perls, Hefferline e Goodman (1997), “a interrupção prematura do conflito, pelo desespero, medo da perda ou evitação do sofrimento inibe a criatividade do self, seu poder de assimilar o conflito e formar um novo todo”. (1997, pg. 173).

A assimilação é secundária ao ato. Para uma assimilação voltada ao crescimento, onde o sujeito possa ressignificar a situação de conflito e lidar com esta nova experiência de forma saudável, é preciso que haja recursos subjetivos, afetivos e sociais bem estabelecidos. Caso não haja, o reflexo negativo do risco será vivenciado pelo sujeito e em suas relações. Assim como foi percebido na narrativa dos participantes, os quais indicaram questões de vulnerabilidade perante situações de risco decorrente de sua construção subjetiva e condições de vida e trabalho.

Fatores de risco dos agentes penitenciários foram descritos e analisados. Percebe-se a presença destes no contexto **institucional (1.1)**, no **cotidiano (1.2)** e nas referências à **violência (1.3)**, conforme a descrição dos participantes. A separação didática desta categoria não impede a compreensão da complexidade do fato: os fatores de risco impactam a condição psicossocial dos agentes penitenciários como um todo, em seus diversos âmbitos.

Os fatores de risco aqui discutidos estão vinculados ao fato do sujeito ser um agente penitenciário. No âmbito institucional, estes fatores surgem a partir do convívio com o preso, nos limites e falhas administrativas e na insalubridade presente em seu ambiente de trabalho. Porém, estes fatores não se limitam aos muros da unidade prisional, eles perpassam estes obstáculos e atingem o cotidiano do agente penitenciário, geram novos comportamentos e hábitos, são impactados pelo salário insuficiente para a função, sofrem de um estigma social negativo e também de opinião negativa da parte de familiares e amigos sobre sua profissão.

O ponto em comum que permeia o institucional e o cotidiano é a violência, que se encontra dentro e fora da unidade prisional. Ela é experienciada por um temor frequente por sua iminência, quando não presenciada como fato. Rebeliões, mortes e danos à integridade física são esperados ou vivenciados e fazem parte da rotina profissional do agente penitenciário.

6.2 Categoria 2: Proteção

Nesta categoria são apresentados os fatores de proteção elencados pelos agentes penitenciários, compreendidos a partir de três subcategorias: **institucional (2.1)**, **social (2.2)** e **subjetivo (2.3)**.

A subcategoria **2.1 Institucional** trata de fatores que ocorrem no dia a dia institucional, relacionados a treinamento, relacionamento interpessoal e rotina de trabalho.

Com o primeiro elemento de análise, *capacitação profissional (2.1.1)*, buscou-se identificar de que forma os participantes foram capacitados e preparados para sua função. Este elemento de análise foi citado por 11 dos participantes, como mostram os trechos de narrativas correspondentes:

Recebi três meses, não foi suficiente,. Foi feito um curso, foi bom o curso mas faltou bastante coisa, que a gente aprendeu mesmo no dia a dia. Faltou mais a parte psicológica do pessoal, teve mais tática, mas psicológico deixou bem a desejar, faltou fazer entrevista, ver se o cara estava de acordo com aquela função. Achei que muitos entraram e não tem condições de estar nos sistema. (A2)

Agora recebi, agora recebi 45 dias de aula. Poderia ser mais tempo, 45 dias, a gente passou muito na teoria em sala de aula. Acho que a prática seria mais interessante, na teoria é uma coisa, na prática do dia a dia é outra, inclusive tinham pessoas que queriam colocar que era uma coisa e quem já estava no sistema sabia que não era aquilo, tinha que respeitar a função do professor, mas sabia que não era. (A8)

No início não, depois sim, foi suficiente, não posso negar. Na minha época a escola não foi boa, a academia, por ser a primeira foi muito assim... falta de experiência deles, hoje eu já vi pelos comentários, novos alunos que melhorou bastante. (A15)

As opiniões são divergentes em relação à academia de justiça e cidadania (ACADEJUC, antiga escola penitenciária), como é chamado o curso que prepara os agentes para assumirem sua função. Há quem pense ser suficientemente preparatória; há quem sinta falta de alguns temas em sua estrutura curricular ou quem considere a duração insuficiente. O que se observa, a partir das falas dos participantes, é que a formatação deste curso foi revista nos últimos anos, o que também sugere um quadro diferenciado de profissionais capacitados de acordo com a escola que participaram. Este fator pode indicar uma melhoria na formação profissional dos agentes.

A inserção profissional em uma unidade prisional representa, para muitos, deparar-se com o inédito, com o imprevisível. Trata-se de um ambiente que desperta fantasias e projeções a respeito de seus atores e de seus procedimentos técnicos. A ACADEJUC como curso preparatório afirma a função dos fatores de proteção indicada por Pesce et al (2004). Para os autores, são estes fatores que operam no sentido de reestabelecer o equilíbrio e demonstrar competências frente a adversidades, como no caso da inserção profissional no ambiente prisional.

Outro ponto observado como fator de proteção nas narrativas, em relação à subcategoria **2.1 Institucional**, é o **relacionamento com colegas, supervisores e diretor (2.1.2)**. Este elemento de análise foi citado por nove dos participantes, exemplificado a seguir:

A gente é bem parceiro, a gente sai no final de semana, faz churrasco, participa numa roda legal. Confio plenamente neles, o pessoal que está comigo é o pessoal que fez o curso comigo, pegamos amizade, há quatro anos no mesmo plantão, pessoal saiu da escola e foi direto pra ali. (A3)

Faço tudo no pavilhão, se for necessário descer, falar com supervisor ou chefe de segurança, tem carta branca, posso chegar ali, tenho meu espaço, posso chegar ali e conversar com qualquer um deles. Tenho uma ótima convivência, não procuro, mas se precisar, tenho acesso. (A8)

Fui trabalhar na triagem e tive um problema com o preso, porque o preso estava indisciplinado, agi do meu jeito pra poder disciplinar ele e fazer a coisa certa: não é atender o que ele quer do jeito que ele quer. Às vezes o preso bate o pé na porta e acha que vai ser atendido. O chefe de segurança veio e falou uma coisa que eu achei legal: eu sei como você trabalha, eu te conheço. Ele viu que o preso estava errado, ele sabe como eu trabalho, então tem uma confiança, sabe que trabalho certo, que não trabalho pra mexer com o preso, então quando acontece alguma coisa sabe que o preso é que tá errado, claro que a gente não é perfeito, erra também, mas geralmente eles já sabem porque já me conhecem, isso é bom. (A13)

Estas falas apontam três importantes elementos: a boa relação entre colegas, o acesso aos superiores e o reconhecimento profissional. Neste ponto cabe esclarecer o organograma de uma unidade prisional. Um plantão é formado de um grupo de agentes; este grupo possui um supervisor e, em cada unidade há quatro grupos com seus respectivos supervisores. Ao dar continuidade à hierarquia, há um chefe de segurança e, por fim, um diretor. Em geral, todos pertencem ao grupo de servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania: os supervisores são eleitos de dentro do grupo de agentes penitenciários, o chefe de segurança escolhido pelo diretor que, por sua vez, é indicado pelos gestores estaduais da SJC.

A boa relação entre a equipe e seus superiores é importante para o bom desempenho profissional, assim como o reconhecimento profissional também o é. O ambiente institucional é um importante meio de interação e de constituição de vínculos, no qual os sujeitos passam longos períodos de tempo juntos e uma boa inter-relação parece ser fundamental.

Estas afirmações vão ao encontro das observações de Finney, et al (2013) que indicam que a estrutura organizacional e o clima das instituições prisionais têm significativa relação com o estresse no trabalho e a Síndrome de Burnout. De acordo com os autores, as intervenções devem ter como objetivo principal, ao modificar a comunicação entre a administração e os agentes penitenciários, melhorar a estrutura organizacional e o clima da instituição. Liu, et al (2013) também apontam o apoio organizacional como importante fator de proteção dos agentes penitenciários.

Outra forma de relacionamento dentro da unidade prisional, o **relacionamento com os presos (2.1.3)**, foi indicado por oito dos participantes, como apontado nas narrativas a seguir:

Uma relação que tem que buscar respeito e não muita proximidade porque a partir do momento que você constrói muita proximidade ele começa achar que ele é, que palavra eu usaria... que pode falar de qualquer jeito contigo, começa a perder o respeito, entendeu, não tem que ficar falando muita piadinha, ficar falando disso, daquilo, porque aí vai ter a hora que ele vai achar que tem intimidade, essa é a palavra que eu estava buscando, vai achar que é íntimo, vai querer perguntar o que tu faz, da tua família, que tu faz final de semana, começa abrir mais pra querer saber da tua vida e isso não é bom querer saber da tua vida. (A4)

Do meu ponto de vista, eu venho aqui cumprir uma função que o estado me confere e ponto, eu sou um elo de ligação entre o preso e a administração da unidade, não procuro ter intimidade. Puxar conversa com o preso de forma alguma, venho fazer realmente o que é determinado pra ser feito, nada além disso. (A6)

Como é bandido e mocinho, considero assim, é sempre reservado, tratando sempre o preso como tem que ser tratado, ele no lugar dele e a gente no da gente. (A14)

O distanciamento parece ser a premissa para o bom relacionamento entre agentes e presos. Perls (2002) afirma que o que é sentido como perigo desperta a necessidade de ser destruído ou evitado. A distância, neste caso, busca preservar a integridade do sujeito, uma necessidade de diferenciação “ele no lugar dele e a gente no da gente”. A intimidade é o que se evita com o distanciamento: o perigo habita na possibilidade de haver relações de intimidade. Para evitar isto, os espaços são distintos e definidos e a interação é restrita ao necessário.

Fatores de proteção caracterizam-se por exercer, essencialmente, a função de promover uma modificação na reação do sujeito nas situações de risco. (Pesce et al, 2004). Na categoria anterior ficou claro o perigo que o preso representa, de acordo com a percepção dos agentes. Assim, uma postura distante busca a autopreservação, bem como a preservação de sua subjetividade.

O último elemento de análise referente à subcategoria **2.1 Institucional** é a *rotina* (2.1.4), descrita por nove dos participantes e exemplificada nos trechos de narrativa a seguir:

Na escola tu aprende muitas coisas, só que nada melhor do que a prática, nada melhor que o dia a dia. (A2)

Eu acho que a medida que o tempo passa, você começa a aprender, ficar experiente naquilo e começa a ter o famoso jogo de cintura, você sabe agir de maneiras diferentes pra ocasiões diferentes e assim que a gente entra parece que age pra qualquer coisa da mesma forma, acho que o tempo faz isso. Cada situação uma reação. (A6)

Já entrei numa cela sozinho com um preso só, só que eu me arrisquei, poderia ter acontecido uma coisa grave, geralmente a gente faz o procedimento seguro, tu vai aprendendo também, tem que ser seguro, já teve caso de um agente tentar fazer isso e deu problema sério. Aconteceu

do preso tentar tirar a arma da mão do agente, todo procedimento, não adianta, às vezes a gente fala pro pessoal novo, não adianta fazer um procedimento com pressa. (A13)

O tempo de serviço e a rotina fazem com que o agente penitenciário se sinta mais adaptado aos procedimentos e tome decisões mais adequadas às situações. O estudo de Silveira (2009) afirma que as competências que um agente penitenciário necessita obter para o desempenho de sua função são adquiridas no contato prolongado com os presos, ou seja, com o tempo e a rotina na unidade prisional.

O autor indica que a atividade do agente penitenciário se trata de um conhecimento essencialmente prático que não consta em cartilhas ou manuais. É intransferível em curto prazo e a experiência de funcionários mais antigos é fundamental para o aprendizado dos mais jovens na carreira, apontando a rotina como uma importante forma de proteção.

Na subcategoria **2.2 Social** buscou-se elencar os fatores de proteção relacionados com a vida social e com a repercussão da profissão do agente penitenciário no âmbito familiar. Entre estes fatores, analisou-se a influência de ter um familiar ou amigo na carreira de agente penitenciário, a reação dos familiares à inserção na carreira pública e por fim, a importância da estabilidade profissional.

Inicia-se com o elemento de análise *familiar ou amigo na carreira de agente penitenciário (2.2.1)*, apontado por cinco dos participantes e descrito a seguir:

Meu pai já trabalha há mais de 30 anos no sistema, então foi meio tendencioso, já vivia esse ambiente desde pequeno. Tinha conhecimento do que se tratava, já sabia. Até inclusive eu tinha trabalhado antes no expediente na unidade prisional, já tinha visto um pouco da rotina que era o serviço de agente penitenciário. (A4)

Tinha uma noção do que era agente, tinha um amigo meu que trabalhava e me convidou, ele até pagou minha inscrição na época, ele me indicou: faz, vai abrir o concurso, aí peguei e fiz. (A13)

Foi ideia da minha esposa, na verdade, e daí conversei com um rapaz que trabalhava aqui e me falou que era tranquilo, daí eu vim trabalhar aqui, to gostando, não tenho nada contra. (A14)

Ter um familiar ou amigo na carreira foi importante para que os participantes tivessem uma ideia, anterior ao ingresso na função, do que se tratava a carreira de agente penitenciário. Foi este outro membro do grupo social inserido no sistema prisional que apresentou a função e influenciou, de certa forma, na decisão de prestar o concurso para a carreira.

Após a decisão de realizar o concurso e sua aprovação, um fator de proteção, dentro da categoria **2.2 Social**, foi a *reação da família à carreira pública (2.2.2)*. Este elemento de análise foi enunciado por quatro dos participantes, como indica as falas a seguir:

Minha mãe gostou porque um filho concursado, um filho com estabilidade, concursado, que não caiu pro lado errado... A gente via na formatura a felicidade dele, foi uma realização. (A2)

Ficaram felizes por eu virar um funcionário público não exatamente por ser um agente penitenciário. (A5)

Ninguém reagiu negativamente não, todo mundo gostou pela estabilidade do cargo público, no momento que a mãe ficou sabendo e meu pai eles sabem que é uma coisa que é um pouco perigosa, mas eu estava tranquilo. (A9)

A inserção no serviço público e suas garantias foram bem vistas pelos familiares dos participantes. Nas narrativas, pode-se perceber a felicidade e a realização como exemplos de reações dos familiares: felicidade ao ver um filho bem sucedido em sua escolha, e realização por vê-lo seguir um “bom” caminho profissional. Como indicado por Schenker e Minayo (2005), uma interação familiar gratificante, por meio de suporte afetivo, pode representar um fator de proteção significativo.

Por fim, a *estabilidade profissional (2.2.3)* é mencionada por quatro participantes como um indicador de fator de proteção importante de sua carreira:

Eu fiz o concurso, na época e o serviço que eu estava, o salário aqui era melhor, aí eu optei em vir pra cá. Trabalhava no hotel, na recepção, como o salário aqui é bem melhor, então eu optei

por vir pro Estado, estabilidade, mas não porque eu gostava de trabalhar na área de segurança. (A7)

Aí eu vim, vim muito mais pela estabilidade, não pelo salário nem nada, mas pela estabilidade. (A9)

A motivação, na realidade, não sabia nem o que faria nessa profissão, mais foi ter um cargo público mesmo, só isso, estabilidade. (A11)

A questão salarial é divergente, porém é consenso que o fator estabilidade representa um atrativo ao trabalho de agente penitenciário. Lopes (2011) aponta a estabilidade funcional e salarial como um valor positivo da carreira do agente penitenciário. No mesmo sentido, Tschiedel e Monteiro (2013) estabelecem uma relação entre a estabilidade funcional, a experiência de prazer na realização das atividades funcionais e a manutenção da saúde.

Na subcategoria **2.3 Subjetiva**, serão analisados os fatores de proteção de caráter subjetivo destacados das narrativas dos participantes. O primeiro elemento de análise ***cuidado com a saúde (2.3.1)*** é citado por nove participantes, como ilustrado nas falas a seguir:

Cuido bastante. Uma vez por ano procuro médicos, cardiologista e oftalmo principalmente, dentista também sempre procuro ir. Faço atividade física, caminhada, corrida, bicicleta, um pouco de musculação, não tenho rotina certa em função de ter criança, procuro umas 3x na semana, incluindo sábado e domingo. Trato o colesterol, cuido bastante, sou bem precavido, não espero as coisas chegarem e me antecipo. (A6)

Eu faço exames, hemograma, uma vez por ano, mas não constantemente, tem gente que está toda hora no médico. Faço musculação com frequência, 3 a 4 vezes por semana. Cuido da alimentação, bom sono. (A7)

Não como eu deveria, tinha que fazer mais exercício, acho, um pouquinho, meu colega me cobra bastante, eu não faço tanto. Eu jamais vou

fumar, nunca fumei, não bebo, não gosto de bebida, riem de mim porque eu não tomo cerveja, não tomo mesmo, não gosto do gosto, da sensação, nem vinho, me dá sono, me dói a cabeça. Não gosto de nada, não bebo, não como gordura, não gosto de doce, eu não ingiro nada que me faça mal, nunca fiz e nunca vou fazer, só acho que eu deveria fazer mais exercício físico, mas outras coisas não. (A9)

O cuidado com a saúde - “*não ingiro o que me faz mal*” (A9) - aparece na narrativa dos participantes. A adoção de hábitos saudáveis para evitar o risco é compatível com a ideia contemporânea, do mundo ocidental, da evitação de riscos como sinônimo de vida saudável - como indica Castiel (2009). De acordo com Gaudenzi e Schramm (2010) o cuidado com a saúde deve passar pelo julgamento do sujeito, precisa considerar seu desejo em relação a uma qualidade de vida almejada, com a liberdade de optar entre o que lhe faz bem e o que lhe faz mal.

As estratégias subjetivas adotadas pelos participantes – “*cuido da alimentação, bom sono*” (A7) – visam à prevenção de doenças ou agravos a saúde. Segundo Buss (2009), a prevenção é voltada a detecção, controle e enfraquecimento dos fatores de riscos; seu foco é a doença e como evitar o que a gera.

Outro fator referente aos indicativos de proteção é a **moral (2.3.2)**, identificado na narrativa de sete participantes, como exemplificado abaixo:

Tenho minha ética profissional, respeito meus colegas de serviço, queira ou não queira também respeito os vagabundos no limite deles, respeito para ser respeitado e é assim que funciona, tenho minha ética profissional o que pode, pode. O que não pode não pode. Me respeitam. O que tenta desrespeitar, a gente tem as sanções disciplinares, aquele que acha que pode desrespeitar, isso e aquilo, tem as medidas disciplinares que a gente tem que tomar. Eles compreendem tanto é que é raro o vagabundo querer chegar e... Vagabundo, ladrão, o que quer que seja, querer desrespeitar, é raro. (A2)

Trato com respeito, trato como estou te tratando: pergunta uma coisa eu respondo, neste tom que

estou falando contigo, mas com o olhar fixo na pessoa e cara fechada, não rio perante o preso pra não pegar certa confiança. Não destrato ninguém e ele comigo é a mesma coisa. (A3)

Eu vejo sempre como forma de respeito, sabem ate onde podem comigo, sabem que o que é de direito deles eu busco conseguir, o que é de dever eu cobro bastante, sou chato, mas se é de direito eu tento conseguir. Mas muita proximidade jamais, porque quebra esta barreira do respeito. (A4)

Percebe-se que a necessidade de ser respeitado é um dos indicadores utilizados para uma atuação repressiva. O agente penitenciário, de acordo com os relatos, ao punir um sujeito detido, por se sentir desrespeitado, o faz de acordo com uma lógica institucional e não de forma arbitrária; sua decisão é coerente com as normas da instituição e devem ser seguidas respeitando critérios pré-estabelecidos.

Parece haver um julgamento moral, subjetivo, da noção de respeito, do respeitar e ser respeitado. Neste sentido, o significado do respeito é singular e envolve questões subjetivas. Como afirma Foucault (2014): a sociedade propõe regras e normas, princípios de conduta e o sujeito se submeterá mais ou menos a eles, baseado em seu julgamento.

A ética estabelece um padrão de conduta, já a moral age de acordo com a reflexão do sujeito sobre este padrão. Esta moral se trata de algo permeado por questões outras: interpretativas, subjetivas e de campo. O sujeito se conduz de forma racional em relação a este código moral. O participante A2 cita ter *ética profissional*, porém esta ética pode ser questionada pela forma que ele se refere aos presos como “vagabundos, ladrão”, termos que não correspondem às normas de procedimentos éticos do servidor agente penitenciário.

Neste caso, entende-se que quando o agente se refere à ética, refere-se, na realidade, a um julgamento moral, subjetivo e individual. Este julgamento consiste numa trama baseada em crenças, valores e hábitos. Agir de acordo com ela, não simplesmente se submeter às normas sem reflexão, é uma forma de proteção do *self*, do que lhe é exclusivo; é um modo de expressão de sua personalidade, traduzida em atos e condutas.

Os fatores de proteção observados nas narrativas dos participantes, os quais buscam restabelecer o equilíbrio e enfrentar

adversidades, da mesma forma que os fatores de risco, também refletem na condição psicossocial dos agentes penitenciários.

Quanto ao campo institucional, a ACADEJUC é apontada como preparatória para a função e a forma que os relacionamentos interpessoais se estabelecem são mencionados como fundamentais para o bom desempenho profissional. Enquanto a ACADEJUC oferece a capacitação profissional técnica, é a rotina que faz o papel de integrar os conhecimentos e habilidades para o desempenho da função do agente penitenciário.

A condição social impacta como fator de proteção quando há um amigo ou parente que trabalha como agente penitenciário, bem como quando a família dos participantes reage positivamente ao fato destes terem se tornado funcionários públicos e adquirir, assim, a desejada estabilidade profissional. Por fim, os cuidados com a saúde e com a moral completam os fatores de proteção apontados pelos agentes penitenciários participantes.

6.3 Categoria 3: Formas de enfrentamento

Nesta categoria são elencadas as narrativas relacionadas às formas de enfrentamento utilizadas pelos participantes, entendidas a partir dos seguintes elementos de análise: **evitativa (3.1)**, **distração (3.2)** e **previdente (3.3)**.

Na subcategoria **3.1 Evitativa** observa-se as formas como os participantes evitam possíveis situações de risco. São elas: não declarar sua profissão, possuir porte de arma e evitar certos lugares e situações.

Quanto a **não declarar sua profissão (3.1.1)**, foi uma medida citada por 12 participantes, expressa pelos exemplos a seguir:

Depende de onde e pra quem. A maioria já sabe onde eu trabalho: meus parentes, colegas, quase todos sabem onde trabalho. Para as outras pessoas eu não falo não, digo que sou funcionário publico. Se começar a ir mais a fundo digo que trabalho na segurança, além disso não comento nada, pensando na segurança. (A7)

Procuro não comentar, até evito. Digo que sou funcionário publico. Evito porque é uma coisa carregada, não é uma coisa legal pra se ser, traz uma carga negativa, principalmente nos últimos anos, os acontecimentos trouxeram uma carga

muito negativa pra profissão. Acabou se tornando algo estressante, foco sempre negativo, negativo. (A10)

Falo que sou funcionário publico, só. Evito primeiro por minha segurança, segundo que eu tenho impressão que socialmente as pessoas têm uma imagem muito errônea da gente: que é uma pessoa bruta, mal educada, corrupta, evito. Evito dar muita explicação sobre o que faço, o que deixo de fazer. (A12)

Os participantes relatam serem dois os motivos pelos quais evitam declarar sua profissão: por segurança e por temer o julgamento social. Como indicado por Lopes (2002), os agentes penitenciários sentem-se discriminados socialmente por se sentirem responsabilizados pelas situações problemáticas que ocorrem no sistema prisional como fugas, rebeliões, tortura, violência e corrupção.

A evitação por julgamento ou segurança, em algumas situações pode ser projetada, ou seja, motivada pela imaginação ou pela fantasia, como aparece na narrativa do participante (A12), ao dizer: “*eu tenho impressão que*”. Este comportamento pode indicar que o próprio agente penitenciário reconhece, e de certa forma valida, o estigma vinculado a sua profissão: ele evita falar da ocupação profissional ao invés de esclarecer mal entendidos, o que levaria a melhorar a impressão social sobre eles.

Outro elemento de análise da subcategoria **3.1Evitativa** é o **porte de arma (3.1.2)**, elemento mencionado por sete participantes, como exemplificado a seguir:

Tenho porte de arma, não costumo usar. Minha arma eu costumo deixar eu casa, eu ando muito de bicicleta, eu corro, aí não tem como usar. Agora, se eu vou num lugar à noite, eu uso, mas é raro eu sair a noite, entendeu? A minha arma é mais dentro de casa mesmo, pela segurança do lar. Se eu precisar usar uma noite, com certeza vou usar. (A1)

Sim, eu sempre ando armado, sempre ando e se for pra eles te pegarem te pegam até armado. Nunca precisei usar pra me defender e ando direto com ela. (A2)

Uso arma constantemente, igual sair com o celular, pego o celular e a arma para sair, nunca precisei usar minha arma. A arma é a defesa que eu tenho, jamais vou tirar a vida de alguém, mas tenho direito de defender minha vida, da minha família e de terceiros, o estado me dá essa garantia, nunca precisei nem pra mim nem pra terceiros, mas já passei por situações, na madrugada um carro perseguindo, mas analisei toda a situação e vi que era moleque, mas a gente fica sempre preocupado. Em 2006, eu vim fazer o curso pra porte de arma, até então ninguém tinha porte de arma, e é um absurdo, desde 2002 nós queríamos ter porte de arma pra defesa pessoal, andei quatro anos com minha arma sem ter porte. (A6)

A legalidade do porte de arma para o agente penitenciário ocorreu por meio da Lei N° 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 (Brasil, 2003). Sob o efeito desta lei, o agente penitenciário só poderia portar arma enquanto cumpria sua função, em período de plantão, dentro das unidades prisionais ou em escoltas. Em 17 de junho de 2014, a Lei n° 12.993 veio alterar a lei anterior e estendeu o porte de arma dos agentes penitenciários para uso pessoal, fora de serviço. Exigem-se três critérios para este porte: que se submetam a regime de dedicação exclusiva, à formação funcional e passem por mecanismos de fiscalização e controle interno.

O curso de formação do agente penitenciário oferece treinamento e subsidia o processo de porte de arma. Os aprovados nos testes e exame psicotécnico iniciam a carreira com o porte de arma. Todos os 15 participantes desta pesquisa possuem porte de arma e 10 portam a arma cotidianamente.

Por meio do porte de arma, o agente busca uma proteção quanto a um possível ataque ou atentado. Ele alega que procura evitar, desta maneira, a morte ou dano à integridade física. Nas falas, nota-se conjecturas sobre um possível uso da arma de fogo: “*se eu precisar usar uma noite*” (A1), “*se for pra eles te pegarem te pegam até armado*” (A2), “*jamais vou tirar a vida de alguém, mas tenho direito de defender minha vida*” (A6). Os participantes relacionam as situações de perigo com o anoitecer, com o inevitável, o que justificaria o porte de arma em situações semelhantes.

Por fim, os participantes indicam *evitar lugares e situações* (3.1.3). Este elemento de análise foi apontado por nove participantes, cujo conteúdo destaca a mudança de hábitos após a inserção profissional na carreira de agente penitenciário:

Eu tomo, eu tomo o cuidado de estacionar em lugar que tenha bastante gente. Eu tomo o cuidado de andar em ambientes que tenha bastante gente. Ambientes meio ermos eu não costumo entrar, eu tomo os cuidados. Antes eu não tomava tanto cuidado, com tanta cautela. (A1)

Danceterias, jogo de futebol que eu gosto de ir vou, mas com mais cautela, não fico mais no meio da torcida que eu gostava de ficar, hoje tenho um assento reservado, fora da muvuca. Onde eu moro eu ia muito na praia a pé, só que passava por uma comunidade carente, então nunca mais passei por ali, vou de carro, em outro canto. (A6)

Lugar muito agitado, tumultuado, show de graça, eu prefiro hoje pagar mais caro e selecionar mais o pessoal, se bem que hoje está difícil, até o preso, traficante grande, tem mais dinheiro que nós e pode ir em lugares melhores, pensa que indo em lugar caro só vai ter gente boa? Não, vai ter detento vagabundo, infelizmente. Mas eu também não sou muito de sair, sou mais caseiro, o que gostaria de fazer eu consigo fazer. Não me impede, eu me privo por precaução, eu posso ir, ninguém me impede, mas por precaução, pois se eu for eu não vou sozinho, vou com minha esposa ou ate com minha filha junto, eu não vou colocar a vida delas em risco. (A8)

Os participantes utilizam dois substantivos, sinônimos, para simbolizar a forma que agem em locais de interação social: “cautela” (A1 e A6) e “precaução” (A8). Isto indica que a tranquilidade em eventos sociais, antes existente, foi substituída pelo estado de alerta. Os três trechos acima pontuam a questão temporal como um divisor de atitudes; a forma usada antes e a maneira adotada depois de se tornarem agentes penitenciários.

Por meio da segunda subcategoria **3.2 Distração** buscou-se elencar, nas narrativas dos participantes, outra estratégia de enfrentamento utilizada. Estas foram compreendidas a partir de dois elementos de análise: **atividades para se desligar da profissão e prática religiosa**.

Algumas *atividades para se desligar da profissão (3.2.1)* foram apontadas por nove dos participantes, como exemplificado abaixo:

Tenho vida social. Sábado, domingo, é difícil ficar em casa, sempre em volta, na casa de amigos, fazendo alguma coisa, quando não trabalho. Tenho uma profissão perigosa mas, tem que estar preparado para tudo, se eu for deixar a vida social de lado vou pedir minha demissão daqui e saio, enquanto eu conseguir manter meu trabalho e ter vida social eu acho que está tudo certo. (A6)

Faço atividades pra esquecer que sou agente, uma forma de manter minha sanidade mental. Já tive o hábito ruim de ver noticiário de polícia, almoçava vendo, isso não me acrescenta nada, não quero saber, não me importo. Saio e esqueço que trabalho aqui. (A12)

Só trabalho no meu plantão, porque eu tenho outra atividade fora e acho gratificante pra esquecer o problema da penitenciária, é salutar a pessoa ter outra atividade fora. (A14)

As atividades declaradas acima correspondem a atividades de lazer, realizadas fora do âmbito profissional. De acordo com Camargo e Bueno (2003) compreende-se lazer como um mecanismo de defesa, uma sensação de liberdade das obrigações impostas pelas tarefas que nem sempre constituem fontes de prazer. Pode-se entender como o exercício do livre arbítrio, onde se encontra um ponto de equilíbrio entre os transtornos relacionados ao trabalho e às outras esferas da vida.

O participante A6 faz referência ao equilíbrio entre o ambiente de trabalho e atividades da vida social. E enquanto for possível conciliar as duas esferas – atividades com amigos ou familiares e trabalho - “está tudo certo”. Além disso, ele aponta compreender a importância da regulação saudável entre fatores de prazer e trabalho.

As autoras supracitadas - Camargo e Bueno (2003) - apontam a tendência de associar trabalho com estresse e lazer com fonte de prazer e de promoção de saúde. Ideia apoiada pelos participantes A12 e A14 ao referirem à função de suas atividades como mantenedoras de saúde mental. Apenas o lazer é apontado como salutar o que poderia ser um indicador de que os participantes não consideram sua atividade profissional como fonte de prazer, sendo este um fator de risco para a profissão do agente penitenciário.

Por fim, o elemento temático *prática religiosa (3.2.2)* surge na narrativa de quatro participantes, a seguir:

Eu tenho família, participo de uma igreja, vou à igreja, tiro as coisas ruins que tem, aqui de dentro. (A8)

O que me ajuda bastante é a questão de eu ir na igreja, me sinto bem, gosto, eu me sinto bem, acho que isso me ajuda bastante. Tem vezes que eu não to legal não, fico ruim, aqui é um voo que já teve bastante turbulência, agora ta voando calmo, um voo bom, mas tem horas que tem turbulência, já passei por várias turbulências aqui, isso te atinge, atinge tua cabeça, tua mente. (A13)

Eu vou a igreja há muito tempo, 30 anos, vou direto, 3x por semana. (A15)

Os participantes apontam sua prática religiosa como um fator importante de contribuição para o bem estar ao representar um espaço em que poderão procurar uma forma de proteção: “combater as turbulências” (A13) e “tirar as coisas ruim” (A8). O exercício da crença através da religiosidade é, também, associado positivamente aos indicadores de bem estar por Moreira, Neto e Koering (2006). Os autores afirmam que o impacto positivo da prática religiosa na saúde mental é mais intensamente notado em sujeitos sob estresse.

Ainda, os dados permitiram a elaboração da subcategoria **3.3: Previdente**, onde se destacam possibilidades de ações baseadas na generalização e na antecipação. Dois elementos de análise surgiram desta subcategoria: **julgar ambientes e pessoas (3.3.1)** e **considerar deixar a profissão (3.3.2)**.

Dentre os participantes, cinco apontaram *julgar ambientes e pessoas (3.3.1)*, conforme as falas abaixo:

É completamente diferente quem é um agente e quem é uma pessoa que não está nesse meio, de ter uma visão, hoje eu tenho visão porque eu conheço bandido, eu sei o que fazem, onde estão, sei quem é bandido. Tu tens uma visão mais ampla da criminalidade, se eu chegar pra ti hoje, já digo quem é o mala, o vagabundo. Antes, às vezes, eu estava no meio dos vagabundos e nem percebia. Até na própria vestimenta, na própria coisa tu já olha: aquele ali é vagabundo. Minha mulher diz: todo mundo pra ti é vagabundo. Não, é porque eu sei. (A2)

A gente, querendo ou não, começa a rotular as pessoas pela vestimenta, às vezes no jeito de se vestir de uma pessoa, já acho que é um mala, às vezes acontece de errar nisso, por exemplo, a minha filha diz: todos o pai acha que são mala. Só que a gente vê pelo jeito de se comportar. Talvez nem seja, se espelha em outra pessoa. (A13)

Onde tu vai, tem que ficar olhando quem está no lugar, olhar na cara da pessoa pra ver qual é a intenção dele, consigo identificar a intenção. (A14)

Nas falas acima os agentes declaram um potencial de julgamento para avaliar pessoas de acordo com as imaginadas intenções destas. O A2 atribui esta característica ao agente penitenciário: possuir uma forma particular de generalizar a percepção que tem das pessoas, diferentemente de quem não está no sistema prisional. O impacto deste comportamento é sentido por membros de seu meio social. Nota-se isto quando a esposa do A2 e a filha do A13 reagem a esta generalização de julgamento, por vezes baseado na vestimenta das pessoas.

Generalizar não se trata de uma característica exclusiva do agente penitenciário, é uma ação comum a qualquer sujeito. Porém, o que cabe aqui é apontar que esta generalização é pautada na experiência profissional. Ela ultrapassa a fronteira do ambiente profissional para invadir a esfera social; de acordo com os participantes, isto gera consequências negativas e afeta hábitos e relacionamentos.

O julgamento baseado em uma falsa percepção é considerado como uma possibilidade pelo participante A13 quando diz “talvez nem seja”. Porém, a frequente convivência com pessoas praticantes habituais de delitos que cometeram crimes conduz os participantes a generalizar a partir de características que remetam aos presos: pela vestimenta, trejeitos, gírias e pela reação e comportamentos ou mesmo por supostas intenções. O mundo externo ao sistema prisional passa a ser compreendido e interpretado a partir do olhar adquirido no interior deste.

O estudo de Moraes (2013) indica que uma das explicações possíveis para este comportamento dos agentes penitenciários é o fato de que o cotidiano, no interior das unidades prisionais, exige um permanente estado de alerta. Esse estado de alerta faz com que passem a desconfiar de qualquer situação. Esta desconfiança pode se tornar um hábito replicado em situações extra-muros da prisão.

Na tentativa de evitar este permanente estado de alerta e outras situações peculiares ao cargo de agente penitenciário, cinco dos participantes referem ***considerar deixar a profissão*** (3.3.2), como mostram os exemplos a seguir:

Já pensei em fazer outro concurso, já pensei, mas não na área de segurança, fora de qualquer área de segurança, pensei tipo TJ, algo assim, TRT. (A7)

Eu sempre estudo pra outros concursos, tenho ate pretensão de mudar de estado pra trabalhar em outra coisa, quero um concurso pra adquirir um outro cargo, outra secretaria, outro estado, meta é essa. Se tiver oportunidade de ir pra outro segmento, eu vou. (A11)

To estudando pra fazer outros concursos, to fazendo cursinho e tudo porque eu entrei estudando aí parei, me acomodei, teve alguns colegas meus que já saíram daqui e eu fiquei, já vai fazer 8 anos, aí teve um período que eu me acomodei mesmo, aceitei, depois eu vi que não era isso e agora estou tentando outras coisas, estou estudando. (A13)

O desejo de realizar outro concurso é uma resposta ao desejo de mudar de área profissional, como indicado por A7 e A11. O agente penitenciário A13 indica que sua dedicação aos estudos, a fim de prestar outros concursos, é inversamente proporcional a aceitação de sua atividade: ele se acomoda e aceita sua condição, parando de estudar, ou percebe que não é o trabalho que deseja e retoma os estudos. Neste sentido, os achados de Lopes (2002) apontam que, apesar da insatisfação, os agentes se habitam ao ofício e abandonam progressivamente o desejo de buscar outros trabalhos, ainda que afirmem a falta de interesse pelo que fazem.

De acordo com Magalhães (2008), esta forma caracteriza o entrincheiramento de carreira. Este conceito aborda razões pelas quais trabalhadores que não se identificam com suas atividades permanecem nesta situação. Estes trabalhadores optam pela permanência devido a falta de alternativas, evitar perdas de investimentos ou custos emocionais.

No caso dos participantes desta pesquisa entende-se que a ideia de mudar de carreira, o investimento nos estudos para prestar outros concursos é uma alternativa possível aos riscos da profissão. Mesmo que este plano não se efetive em curto prazo e ainda que, por vezes, a estabilidade ou acomodação assumam o lugar da dúvida, acreditar e investir nas mudanças futuras é uma maneira de enfrentar as adversidades inerentes ao trabalho de agente penitenciário.

Nesta categoria 3, Formas de Enfrentamento, buscou-se analisar as estratégias adquiridas pelos agentes penitenciários para enfrentar as adversidades e riscos. Para tal, agrupou-se a primeira subcategoria que apontou as formas evitativas, como evitar falar da profissão, portar arma e preferir não frequentar lugares e passar por determinadas situações. Atividades para se desligar da profissão e práticas religiosas foram descritas como forma de distração. Por fim, julgar ambientes e pessoas e considerar deixar a profissão são formas de enfrentamento situadas em um tempo futuro, enquanto uma previsão.

As formas de enfrentamento trazidas pelos participantes atuam fora do âmbito institucional, ou seja, as formas de enfrentamento utilizadas foram adotadas a partir da escolha profissional e utilizadas na vida cotidiana, no período em que não estão em unidades prisionais, o que demonstra o impacto na condição psicossocial de se tornar um agente penitenciário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não queria mais nada, só o reconhecimento da sociedade. Temos o reconhecimento das vítimas, dos parentes e amigos, mas não da sociedade.” (A6)

Esta pesquisa se propôs a investigar a condição psicossocial dos agentes penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis. Buscou-se aprofundar o conhecimento a respeito desta população por meio de fatores de risco, fatores de proteção, formas de enfrentamento ao risco e sintomas clínicos mais frequentemente relatados pelos agentes.

A condição psicossocial do agente penitenciário - fenômeno complexo que situa em mesmo patamar as características subjetivas, físicas e sociais de um sujeito em interação com seu campo - foi investigada a partir da aplicação de dois instrumentos e um roteiro de entrevistas com 15 agentes penitenciários. A média de idade destes participantes foi 39 anos.

Os instrumentos adotados complementaram a análise das narrativas. Ambos, SRQ (SRQ A e SRQ-20) e WHOQOL-100, são instrumentos validados e difundidos no meio acadêmico. Demonstraram resultados importantes, porém, no caso do instrumento SRQ, os participantes questionaram a restrição de resposta - só há opção *sim* ou *não* -, indicando o desejo de haver uma resposta situada entre estas duas opções, como o *talvez* ou *às vezes*. Entende-se aqui o desejo de falar, de outra forma, de uma realidade que lhes preocupa. Apesar disto, o resultado do instrumento foi compatível e validado pelas narrativas, ao apontar sintomas e indicativos suficientes dos sintomas mais frequentes.

Utilizou-se o instrumento WHOQOL-100 para investigar a qualidade de vida dos participantes, sendo esta uma percepção subjetiva de sua condição psicossocial, ao levar em conta suas expectativas e objetivos. Este escore de qualidade de vida foi obtido por meio da média das respostas dos participantes e atingiu um índice de 65,32%, frequência que situa qualidade de vida dos agentes entre o *meio termo* e a *satisfação*. O indicativo de não estar completamente satisfeito com sua condição psicossocial foi observado nas narrativas.

Quanto às entrevistas, aplicou-se um roteiro semiestruturado, com o objetivo de permitir que os participantes falassem de sua

condição institucional, subjetiva e social, por meio de fatores de risco, fatores de proteção e formas de enfrentamento adotadas, bem como sintomas frequentes. A análise dos conteúdos das entrevistas permitiu a construção de três categorias - a fim de responder aos três objetivos específicos desta pesquisa. Foram elas: Categoria 1 – Riscos, Categoria 2 – Proteção e Categoria 3 – Formas de Enfrentamento. A análise das Categorias 1 e 2 apontou o quanto os fatores de risco e de proteção permeiam a condição psicossocial do agente penitenciário. A profissão de agente penitenciário gera impactos no campo social e subjetivo, o que não é fato exclusivo da profissão em questão, porém o tipo e grau deste impacto é permeado por particularidades inerentes a esta função e que merecem uma atenção particular, visto seu impacto em diversos grupos de pessoas: agentes, seus familiares e presos.

Quando citaram riscos, falaram de algo que impede o bem estar – institucional, cotidiano e em relação à violência. Quando citaram proteção, apontaram fatores que contribuem para restabelecer o equilíbrio e superar adversidades – institucional, social e subjetivo. Por fim, a última categoria apontou estratégias, utilizadas para enfrentar os riscos. Nesta categoria foram apontadas – com exceção das atividades para desligar da profissão, que são práticas de lazer, e práticas religiosas, que tem um efeito em tempo real – formas de enfrentamento que consideram fatos futuros ou previdentes; os agentes penitenciários indicaram formas de enfrentamento diante de riscos constantes.

Uma das formas de enfrentamento analisadas foi o fato dos agentes penitenciários considerarem deixar esta profissão. Questão pertinente se considerado o grau de risco envolvido nesta carreira. Outra carreira pública é a opção recorrente, pois não desejam perder os benefícios que a estabilidade da carreira traz. Porém, permanecer neste ofício também configura uma opção subjetiva, alimentada por diversos motivos, entre eles a acomodação aos momentos mais calmos desta profissão turbulenta. A garantia da estabilidade e a possibilidade de trabalhar durante 24h, tendo 72h para descanso também foram citadas como motivos pela opção da permanência dos participantes na carreira de agente penitenciário.

O referencial epistemológico usado nesta pesquisa considera o sujeito como produtor e produto de seu meio, que opera e se adapta constantemente às exigências contínuas. O meio referido aqui é o sistema prisional. Meio este permeado pela violência - de sua concepção à execução, passando por todos seus métodos, técnicas e consequências. A retirada da liberdade, o constante castigo físico e psicológico e as diversas privações - nada é protegido de uma forma de violência. É a

este meio que o agente penitenciário necessita se adaptar. Adaptando-se, o agente penitenciário é reprodutor desta mesma violência; ele se torna o representante da decisão do Estado e de parte da população, ao segregar quem comete determinados delitos. É ele que submete o detido à prisão e quem vigia a execução da pena. A compreensão da violência, como referiram os participantes, é algo externo. Não há relato nas entrevistas que aponte a forma violenta de agir, de modo auto reflexivo, do agente penitenciário. O cruel é entendido como algo necessário e legítimo.

A sociedade, de forma velada ou declarada, autoriza e valida o castigo imposto pelo sistema prisional no cumprimento de penas restritivas de liberdade, sem refletir que esta também é envolvida pela vulnerabilidade causada por este sistema. O desejo é que unidades prisionais sejam invisíveis, localizadas em um lugar distante e pouco habitado, longe dos olhos e ouvidos. A vulnerabilidade não é restrita aos atores do sistema – presos, agentes penitenciários e demais servidores -, ela se estende à sociedade, sociedade que espera que o sistema prisional reintegre o julgado desviante, sem se envolver ou mesmo tomar conhecimento a respeito deste processo complexo.

Tratando-se desta invisibilidade e alienação do sistema prisional, de modo geral, este estudo agrega conhecimento a uma temática pouco discutida. Usualmente se reflete sobre o sistema prisional a partir do sujeito preso, considerado como ator principal deste complexo sistema e os agentes penitenciários surgem como parte inevitável do contexto onde este protagonista se insere. Os agentes penitenciários despontam, inevitavelmente, mas de modo coadjuvante e acabam não sendo foco de interesse científico e, porque não, social, o que ratifica a ideia da importância de estudar esta categoria profissional. Aparecer em dados secundários de outras pesquisas é, portanto, um sintoma desta condição psicossocial pouco percebida e, talvez, negligenciada dos agentes penitenciários.

Contudo, o fenômeno estudado não se esgota em possibilidades, uma vez que, por exemplo, os participantes desta pesquisa pertencem a duas unidades prisionais, número pequeno em comparação com o total de unidades prisionais de Santa Catarina. Diferenças foram apontadas entre estas unidades, o que indica que há peculiaridades quanto ao tipo de preso e condições da estrutura prisional. Não foi um critério pré estabelecido desta pesquisa, o que abre possibilidade para novos estudos. Porém, observou-se um maior índice de respostas relacionadas a fatores de risco nos participantes da unidade de segurança máxima, enquanto os agentes penitenciários que trabalham na unidade de

segurança mínima citaram mais formas de enfrentamento. Bem como com relação ao porte de armas.

Durante a análise das entrevistas foi possível perceber sintomas relativos aos quadros clínicos de Estresse Pós-Traumático e Síndrome de Burnout, diagnósticos citados com frequência em pesquisas com agentes penitenciários. Busca por diagnósticos não consistia em um objetivo desta pesquisa, mas é um fato que pode ser desenvolvido em outros estudos.

A revisão bibliográfica que referenciou esta pesquisa indicou diagnósticos comuns a esta classe profissional: estresse pós traumático, depressão e principalmente a Síndrome de Burnout. Estes estudos partiram destes diagnósticos, ao contrário do que ocorreu nesta pesquisa, feita de forma exploratória, e que teve como resultado algo distinto da maioria dos resultados encontrados – o índice de sofrimento psíquico encontrado nesta amostra é de 13,3%, o que pode ser entendido como um índice baixo. O ponto comum encontrado foi a consequência de se trabalhar em direto contato com a violência, definitivamente trazida como fator de risco.

A inserção no campo de pesquisa foi facilitada pelo fato da pesquisadora pertencer ao quadro de servidores do sistema prisional de Santa Catarina. Trata-se de um ambiente hostil para todos os envolvidos, presos e servidores, e esta hostilidade fica ainda mais evidente quando alguém externo busca coletar informações. Foi uma barreira a menos, difícil mensurar se este fato, por um lado facilitador, causou alguma influência na coleta de dados. Além disto, há outro viés - o fato da pesquisadora ser uma psicóloga - não se pode mensurar se este fato inibe ou proporciona um maior acesso a informações subjetivas.

A análise dos dados desta pesquisa ocorreu em meio a uma onda de atentados que atingiu o estado de Santa Catarina. Com a finalidade de protestar contra determinadas operações policiais e condições do sistema prisional, o chamado crime organizado ordenou que ônibus fossem incendiados, delegacias e estabelecimentos policiais alvejados, bem como algumas residências de servidores da segurança pública. Estes servidores configuraram o alvo principal destes atentados – um agente penitenciário foi assassinado, outros tiveram suas residências alvejadas. No fechamento desta pesquisa estes episódios ainda estavam em processo de investigação.

Estes atentados também ilustram a condição de vulnerabilidade do agente penitenciário. Ao contrário de outras profissões que podem ser esquecidas ao final do expediente, retomadas no outro dia ou após um final de semana, o agente penitenciário necessita de um cuidado

especial permanente. Especial, pois é sua integridade física e mesmo sua vida, que pode estar em risco.

Para concluir, inferir que o fator de risco do agente penitenciário é ser agente penitenciário reitera a necessidade de cuidados. A ampliação de pesquisas é necessária, porém deve haver a transformação e adequação destes conhecimentos em uma prática. Não há um efetivo ambiente de acolhimento e tratamento psicoterapêutico que suporte a demanda dos agentes penitenciários ou de seus familiares. Também se sugere aprimorar a capacitação dos agentes penitenciários, por meio de cursos e disciplinas que condigam mais com a realidade da condição deste ofício.

8. REFERÊNCIAS

Amarante, P., (2007) Saúde mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Barbosa, A. R., (2013) “Grades de Ferro? Corrente de Ouro!” circulação e relações no meio prisional. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.25, n.1.

Bardin, L. (2004) Análise de Conteúdo. 3 ed. Lisboa.

Benevides, P., (2002) Burnout: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bergeret, J., (2006) Violência e Evolução Afetiva Humana. In: Bergeret, J. et al. Psicopatologia Teoria e Clínica. Porto Alegre: Artmed.

Boudoukha, Altintas, Rusinek, Fantini-Hauwel e Hautekeete (2013) Inmates-to-staff assaults, PTSD and burnout: profiles of risk and vulnerability. J Interpers Violence. 2013 Jul;28(11):2332-50. doi: 10.1177/0886260512475314. Feb 11

Brant, L. C. & Minayo-Gomes, C. (2004) A Transformação do Sofrimento em Adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. Ciênc. Saúde Coletiva v.9 n.1 Rio de Janeiro.

Brasil, (1984) Lei de Execuções Penais. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

Brasil, (2002) Ministério da Saúde. As Cartas da Promoção em Saúde, Brasília, DF. Obtido em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02_1221_M.pdf.

Brasil, (2003) Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas. Lei nº 10.826 de 22 de Dezembro de 2003.

Brasil. (2005) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Brasília, DF: OPAS. Documento

apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Obtido em http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio15_anos_caracas.pdf

Brasil (2012) Ministério da Justiça. Sistema Integrado de Informação Penitenciária (INFOPEN). Brasília. Obtido em <http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/>

Brasil. (2013) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde. Obtido em http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf

Brasil. (2013) Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde. Obtido em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24517

Bulik, N. O., (2005) *The Role of Personal and Social Resources in Preventing Adverse Health Outcomes in Employees of Uniformed Professions. International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*; 18(3): 233 — 240

Buss, P. M., (2009) Uma Introdução ao Conceito de Promoção de Saúde. In: Czeresnia, D.; Freitas, C.M. de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Camargo, R. A. A., & Bueno, S. M. V., (2003) Lazer, a Vida Além do Trabalho para uma Equipe de Futebol entre Trabalhadores de Hospital. *Ver Latino-am Enfermagem* julho-agosto; 11(4): 490-8.

Caponi, S., (2009) A Saúde como Abertura ao Risco. In: Czeresnia, D.; Freitas, C.M. de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Castiel, L. D., (2009) Dédalo e os Dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: Czeresnia, D.; Freitas, C.M. de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Carlson, J. & Thomas, G. (2006) *Burnout Among Prison Caseworkers and Corrections Officers. Journal of Offender Rehabilitation*, Vol. 43 (3),. Pp. 19-34.

Chies, L. A. B., Barros, A. L. X., Lopes, C. L. A. S. & Oliveira, S. F. O., (2001) Prisionalização e Sofrimento dos Agentes Penitenciários: Fragmentos de uma pesquisa. Apresentado no SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Não publicado.

Chies, L. A. B., (2013) A Questão Penitenciária. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 25, n.1.

Costa, J. F., (1986) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Czeresnia, D., (2009) O Conceito de Saúde e a Diferença entre Prevenção e Promoção. In: Czeresnia, D.; Freitas, C.M. de (org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Dantas, M. A. F. & Chaves, A. M. (2007) Saúde Custodiada: Representações dos Guardas Sobre o Hospital de Custódia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27 (2), 342-357.

Departamento de Administração Prisional (DEAP). (2010). Instrução Normativa de 2010 que regulamenta e normatiza os procedimentos e funcionamento das unidades prisionais do Estado de Santa Catarina. Obtido em <http://www.deap.sc.gov.br/deap/downloads.jsp?id=2>

Departamento de Administração Prisional (DEAP) (2014) SC o Sistema Prisional em Números. Informativo distribuído em unidade prisionais.

Diuana, V., Lhuillies, D., Sanchez, A. R., Amado, G., Araujo, L., Duarte, A. M., Garcia, M., Milanez, E., Poubel, L., Romano, E., & Larouze, B. (2008) Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública* vol.24 no.8 Rio de Janeiro Aug. 2008

Fernandes, R. C. P., Silvany Neto, A. M., Sena, G. M., Leal, A. S., Carneiro, C. A. P., & Costa, F. P. M. (2002). Trabalho e cárcere: um

estudo com os agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 807-816.

Finney, C., Stergiopoulos, E., Hensel, J., Bonato, S. & Dewa, C. (2013) Organizational stressors associated with job stress and burnout in correctional officers: a systematic review *BMC Public Health* 2013, 13:82 doi:10.1186/1471-2458-13-82

Fleck, M. P. A., Louzada, S., Xavier, M., Chachamovich, E., Vieira, G., Santos, L., Pinzon, V., (1999). *Rev. Saúde Pública*, 33 (2): 198-205.

Foucault, M., (2002). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M., (2014) *A História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz e Terra.

França, A.C. L. & Rodrigues, A. L., (1997). *Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática*. São Paulo: Atlas.

Gaudenzi, P., Schramm, F. R., (2010). A Transição Paradigmática da Saúde como um Dever do Cidadão: um olhar da bioética em Saúde Pública. *Interface, comunicação, saúde, educação*. V.14, n.33, p.243-55, abr/jun.

Gil, A. C., (2002). *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

Gonçalo, H., Gomes, A. R. & Barbosa, F., (2010). Stress Ocupacional em Forças de Segurança: um estudo comparativo. *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII): 165-178.

Gonçalves DM, Stein AT, Kapczinski F. (2008) Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. *Cad. Saúde Pública*; 24(2):380-390.

Goffman, E. (1974) *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva S.A.

Goffman, E. (1980) *Estigma: Notas sobre a Manipulação de Identidade Deteriorada*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Harding, T. W. et al.(1980). *Mental Disorders in Primary Health Care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. Psychol Med*; 10: 231-41

Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD). (2006). Levantamento Nacional Sobre Execução de Penas Alternativas: relatório final de pesquisa. São Paulo: INALUD.

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (2014) Observatório da Educação tecnológica de SC - caracterização da Mesorregião da Grande Florianópolis. Obtido em <http://observatorio.florianopolis.ifsc.edu.br/index.php>

Junqueira, M. F. P. S. & Deslandes, S. F., (2003) Resiliência e maus-tratos à criança. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(1):227-235, jan-fev.

Konda, S., Reichard, A. A. & Tiesman, H. M. (2012). Occupational injuries among U.S. correctional officers *J Safety Res.* 2012 Jul;43(3):181-6. doi: 10.1016/j.jsr.2012.06.002.

Liu, L., Shu, H., Wang, L., Sui, G. & Ma, L., (2013) *Positive resources for combating depressive symptoms among Chinese male correctional officers: perceived organizational support and psychological capital.* *BMC Psychiatry*, 13:89.

Lopes, R., (2002). *Psicologia Jurídica o Cotidiano da Violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais.* *Psicol. Am. Lat.* n.0 ago México.

Lourenço, A. S., (2011). *O Espaço de Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários.* Curitiba: Jaruá.

Magalhães, M. O., (2008). Propriedades Psicométricas da Versão Brasileira da Escala de Entrincheiramento na Carreira. *Psico-USF*, v.13. n.1. p.13-19, jan./jun.

Minayo, M. C. S., (2004). O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.

Moraes, P. R. B., (2013). A Identidade e o Papel de Agentes Penitenciários. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.25, n.1.

Moreira, A. A., Neto, L. F. & Koenig, H. G., (2006) Religiosidade e Saúde Mental: uma revisão. Revista Brasileira de psiquiatria; volume 28, 3, 242-250.

Obidoa C, Reeves D, Warren N, Reisine S, Cherniack M. (2011) Depression and work family conflict among corrections officers. J Occup Environ Med;53:1294–1301

Okoza, J., Imhonde, H. O. & Aluede, O., (2010) The Jailed or the Jailed: stress and prison workers in Nigeria. Journal of Social Sciences 2(2): 65-68.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE .(2001) A saúde mental pelo prisma da saúde pública. Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: OPAS/OMS, p.1-16. Obtido em http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_ch1_po.pdf

Pedroso, B., Pilatti, L. A. & Reis, D. R., (2009). Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-100 utilizando o Microsoft Excel. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, v. 01, n. 01, jan./jun., p. 23-32.

Pereira, M., (2013). Prefeito comemora sinais de que governo estadual vai desistir de instalar penitenciária em Imaruí. Recuperado em 10 de setembro, 2013, de <http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/05/14/prefeito-comemora-sinais-de-que-governo-estadual-vai-desistir-de-instalar-penitenciaria-em-imarui/>

Perls, F., Hefferline, R., Goodman, P., (1997) Gestalt-Terapia. 2.ed. São Paulo: Summus.

Perls, F. S., (2002) Ego, Fome e Agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud. São Pulo: Summus

Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N. & Oliveira, R. V. C., (2004) Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e prática*, mai-ago, vol. 20 n. 2. PP. 135-143.

Poletto, M. & Koller, S. H., (2008). Contextos Ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estud.psicol.(Campinas)* vol.25 no.3 Campinas July/Sept.

Ponde, M. P. & Caroso, C., (2003) Lazer como Fator de Proteção da Saúde Mental. *Ver. Cienc. Med. Campinas*, 12(2): 163-172, abr/jun.

Rasmussen, C. A. & Hogh, A. & Andersen, L. P. (2013), Threats and physical violence in the workplace : A comparative study of four areas of human service work. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 28, No. 13, 2013, p. 2749 –2769.

Richardson, R. J., (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

Rifiotis, T., (2012) Judicialização das Relações Sociais e Estratégias de Reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. In: Rifiotis, T., Vieira, D. (org). *Um Olhar Antropológico Sobre Violência e Justiça*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Rumin, C. R. (2006) Sofrimento na Vigilância Prisional: O Trabalho e a Atenção em Saúde Mental. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 570-581

Rumin, C. R., Barros, G. I. F., Cardozo, W. R., Cavalheiro, R., Atelli, R. (2011). O sofrimento psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v.31, n.1, p.188-199.

Sequeira, V. C. (2009) Resiliência e Abrigos. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.* v.29 n.1 São Paulo

Schenker, M. & Minayo, M. C. S., (2005) Fatores de Risco e Proteção para o Uso de Drogas na Adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*. 10(3): 707-717.

Silveira, J. T. (2009) Se Tirar o colete não dá para saber quem é preso, quem é agente: trabalho, identidade e prisionalização. In: I Seminário Nacional Sociologia e Política, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFPR, p. 2-19.

Souza, J. C.; Rumin, C. R. (2010) O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional. Revista TransFormações em Psicologia, v.3, n.1, p.0-0.

Thompson, A., (2002). A Questão Penitenciária. Petropolis: Vozes.

Tschiedel, R. M. & Monteiro, J. K. (2013) Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. Estud. psicol. (Natal) vol.18 no.3 Natal July/Sept. 2013

Wright, J., Borrill, J., Teers, R. & Cassidy, T., (2006) *The Mental Health Consequences of Dealing With Self-inflicted Death in Custody. Counselling Psychology Quarterly, June*; 19(2): 165–180.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (1998). Declaração Universal dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Obtida em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Xanthakis, A., (2009) *Levels of work-stress and burnout among prison officers. An examination of the need for a staff counselling service in a forensic setting. Counselling Psychology Review, Vol. 24, Nos. 3 & 4, Nove*

9. APÊNDICES

9.1 APÊNDICE 1 - Questionário Sociodemográfico



Universidade Federal de Santa Catarina
CFH - Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

Por favor, responda as seguintes questões que se referem a informações gerais sobre você.

1. Data de Nascimento: ____/____/____

2. Estado Civil: _____

3. Filhos: (assinale com um X e complete)

Nenhum _____

De 0 a 5 anos _____ Quantos? _____

De 5 a 10 anos _____ Quantos? _____

De 10 a 15 anos _____ Quantos? _____

De 15 a 20 anos _____ Quantos? _____

Maiores de 20 _____ Quantos? _____

4. Quem mora com você? (assinale com um X)

Moro só _____

Pais _____

Pai _____

Mãe _____

Companheiro(a) _____

Filhos _____ Idade _____

Outros Parentes _____ Quais? _____ Quantos? _____

Amigos _____ Quantos? _____

4. Escolaridade: (assinale com um X)

Nível Fundamental: _____ Incompleto: _____

Nível Médio: _____ Incompleto: _____

Ensino Superior: _____ Incompleto: _____

Curso: _____

Pós graduação: _____ Incompleto: _____

5. Possuía ocupação profissional anterior? (assinale com um X e complete)

Não _____

Sim _____ Qual? _____

6. Data de admissão no sistema prisional na função de agente penitenciário:

____/____/____

7. Setor onde trabalha:

8. Já trabalhou em outra unidade prisional?

Não _____

Sim _____

9. Possui outra atividade remunerada? (assinale com um x e complete)

Não _____

Sim _____ Qual? _____

10. Já solicitou afastamento para tratamento de saúde?

Não _____

Sim _____

Caso sim, quais tratamentos?

11. Use este espaço caso tenha alguma observação a fazer:

9.2 APÊNDICE 2 - WHOQOL-100

WHOQOL-100
Versão em português
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
AValiação DE QUALIDADE DE VIDA

Coordenação do Grupo WHOQOL no Brasil
Dr. Marcelo Pio de Almeida Fleck
Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre- RS – Brasil

Instruções

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. Por favor, responda todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser a sua primeira escolha.

Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência **às duas últimas semanas**.

Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:

Quanto você se preocupa com sua saúde?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você se preocupou com sua saúde nas últimas duas semanas. Portanto, você deve fazer um círculo no número 4 se você se preocupou "bastante" com sua saúde, ou fazer um círculo no número 1 se você não se preocupou "nada" com sua saúde. Por favor, leia cada questão, veja o que você acha, e faça um círculo no número que lhe parece a melhor resposta.

Muito obrigado por sua ajuda.

As questões seguintes são sobre *o quanto* você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

Por exemplo, sentimentos positivos tais como *felicidade* ou *satisfação*. Se você sentiu estas coisas "extremamente", coloque um círculo no número abaixo de "extremamente". Se você não sentiu nenhuma destas coisas, coloque um círculo no número abaixo de "nada". Se você desejar indicar que sua resposta se encontra entre "nada" e "extremamente", você deve colocar um círculo em um dos números entre estes dois extremos.

As questões se referem **às duas últimas semanas**.

F1.2 Você se preocupa com sua dor ou desconforto (físicos)?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F1.3 Quão difícil é para você lidar com alguma dor ou desconforto?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F1.4 Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F2.2 Quão facilmente você fica cansado(a)?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F2.4 O quanto você se sente incomodado(a) pelo cansaço?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F3.2 Você tem alguma dificuldade para dormir (com o sono)?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F3.4 O quanto algum problema com o sono lhe preocupa?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F4.1 O quanto você aproveita a vida?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F4.3 Quão otimista você se sente em relação ao futuro?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F4.4 O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F5.3 O quanto você consegue se concentrar?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F6.1 O quanto você se valoriza?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F6.2 Quanta confiança você tem em si mesmo?

Nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F7.2 Você se sente inibido(a) por sua aparência?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F7.3 Há alguma coisa em sua aparência que faz você não se sentir bem?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F8.2 Quão preocupado(a) você se sente?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
------	-------------	---------------	----------	--------------

	1	2	3	4	5
F8.3	Quanto algum sentimento de tristeza ou depressão interfere no seu dia-a-dia?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F8.4	O quanto algum sentimento de depressão lhe incomoda?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F10.2	Em que medida você tem dificuldade em exercer suas atividades do dia-a-dia?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F10.4	Quanto você se sente incomodado por alguma dificuldade em exercer as atividades do dia-a-dia?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F11.2	Quanto você precisa de medicação para levar a sua vida do dia-a-dia?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F11.3	Quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F11.4	Em que medida a sua qualidade de vida depende do uso de medicamentos ou de ajuda médica?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F13.1	Quão sozinho você se sente em sua vida?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F15.2	Quão satisfeitas estão as suas necessidades sexuais?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F15.4	Você se sente incomodado(a) por alguma dificuldade na sua vida sexual?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F16.1	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F16.2	Você acha que vive em um ambiente seguro?				
	nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
	1	2	3	4	5
F16.3	O quanto você se preocupa com sua segurança?				

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F17.1 Quão confortável é o lugar onde você mora?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F17.4 O quanto você gosta de onde você mora?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F18.2 Você tem dificuldades financeiras?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F18.4 O quanto você se preocupa com dinheiro?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F19.1 Quão facilmente você tem acesso a bons cuidados médicos?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F21.3 O quanto você aproveita o seu tempo livre?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F22.1 Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos) ?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F22.2 Quão preocupado(a) você está com o barulho na área que você vive?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F23.2 Em que medida você tem problemas com transporte?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F23.4 O quanto as dificuldades de transporte dificultam sua vida?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre *quão completamente* você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas. Por exemplo, atividades diárias tais como lavar-se, vestir-se e comer. Se você foi capaz de fazer estas atividades *completamente*, coloque um círculo no número abaixo de "*completamente*". Se você não foi capaz de fazer nenhuma destas coisas, coloque um círculo no número abaixo de "*nada*". Se você desejar indicar que sua resposta se encontra entre "*nada*" e "*completamente*", você deve colocar um círculo em um dos números entre estes dois extremos.

As questões se referem **às duas últimas semanas**.

F2.1 Você tem energia suficiente para o seu dia-a-dia?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F7.1 Você é capaz de aceitar a sua aparência física?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F10.1 Em que medida você é capaz de desempenhar suas atividades diárias?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F11.1 Quão dependente você é de medicação?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F14.1 Você consegue dos outros o apoio que necessita?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F14.2 Em que medida você pode contar com amigos quando precisa deles?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F17.2 Em que medida as características de seu lar correspondem às suas necessidades?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F18.1 Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F20.1 Quão disponível para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F20.2 Em que medida você tem oportunidades de adquirir informações que considera necessárias?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F21.1 Em que medida você tem oportunidades de atividades de lazer?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F21.2 Quanto você é capaz de relaxar e curtir você mesmo?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F23.1 Em que medida você tem meios de transporte adequados?

nada	muito pouco	médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre o quão *satisfeito(a)*, *feliz ou bem* você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas. Por exemplo, na sua vida familiar ou a respeito da energia (disposição) que você tem. Indique quão satisfeito(a) ou não satisfeito(a) você está em relação a cada aspecto de sua vida e coloque um círculo no número que melhor represente como você se sente sobre isto.

As questões se referem às **duas últimas semanas**.

G2 Quão satisfeito(a) você está com a qualidade de sua vida?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

G3 Em geral, quão satisfeito(a) você está com a sua vida?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

G4 Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F2.3 Quão satisfeito(a) você está com a energia (disposição) que você tem?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F3.3 Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F5.2 Quão satisfeito(a) você está com a sua capacidade de aprender novas informações?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F5.4 Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de tomar decisões?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F6.3 Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F6.4 Quão satisfeito(a) você está com suas capacidades?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F7.4 Quão satisfeito(a) você está com a aparência de seu corpo?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F10.3 Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F13.3 Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F15.3 Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F14.3 Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de sua família?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F14.4 Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F13.4 Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de dar apoio aos outros?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F16.4 Quão satisfeito(a) você está com com a sua segurança física (assaltos, incêndios, etc.)?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F17.3 Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F18.3 Quão satisfeito(a) você está com sua situação financeira?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F19.3 Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F19.4 Quão satisfeito(a) você está com os serviços de assistência social?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F20.3 Quão satisfeito(a) você está com as suas oportunidades de adquirir novas habilidades?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F20.4 Quão satisfeito(a) você está com as suas oportunidades de obter novas informações?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F21.4 Quão satisfeito(a) você está com a maneira de usar o seu tempo livre?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F22.3 Quão satisfeito(a) você está com o seu ambiente físico (poluição, clima, barulho, atrativos)?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F22.4 Quão satisfeito(a) você está com o clima do lugar em que vive?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
--------------------	--------------	------------------------------------	------------	------------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

F23.3 Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F13.2 Você se sente feliz com sua relação com as pessoas de sua família?

muito infeliz	infeliz	nem feliz nem infeliz	feliz	muito feliz
1	2	3	4	5

G1 Como você avaliaria sua qualidade de vida?

muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	2	3	4	5

F15.1 Como você avaliaria sua vida sexual?

muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	2	3	4	5

F3.1 Como você avaliaria o seu sono?

muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
1	2	3	4	5

F5.1 Como você avaliaria sua memória?

muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	2	3	4	5

F19.2 Como você avaliaria a qualidade dos serviços de assistência social disponíveis para você?

muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a " *com que frequência*" você sentiu ou experimentou certas coisas, por exemplo, o apoio de sua família ou amigos ou você teve experiências negativas, tais como um sentimento de insegurança. Se, nas duas últimas semanas, você não teve estas experiências de nenhuma forma, circule o número abaixo da resposta "nunca". Se você sentiu estas coisas, determine com que frequência você os experimentou e faça um círculo no número apropriado. Então, por exemplo, se você sentiu dor o tempo todo nas últimas duas semanas, circule o número abaixo de "sempre".

As questões referem-se **às duas últimas semanas**.

F1.1 Com que frequência você sente dor (física)?

nunca	raramente	às vezes	repetidamente	sempre
1	2	3	4	5

F4.2 Em geral, você se sente contente?

nunca	raramente	às vezes	repetidamente	sempre
1	2	3	4	5

F8.1 Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?

nunca	raramente	às vezes	repetidamente	sempre
1	2	3	4	5

As questões seguintes se referem a qualquer "trabalho" que você faça. *Trabalho* aqui significa qualquer atividade principal que você faça. Pode incluir trabalho voluntário, estudo em tempo integral, cuidar da casa, cuidar das crianças, trabalho pago ou não. Portanto, *trabalho*, na forma que está sendo usada aqui, quer dizer as atividades que você acha que tomam a maior parte do seu tempo e energia.

As questões referem-se **às últimas duas semanas**.

F12.1 Você é capaz de trabalhar?

nada	muito pouco	Médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F12.2 Você se sente capaz de fazer as suas tarefas?

nada	muito pouco	Médio	muito	completamente
1	2	3	4	5

F12.4 Quão satisfeito(a) você está com a sua capacidade para o trabalho?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

F12.3 Como você avaliaria a sua capacidade para o trabalho?

muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre "*quão bem você é capaz de se locomover*" referindo-se às duas últimas semanas. Isto em relação à sua habilidade física de mover o seu corpo, permitindo que você faça as coisas que gostaria de fazer, bem como as coisas que necessite fazer.

F9.1 Quão bem você é capaz de se locomover?

muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
1	2	3	4	5

F9.3 O quanto alguma dificuldade de locomoção lhe incomoda?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F9.4 Em que medida alguma dificuldade em mover-se afeta a sua vida no dia-a-dia?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F9.2 Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de se locomover?

muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se às suas *crenças pessoais*, e o quanto elas afetam a sua qualidade de vida. As questões dizem respeito à religião, à espiritualidade e outras crenças que você possa ter. Uma vez mais, elas referem-se **às duas últimas semanas**.

F24.1 Suas crenças pessoais dão sentido à sua vida?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F24.2 Em que medida você acha que sua vida tem sentido?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F24.3 Em que medida suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar dificuldades?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

F24.4 Em que medida suas crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida?

nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
1	2	3	4	5

9.3 APÊNDICE 3 - SRQ (SRQ-20 e SRQ-A)**SRQ 20 - Self Report Questionnaire**

Por favor, leia estas instruções antes de preencher as questões abaixo.

Instruções

Estas questões são relacionadas a certas dores e problemas que podem ter lhe incomodado nos últimos 30 dias.

Se você acha que a questão se aplica a você e você teve o problema descrito nos últimos 30 dias responda SIM.

Por outro lado, se a questão não se aplica a você e você não teve o problema nos últimos 30 dias, responda NÃO.

OBS: Lembre-se que o diagnóstico definitivo só pode ser fornecido por um profissional.

PERGUNTAS RESPOSTAS

1- Você tem dores de cabeça frequente?

sim_____ não_____

2- Tem falta de apetite?

sim_____ não_____

3- Dorme mal?

sim_____ não_____

4- Assusta-se com facilidade?

sim_____ não_____

5- Tem tremores nas mãos?

sim_____ não_____

6- Sente-se nervoso (a), tenso (a) ou preocupado (a)?

sim_____ não_____

7- Tem má digestão?

sim_____ não_____

8- Tem dificuldades de pensar com clareza?

sim_____ não_____

9- Tem se sentido triste ultimamente?

sim_____ não_____

10- Tem chorado mais do que costume?

sim_____ não_____

11- Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?

sim_____ não_____

12- Tem dificuldades para tomar decisões?

sim_____ não_____

13- Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa- sofrimento?)

sim_____ não_____

14- É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?

sim_____ não_____

15- Tem perdido o interesse pelas coisas?

sim_____ não_____

16- Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?

sim _____ não _____

17- Tem tido ideia de acabar com a vida?

sim _____ não _____

18- Sente-se cansado (a) o tempo todo?

sim _____ não _____

19- Você se cansa com facilidade?

sim _____ não _____

20- Têm sensações desagradáveis no estomago?

sim _____ não _____

SQR-A

1- Alguma vez sua família, seus amigos, seu médico ou alguém importante comentou ou sugeriu que você estava bebendo demasiadamente?

sim _____ não _____

2- Alguma vez você tentou deixar de beber mas não conseguiu?

sim _____ não _____

3- O Sr teve problemas no trabalho ou estudo por causa da bebida, tais como beber no trabalho ou no colégio, ou faltar a ambos?

sim _____ não _____

4- O Sr tem se envolvido em brigas ou já foi presos por estar embriagado?

sim _____ não _____

5- Já lhe pareceu alguma vez que estava bebendo demasiadamente?

sim _____ não _____

9.4 APÊNDICE 4 - Entrevista Semiestruturada**Entrevista Semiestruturada**

- 1 - Sente-se realizado em sua escolha profissional?
(Está satisfeito com sua escolha profissional?)
- 2 - Como ocorreu sua escolha profissional? O que o motivou?
(O que o levou a ser um agente penitenciário? Por que decidiu prestar concurso para este cargo?)
- 3 - Como sua família reagiu a sua escolha profissional?
- 4 - E seus amigos, o que pensam sobre sua profissão?
- 5 - Como você se descreveria enquanto agente penitenciário?
- 6 - Costuma falar a respeito de sua profissão socialmente?
(Quando lhe perguntam sobre sua profissão você fala a respeito? Responde para qualquer pessoa que lhe pergunta sobre sua profissão?)
- 7 - Você recebeu treinamento para o desempenho de sua função? Sentiu-se preparado?
(Participou da ACADEJUC? Achou o treinamento suficiente para o desempenho de sua função?)
- 8 - Já considerou deixar sua carreira de agente penitenciário? Se sim, o que o mantém na profissão?
(Já pensou em deixar de ser agente penitenciário? Por que não deixou?)
- 9 - Seus familiares ou amigos próximos perceberam mudanças após o início de sua carreira como agente penitenciário? Quais?
- 10 - Você cuida da sua saúde? Como?
- 11 - Percebeu mudanças em seu tratamento com os detentos ao longo de seu tempo de serviço?
(Desde o começo de sua carreira até agora você percebeu diferença no tratamento que dá aos presos?)
- 12 - Considera uma profissão perigosa?
- 13 - Costuma trabalhar além de seu plantão? Faz plantão reforço? Turno extra? Trocas? Por qual motivo?
- 14 - Que imagem você acha que sua profissão tem?
(Como as pessoas imaginam sua profissão?)
- 15 - Como você se sente nos momentos em que não está trabalhando aqui?
- 16 - Você vê riscos na sua profissão? Se sim, quais?
- 17 - Toma alguma medida em relação a sua segurança que não tomaria caso não fosse agente?
- 18 - Você percebeu alguma mudança em seu comportamento após se tornar agente penitenciário?
- 19 - Como você descreve seu ambiente de trabalho?
- 20 - E as relações com colegas agentes?
- 21 - Como você descreveria sua relação com os supervisores, gerentes e diretores?
- 22 - Já apresentou algum problema de saúde que possa atribuir a sua atividade no sistema prisional?
(O sistema prisional já lhe adoeceu?)
- 23 - O que você costuma fazer em seu tempo livre?
(Possui algum hobby? Lazer? O que costuma fazer para se divertir ou descansar?)

24 - Qual é a relação do agente penitenciário e o preso?

25 - O que você gostaria de fazer em seu tempo livre?

26 – Percebe alguma mudança na sua vida social após virar agente penitenciário?

27 - Já passou por alguma situação em sua vida profissional ou cotidiana em que percebeu que havia se arriscado desnecessariamente?

(Já percebeu o risco ao qual se expôs desnecessariamente só após a situação ter finalizado?)

28 - Já passou por alguma situação arriscada onde ficou positivamente surpreso com sua reação?

(Alguma situação de risco onde você ficou satisfeito com sua reação?)

29 - O que você faz para manter sua “cabeça” saudável?

30 - Você tem alguma sugestão, contribuição ou parecer para o sistema prisional?

9.5 APÊNDICE 5 - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Departamento de Psicologia
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante,

Eu, **Leticia Scartazzini**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-o, a participar do processo de coleta de dados de minha Dissertação de Mestrado, sob orientação do Prof. Dra. Lucienne Martins Borges, cujo título é “**Entre Grades e Cadeados: A Condição Psicossocial dos Agentes Penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis**”. Enquanto participante será solicitado que você responda às questões de um questionário sócio-demográfico, aos instrumentos WHOQOL-100 e ao SRQ 20 e SRQ A e a um roteiro de entrevista semi-estruturado. O tempo aproximado de duração são duas horas, este tempo será dividido em dois dias: um onde será aplicado os instrumentos e outro que será feita a entrevista.

A entrevista semi-estruturada será gravada para facilitar a análise dos dados, desde que consentido pelo participante. A gravação será deletada logo após a transcrição dos dados. Todos os dados de identificação serão omitidos e não serão divulgados em momento algum do estudo.

Sua participação é importante, pois permite investigar a condição psicossocial dos agentes penitenciários, sua qualidade de vida, fatores de risco da profissão e fatores de proteção e medidas adotadas para evitar os fatores de risco que podem levar ao possível adoecimento dos agentes penitenciários. A sua participação é voluntária, logo não será remunerada e a pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento.

Você é livre para não responder a qualquer questão, parar ou desistir da participação a qualquer momento, sem ser penalizado ou ter algum prejuízo com esta atitude. As informações obtidas serão utilizadas na elaboração do trabalho científico que poderá vir a ser publicado em meios acadêmicos e científicos. Os resultados da presente pesquisa serão apresentados aos participantes após a defesa da Dissertação, em data a ser agendada.

Esta pesquisa pode apresentar danos, ou seja, a entrevista e questionários abordarão temas pessoais que poderão causar desconforto ou outros sentimentos, caso o participante se sinta desconfortável poderá solicitar atendimento psicoterapêutico e será encaminhado para o serviço de atendimento ao servidor da Secretaria de Justiça e Cidadania de Santa Catarina (SJC).

Por meio de sua participação será possível identificar fatores relacionados a condição pessoal, social e profissional dos agentes penitenciários e com estas informações refletir, juntamente aos órgãos responsáveis formas que busquem melhorias para esta profissão, desenvolvendo estratégias de proteção, beneficiando a classe profissional como um todo.

Esta pesquisa foi submetida à aprovação por um comitê de ética que tem como objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. O contato do CEP é (48) 3721-9206, cep.propesq@contato.ufsc.br.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias no referido Termo, sendo que uma delas permanecerá com você. Para quaisquer outras informações, coloco-me a sua disposição pelo telefone: (48) 9111 0933 e ou no e-mail: **letisca@uol.com.br**

Eu..... RG:....., declaro através deste documento o meu consentimento em participar da pesquisa intitulada “**Entre Grades e Cadeados: A Condição Psicossocial dos Agentes Penitenciários em exercício na Mesorregião da Grande Florianópolis**” Declaro ainda, que estou informado dos objetivos da pesquisa, do método, dos meus direitos de desistir de participar a qualquer momento e também do meu anonimato.

Assinatura do participante da pesquisa:

Florianópolis, ____ de _____ de 2014.

Leticia Scartazzini
 Pesquisadora Principal
 Mestranda
 letisca@uol.com.br

Prof^ª Dra. Lucienne Martins Borges
 Pesquisadora Responsável
 Orientadora
 lucienne.borges@ufsc.br